

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO DO PROGRAMA E SUAS AÇÕES

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL



Agosto, 2024

João Pessoa – PB



ORGANISMO FINANCIADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
MUTUÁRIO	Prefeitura Municipal de João Pessoa Cícero Lucena Prefeito
ORGANISMO EXECUTOR	Prefeitura Municipal de João Pessoa
UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA – UEP	Antônio Elizeu de Medeiros Coordenador Geral do Programa Vitor Cavalcante de Souza Valério Coordenador Executivo do Programa João Victor Dantas da Nóbrega Machado Assessor jurídico Mayara Santos Assessora jurídica Rejane Negreiros Assessora de Comunicação Mariana Moura Fontenelete de Brito Assessora Técnica - Coordenação Geral Guilherme Monteiro dos Guimarães Assessor Técnico – Coordenação Geral Joseuma de Souza Barbosa Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública Bruno Reis Crispim Coordenador de Tecnologia da Informação Juliane Sousa de Ataíde Coordenação de Aspectos Ambientais Joelma Medeiros Coordenação de Aspectos Sociais Caio Mario Silva e Silva Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade Ana Paula Cavalcanti Donato Coordenação do Centro de Cooperação da Cidade



Ana Cristina Muniz de Menezes

Assessora Técnica – Engenheira

Juliana de Oliveira Medeiros

Coordenadora Administrativa e Financeira

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes

Assessor Técnico - Administrativo e Financeiro

Vandeivi Amâncio

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ana Cláudia Martins

Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação



Lista de Figuras

Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa.....	15
Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa.....	16
Figura 3 - Complexo Beira Rio.....	17
Figura 4 - Marcos do Programa.....	18
Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa.....	19
Figura 6 - EAP Componente I.1.....	20
Figura 7 - EAP Componente I.2.....	21
Figura 8 – Organograma.....	23
Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$).....	25
Figura 10 - Fluxo de Caixa até 30/06/2024.....	30
Figura 11 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC.....	38
Figura 12 – Inauguração das exposições no Hotel Globo.....	39
Figura 13 - Avanços fevereiro/2024.....	40
Figura 14 - Avanços abril/2024.....	40
Figura 15 - Avanços junho/2024.....	41
Figura 16 - Atividades Colinas de Gramame.....	45
Figura 17 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame.....	46
Figura 18 - Residencial Colinas de Gramame.....	47
Figura 19 - Atividades Saturnino de Brito.....	48
Figura 20 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito.....	49
Figura 21 - Residencial Saturnino de Brito.....	50
Figura 22 - Atividades CH São José.....	51
Figura 23 - Região de Implantação do Residencial Novo São José.....	52
Figura 24 - Residencial Novo São José.....	53
Figura 25 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre.....	56
Figura 26 - Residencial Vista Alegre.....	56
Figura 27 - Avanço das obras no CBR, fevereiro/2024.....	59
Figura 28 – Avanço das obras no CBR, maio/2024.....	60
Figura 29 – Avanço das obras em junho/2024.....	60
Figura 30 – Plataforma digital.....	68
Figura 31 - Evolução das Queixas.....	69

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Figura 32 - Atendimento às Queixas.....	70
Figura 33 - Adesões às modalidades	73
Figura 34 - Dados Medidas Operacionais.....	73
Figura 35 - Supressão Vegetal para implantação do Gabião e Abertura das Vias internas.....	78
Figura 36 - Construção de muro de gabião e vala de drenagem perimetral do lixiviado.....	79
Figura 37 - Execução de vala de drenagem de biogás.....	79
Figura 38 - Terraplenagem das vias internas do parque socioambiental do Roger.....	80
Figura 39 - Adequações no almoxarifado do canteiro de obras	80
Figura 40 - Adequações no refeitório do canteiro de obras	81
Figura 41 – Reunião conjunta com os órgãos municipais para planejamento previsto no Plano de Gestão do Parque Socioambiental do Roger.....	83
Figura 42 - Separação de materiais realizada na mesma via pública onde é realizado o descarte dos resíduos pelo empreendimento	84
Figura 43 - Ações de monitoramento da implantação do Plano de Ação dos Catadores	85
Figura 44 – Corte da falange do dedo anelar esquerdo e agente causador.....	92
Figura 45 - Local do acidente de trabalho	93
Figura 46 - Processos erosivos identificados nas obras do Terreno 3.....	93
Figura 47 - Implantação do muro de gabião circundando a poligonal do Parque Socioambiental do Roger.....	94
Figura 48 - Caminhos seguros nos canteiros de obras dos conjuntos habitacionais dos Terrenos 02 e 03.....	97
Figura 49 - Isolamento da APP nas obras do Terrenos 2 (à esquerda) e 3 (à direita).....	97
Figura 50 - Dano ocorrido no muro do vizinho ao lado do Terreno 3.....	99
Figura 51 -Execução do reperfilamento e muro de gabião	101
Figura 52 - atendimentos para os cadastros	102
Figura 53 – Gerenciamento de risco do programa.....	124
Figura 54 - Material de divulgação da regularização fundiária	127
Figura 55 - Reunião com o Coordenador Geral da UEP, Elizeu Nascimento; Consultor Mário; Vice-prefeito Leo Bezerra; Coordenador Executivo da UEP, Vitor Cavalcante; Coordenadora de Fortalecimento da Gestão Pública da UEP, Joseuma de Souza Barbosa; e representantes da Defesa Civil.....	127
Figura 56 - Antônio Elizeu dando entrevista para o Jornal da Manhã (Rádio Jovem Pan)	128
Figura 57 - Antônio Elizeu dando entrevista para o Ponto de Partida (TV Tambaú/SBT).....	128



Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desembolso (2024).....	26
Gráfico 2 - Desembolso Acumulado	26
Gráfico 3 - Execução Financeira (2024)	27
Gráfico 4 - Execução Financeira (2024) – Componente I.1.....	27
Gráfico 5 - Execução Financeira (2024) – Componente I.2.....	28
Gráfico 6 - Execução Financeira (2024) – Componente II.....	28
Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)	29
Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP).....	29

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado.....	31
Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal.....	33
Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado.....	33
Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática.....	34
Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos.....	34
Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre.....	35
Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil.....	36
Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC.....	36
Tabela 9 - Construção da Edificação.....	42
Tabela 10 - CCC Consolidado.....	42
Tabela 11 – Infraestrutura rede POL.....	43
Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame.....	44
Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame.....	46
Tabela 14 - Saturnino de Brito.....	47
Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura).....	49
Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura.....	50
Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura.....	52
Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre.....	53
Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre.....	55
Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio.....	57
Tabela 21 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais.....	61
Tabela 22 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio.....	62
Tabela 23 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.....	62
Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR – 2º Etapa.....	63
Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR.....	63
Tabela 26 - Obras de Construção do Vila Santa Clara.....	64
Tabela 27 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade..	64
Tabela 28 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR.....	65
Tabela 29 - Reassentamento e atividades sociais.....	65
Tabela 30 - Cenário Afetações por Selo.....	71



Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Tabela 31 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR.....	76
Tabela 32 – Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR.....	77
Tabela 33 - Regularização Fundiária.....	77
Tabela 34 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger.....	78
Tabela 35 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger.....	85
Tabela 36 - Obras do Parque Socioambiental e recuperação do Lixão do Roger.....	86
Tabela 37 - Licenças Obtidas.....	88
Tabela 38 - Prazos Previstos e Atuais.....	90
Tabela 39 - Monitoramentos.....	100
Tabela 40 – Coordenadas selecionadas para análise da água (Datum SIRGAS 2000).....	101
Tabela 41 - Planta PGV atualizada.....	103
Tabela 42 - Novo sistema de administração tributária.....	103
Tabela 43 - Solução Integrada de Gestão Tributária.....	104
Tabela 44 - Data Center.....	105
Tabela 45 - Secretarias com plano de reestruturação.....	106
Tabela 46 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).....	106
Tabela 47 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental.....	107
Tabela 48 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zoológico.....	107
Tabela 49 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zoológico.....	107
Tabela 50 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zoológico.....	108
Tabela 51 – Aquisição e implementação de passivos POL.....	108
Tabela 52 - Escola de Governo EAD.....	109
Tabela 53 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município....	110
Tabela 54 - Sistema de Gestão financeira e contábil.....	110
Tabela 55 - Sistema de atuação da Defesa Civil.....	111
Tabela 56 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa.....	111
Tabela 57 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil.....	112
Tabela 58 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada.....	112
Tabela 59 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP.....	113
Tabela 60 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática.....	113
Tabela 61 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA).....	114
Tabela 62 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro.....	115



Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Tabela 63 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO).....	115
Tabela 64 - Consultores individuais.....	115
Tabela 65 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa.....	116
Tabela 66 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC.....	116
Tabela 67 - Equipe local.....	117
Tabela 68 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.....	117
Tabela 69 – Supervisão de Obras.....	118
Tabela 70 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia.....	119
Tabela 71 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS.....	119
Tabela 72 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social.....	120
Tabela 73 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no rio Jaguaribe..	120
Tabela 74 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe.....	121
Tabela 75 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do rio Jaguaribe.....	122
Tabela 76 - Programa de Controle de vetores de doenças.....	122
Tabela 77 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças.....	123

Lista de Abreviaturas

APP	Áreas de Preservação Permanente
AAS/PGAS	Avaliação Ambiental e Social / Plano de Gestão Ambiental e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU-PB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba
CB	Corpo de Bombeiros
CBR	Complexo Beira Rio
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGM	Controladoria Geral do Município
CGP	Comitê de Gestão do Programa
CH	Conjunto Habitacional
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação
COVID-19	Novo Coronavírus
CREA-PB	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba
EAD	Ensino à Distância
ELO'S	Escritórios Locais de Gestão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPI	Licitação Pública Internacional
LPN	Licitação Pública Nacional
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
PDT	Plano de Desenvolvimento do Território



Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

PERR	Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGV	Planta Genérica de Valores
PM	Polícia Militar
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Planos Plurianuais
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP	Solicitação de Propostas
SEAD	Secretaria de Administração
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEM HAB	Secretaria Municipal de Habitação Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIGEF	Sistema de Gestão Financeira
TdR	Termo de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UEP	Unidade Executora do Programa
ZEP2	Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	18
2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL	19
2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO.....	19
2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE	20
2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	21
2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA.....	22
3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA	25
3.1. DO DESEMBOLSO.....	25
3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	26
3.3. SALDO EM CAIXA.....	30
4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	31



4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA.....	31
4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL	31
4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA	33
4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS	34
4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE	36
4.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS.....	44
4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME.....	44
4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO	47
4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA	50
4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE	53
4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS.....	57
4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO.....	57
4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS.....	65
4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER.....	78
4.4. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS.....	87
4.4.1. Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento Ambiental das Obras.....	87
4.4.2. Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO).....	90
4.4.3. Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas.....	98
4.4.4. Programa de Educação Ambiental e Sanitária.....	99
4.4.5. Programa de readequação da infraestrutura.....	99
4.4.6. Programa de Monitoramento Ambiental	100
4.4.7. Programa de controle e mitigação de impactos econômicos temporários e serviços	101
5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	103



5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA.....	103
5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES.....	103
5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	103
5.1.3. DATA CENTER.....	105
5.2. SUBCOMPONENTE I 2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA..	105
5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO	106
5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA).....	109
5.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	110
5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....	111
5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA	112
5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL ...	113
6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA.....	114
6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA.....	114
6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA.....	114
6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO	115
6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS	115
6.1.4. EQUIPE LOCAL.....	117
6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS	118
6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS.....	119
6.2.1. TRABALHO SOCIAL.....	119
6.2.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE.....	120
6.2.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS.....	122
7. GERENCIAMENTO DE RISCO DO PROGRAMA	124
8. COMUNICAÇÃO	125
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA	129

1. INTRODUÇÃO

O município de João Pessoa é uma cidade de médio porte, capital do Estado da Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil. João Pessoa trata-se do principal centro econômico, financeiro e cultural do Estado da Paraíba. Entre 2000 e 2010, o município apresentou um crescimento populacional expressivo, com um crescimento de 21% na década de 2000. Seus dados de espaço geográfico e populacional são representados pelas seguintes características, especificações e a Figura 1:

- No litoral paraibano, ou seja, região leste do Estado;
- Ocupa uma extensão territorial de 210.044Km² (estimativa IBGE, 2019);
- 825.796 habitantes no Município de João Pessoa (estimativa IBGE, 2021);
- Possui densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/Km² (estimativa IBGE, 2010);
- 1.099.360 habitantes na Região Metropolitana (estimativa IBGE, 2018);
- IDH Município de João Pessoa = 0,763 – Superior ao IDH Paraíba = 0,658 (PNUD,2005).

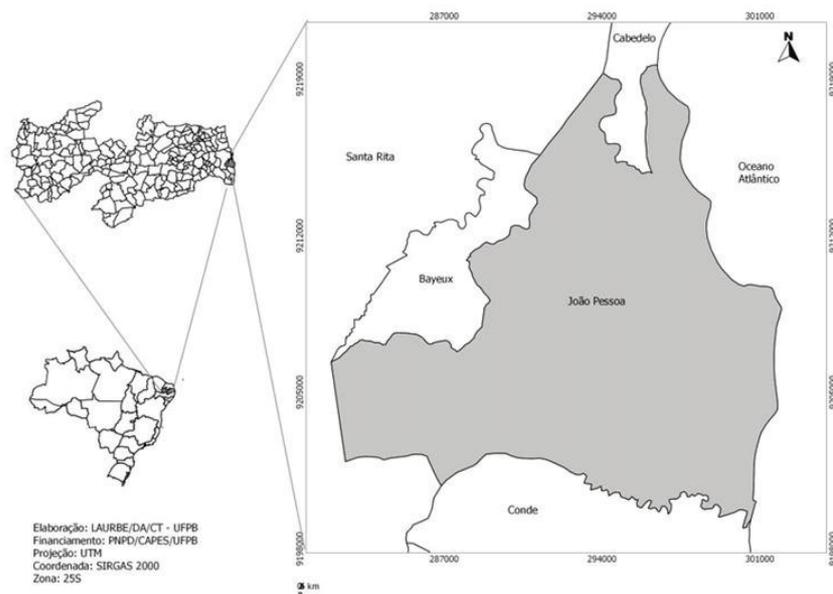


Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa

Fonte: Batista (2019).

O BID, através do Programa “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES), contemplou a cidade de João Pessoa por meio do Plano de Ação João Pessoa Sustentável,

realizado com a colaboração da CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADUROE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

A ICES visou integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança; além de promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Como resultado da aplicação da ICES em João Pessoa, uma das prioridades do município identificadas foi desenvolver mecanismos para diminuir a desigualdade urbana observada na cidade e desempenhar um papel mais relevante no ordenamento do território.

O Programa possui o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal. A Figura 2 apresenta regiões na cidade de João Pessoa onde o Programa atua para levar o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. Como também, pode ser observado na Figura 3 a região do Complexo Beira Rio, onde comunidades serão contempladas pelas ações de desenvolvimento do programa.

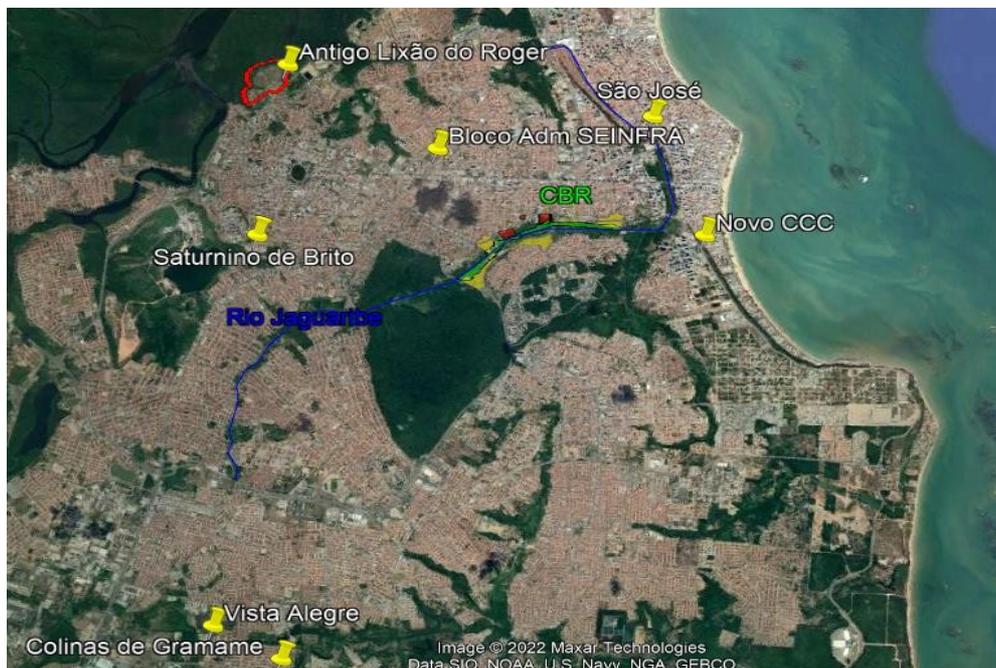


Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa

Fonte: Google Earth (2022).



Figura 3 - Complexo Beira Rio

Fonte: Consorcio Engeconsult/Tecgeo (2022)

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo n.º 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa em 20/12/2018 referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa.

O contrato assinado é uma operação de crédito externo autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução n.º 29/2018.

- Data de aprovação pela diretoria do Banco: 13/12/2017
- Data de assinatura do contrato: 20/12/2018
- Data de elegibilidade para o 1º desembolso: 19/12/2019
- Data do primeiro desembolso: 15/01/2020
- Fim do prazo de execução do contrato: 20/06/2024
- Fim do prazo de execução do contrato com 1º Aditivo: 20/06/2026
- **Prazo de execução (com aditivo): 90 meses**



Figura 4 - Marcos do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2023)

2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Os objetivos do programa João Pessoa Sustentável são:

Objetivo Geral:	Promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none">• Diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços;• Modernizar a administração pública e fiscal com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita.

2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO

O Programa João Pessoa sustentável está dividido em dois componentes, conforme apresentado na Figura 5:

- Componente de Investimento;
- Componente de Gestão e Administração do Programa, com atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação do programa.

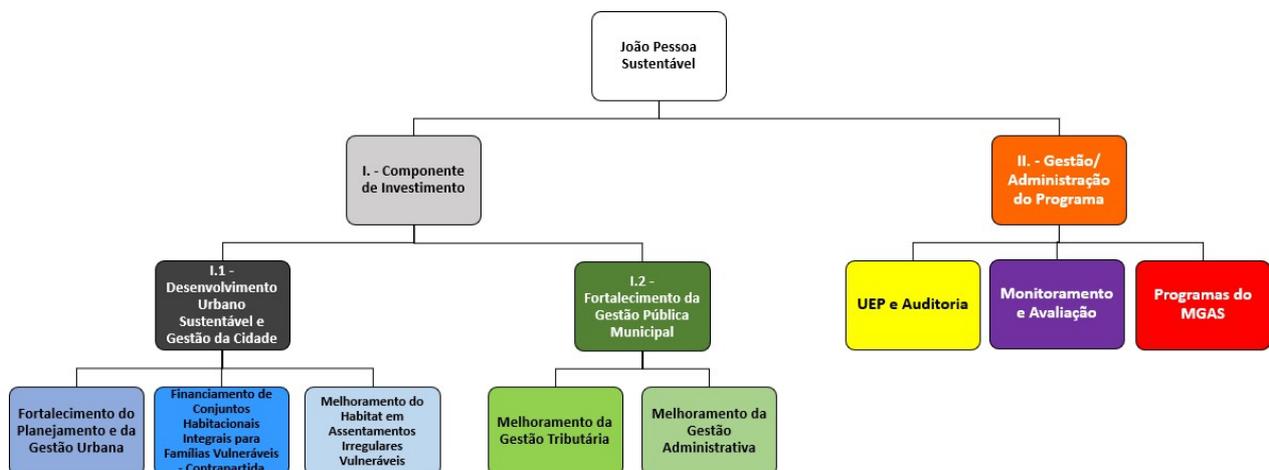


Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2021)

Para atingir os objetivos do Programa, o componente de Investimento está dividido nos componentes:

- I.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade e
- I.2 Fortalecimento da Gestão Pública Municipal, a seguir identificados e descritos.

2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

O Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, apresentado na Figura 6, apoia a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financia:

- (i) Elaboração dos projetos básicos e executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos Complexos Beira Rio - CBR;
- (ii) Infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR;
- (iv) Atividades e obras visando a recuperação do antigo lixão do Roger;
- (iv) Construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
- (v) Reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio - CBR com a devida regulamentação fundiária;
- (vi) Melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
- (vii) Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
- (viii) Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática;
- (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio – CBR; e
- (x) Implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

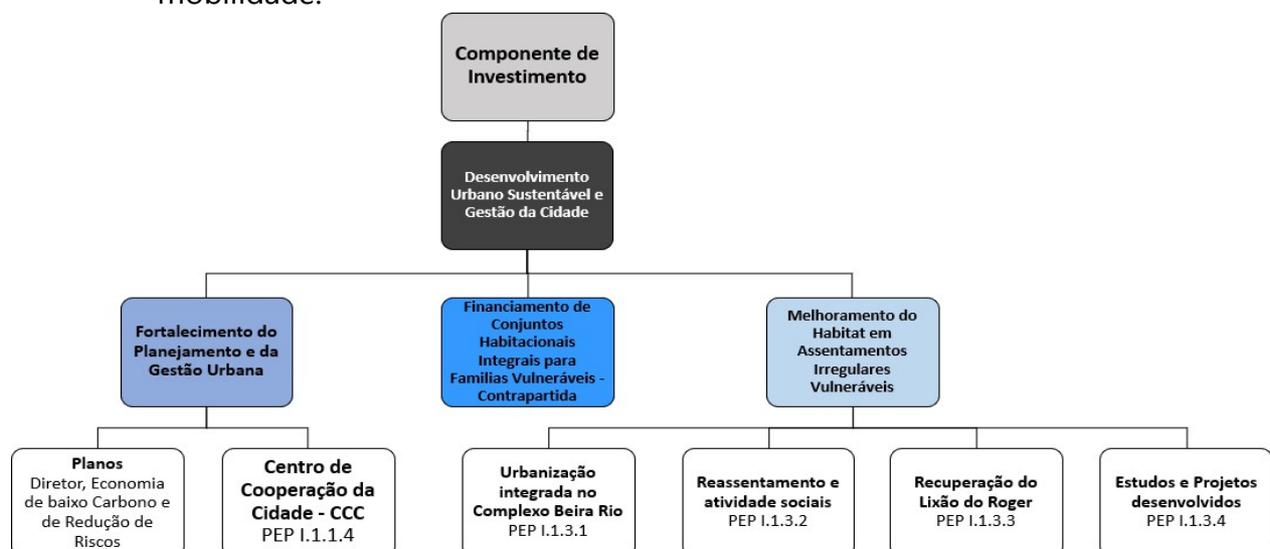


Figura 6 - EAP Componente I.1

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Componente I.2, apresentado na Figura 7, financia as seguintes ações:

- Reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
- Atualização da planta genérica de valores;
- Implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
- Implantação do novo modelo de cobrança;
- Desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
- Implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
- Implantação da escola de governo;
- Implantação do novo modelo de gestão de compras;
- Implantação do programa de educação fiscal;
- Implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
- Virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;
- Implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
- Redefinição do modelo de assistência social do município;
- Melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
- Aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação, e
- Implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

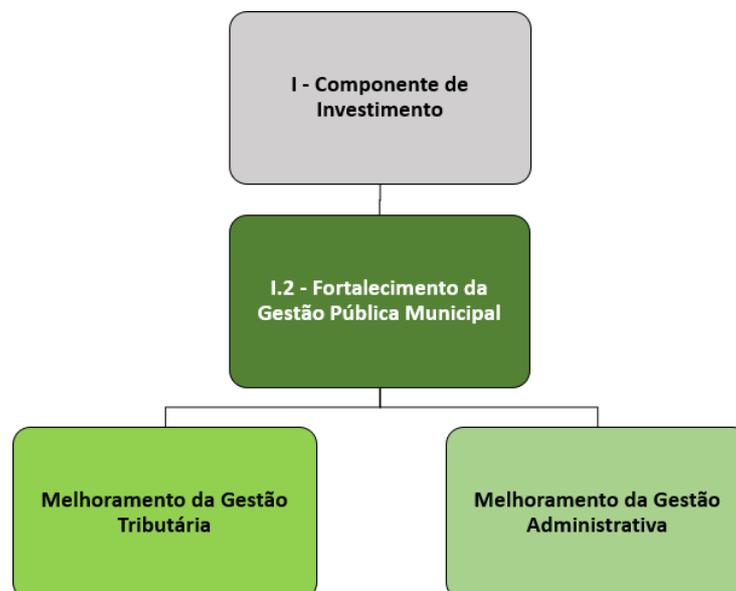


Figura 7 - EAP Componente I.2

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, por meio da Unidade Executora de Programa (UEP), criada pelo Medida Provisória 67/2018, convertida na Lei de n.º 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29 /12/2018, Edição Extra. Para a articulação institucional foi criado o Comitê de Gestão do Programa (CGP), com competência e atribuições de aconselhamento e acompanhamento.

Para as ações relacionadas com a comunicação social do Programa, a UEP conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que tem por missão levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática.

A execução do Programa está, portanto, centralizada no Gabinete do Prefeito que, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP), tem a responsabilidade de planejar e realizar a gestão técnica, administrativa e fiduciária, bem como o monitoramento e a avaliação do Programa, com base em sua Matriz de Resultados.

Os desembolsos do empréstimo ingressam em conta específica em nome do Programa na Secretaria de Finanças (SEFIN).

Para atuar durante o prazo da execução do Programa, foi criada a Comissão Especial de Licitações (CEL), específica para as licitações no âmbito do Gabinete do Prefeito, onde está vinculada a UEP. A CEL possui a finalidade de realizar todos os processos de seleção e contratação de consultorias, de aquisição de bens e serviços comuns e, em especial, da contratação de obras, realizados com recursos do financiamento.

A UEP está sendo apoiada por uma empresa de consultoria que lhe dá suporte no gerenciamento das ações do Programa, além de outra empresa que fará a supervisão das obras, incluindo ambiental, para prestar apoio técnico-operacional e disponibilizar especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes.

Os processos de orçamento, reservas financeiras para aquisições, empenhos, contratações, reconhecimento de gastos, autorizações de pagamento e registro contábil seguem os trâmites usuais do Município de João Pessoa, com o apoio do sistema adotado para atendimento das normas existentes:

- Lei Orçamentária Anual (LOA),
- Planos Plurianuais (PPA),
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A estrutura administrativa do programa é composta pelos seguintes membros, cuja estrutura é apresentada na figura 8:

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

- Prefeito de João Pessoa - Desempenha função de articulação político-institucional,
- Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP) - Desempenha a função de execução da operação crédito;
- Comitê Gestor do Programa (CGP) - Responsável por discutir assuntos relevantes, solucionar possíveis dificuldades e informar ao Prefeito sobre aspectos-chave do Programa, além disso, será a instância encarregada pela aprovação dos projetos do componente Projetos Estratégicos;
- Coordenação das ações - Secretarias e órgãos responsáveis pelas ações do programa em seu respectivo âmbito de competência;
- Comissão Especial de Licitação (CEL) - Responsável pela execução dos processos licitatórios do programa; e
- Membros da UEP, que são: Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação, Assessoria Técnica, Coordenador de Tecnologia da Informação, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador Geral, Coordenador Executivo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador de Aspectos Sociais, Coordenadora de Aspectos Ambientais e a Equipe da Gerenciadora.

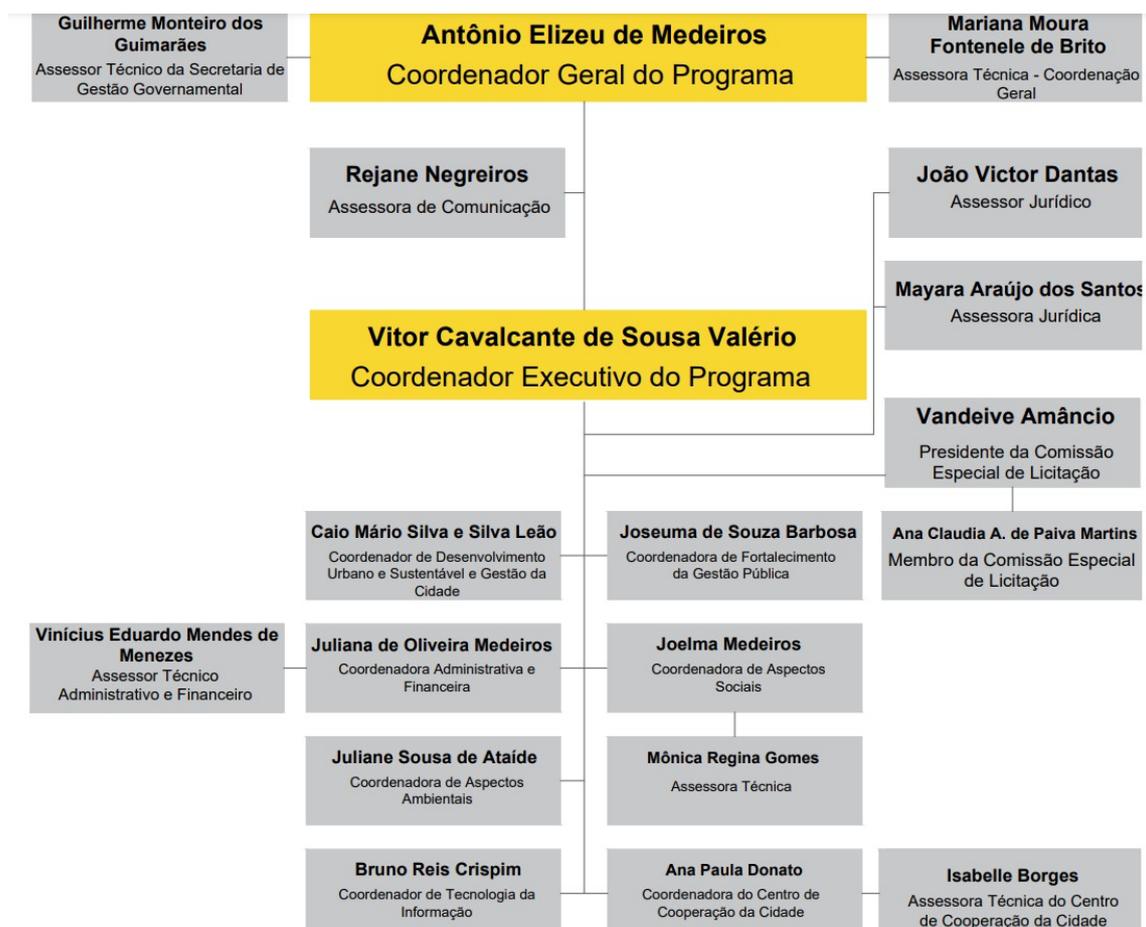


Figura 8 – Organograma
Fonte: Instituto Aquila (2024)

Neste primeiro semestre de 2024 ocorreu uma mudança no quadro da UEP, a Coordenação Executiva, que estava sem ocupação após o afastamento do Sr. Dorgival Vilar em 2023, foi ocupada pelo Sr. Vitor Cavalcante durante a Missão do BID no mês de março/2024.

O CGP, presidido pelo Prefeito e auxiliado pelo Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa (UEP), tem como membros efetivos, além do Prefeito, os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Indireta da PMJP e outros órgãos estaduais e federais. Este foi ampliado, conforme o Regulamento Operacional do Programa (ROP), revisado em novembro/2022.

Não houve reunião do comitê gestor no primeiro semestre, porque as ações do programa estão sendo acompanhadas diretamente pelo Prefeito e pelo Secretário de Gestão Governamental.

PMJP

- ✓Secretaria de Infraestrutura
- ✓Secretaria da Receita
- ✓Secretaria Habitação Social
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Social
- ✓Secretaria de Finanças
- ✓Secretaria de Planejamento
- ✓Secretaria de Administração
- ✓Secretaria de Meio Ambiente
- ✓Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
- ✓Coordenadoria Proteção e Defesa Civil
- ✓Procuradoria-Geral do Município
- ✓Controladoria Geral do Município
- ✓Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
- ✓Empresa Municipal de Limpeza Urbana

Outros órgãos da esfera estadual e federal

- ✓Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- ✓Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal
- ✓Polícia Rodoviária Federal (PRF)
- ✓Polícia Militar (PM)
- ✓Corpo de Bombeiros (CB)

3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

Conforme o Plano de Financiamento, do Anexo Único do Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, a partir do Instrumento de Alteração Contratual n.º 1, assinado em 09/02/2023, o custo e financiamento total do Programa João Pessoa Sustentável passou a ser de US\$ 159,4 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 59,4 milhões, em contrapartida, da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A Figura 9 abaixo, apresenta a distribuição desses recursos entre seus componentes, e ainda, distingue aqueles que são advindos do empréstimo BID e dos provenientes da contrapartida da Prefeitura. Importante destacar, que o componente de investimento representa a maioria do programa, no intuito de fomentar o desenvolvimento das demandas municipais, políticas públicas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Componentes/Subcomponentes	Banco	Contrapartida Local	Total
Componentes de Investimento	89.966	57.477	147.443
Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	57.477	122.588
Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855	0	24.855
Gestão Administrativa do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
Total	100.000	59.400	159.400

Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$)

Fonte: Instrumento de Alteração Contratual N° 1 – Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR

3.1. DO DESEMBOLSO

Sobre o indicador de desembolso, recursos solicitados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pontua-se que este vem evoluindo ao longo dos anos e ao final do primeiro semestre de 2024 cumpriu a meta prevista.

Conforme o prognóstico de desembolso enviado em fevereiro/2024, a previsão para o primeiro semestre era solicitar US\$ 4,0 milhões (Gráfico 1). Com isso, o indicador alcançou o patamar de US\$ 33,5 milhões no acumulado (Gráfico 2), conforme é demonstrado a seguir:



Gráfico 1 - Desembolso (2024)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

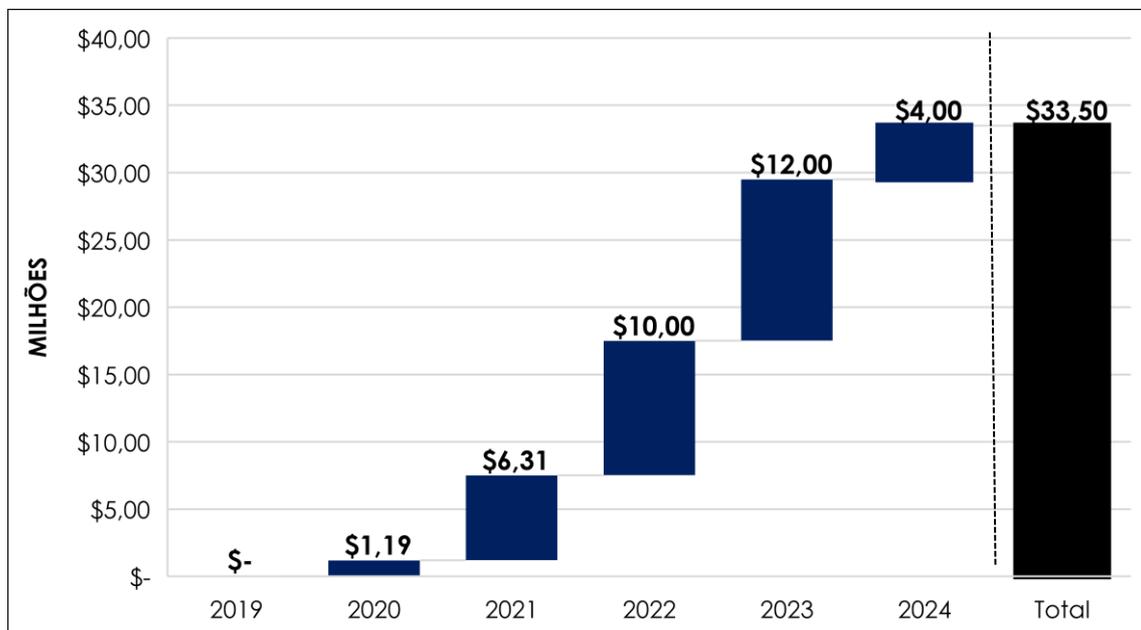


Gráfico 2 - Desembolso Acumulado

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Com relação à metas de 2024 pactuadas no relatório PMR Financeiro, é possível constatar que a execução financeira do programa no primeiro semestre do corrente ano cumpriu 34% do planejado, somando-se às duas fontes orçamentárias, conforme demonstrado no Gráfico 3 abaixo.

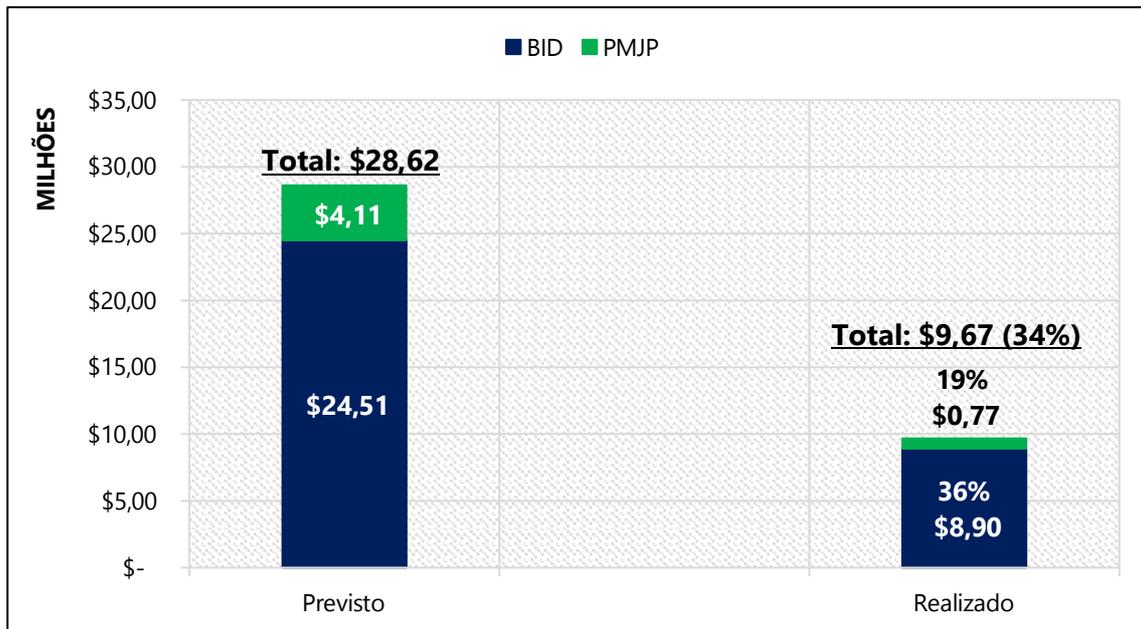


Gráfico 3 - Execução Financeira (2024)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Desdobrando o resultado da execução financeira por componente, falaremos sobre os Componentes I.1, I.2 e II.

O Componente I.1 cumpriu 32% da meta prevista para o ano de 2024, representando 36% de êxito com recurso BID e 9% da meta de contrapartida (PMJP), dados estes disponíveis no Gráfico 4.

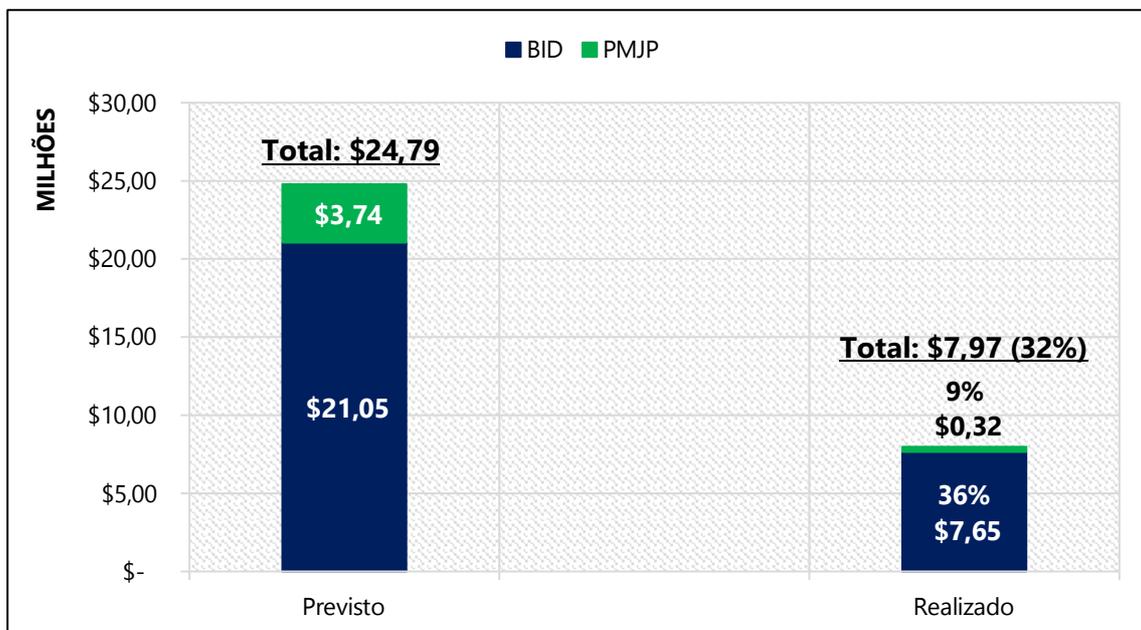


Gráfico 4 - Execução Financeira (2024) – Componente I.1

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

No componente I.2, segundo o Gráfico 5, a execução financeira teve um desempenho de 36% no período. Este componente não possui recurso de contrapartida (PMJP).

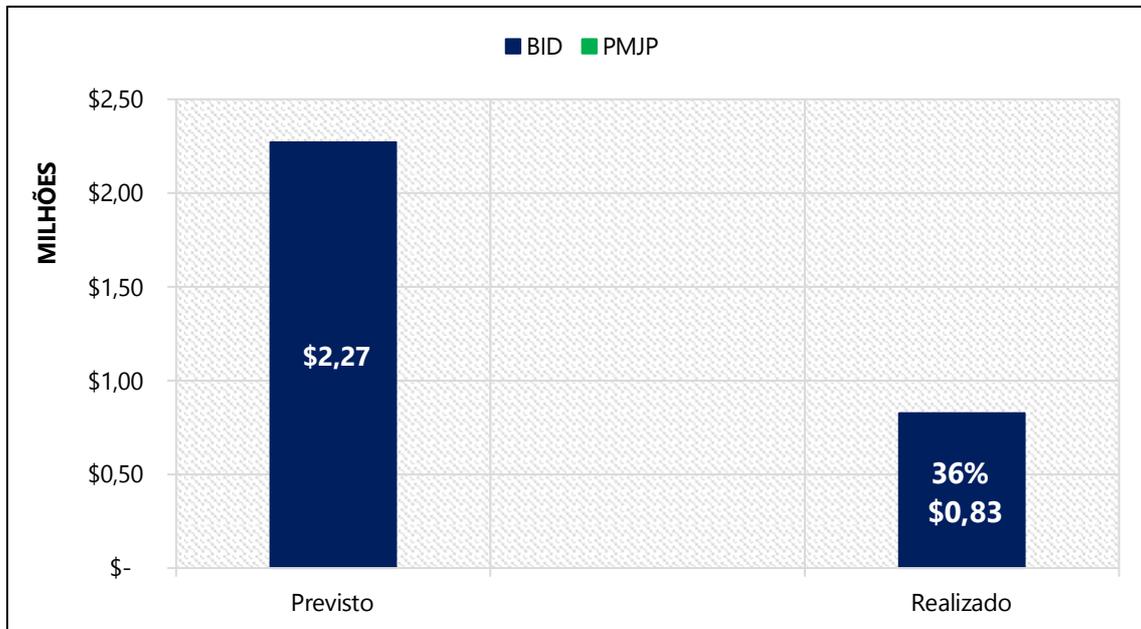


Gráfico 5 - Execução Financeira (2024) – Componente I.2
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Já em relação ao componente II, nota-se (Gráfico 6) que no primeiro semestre foi executado 47% da meta financeira prevista para o ano, sendo 23% de recursos do BID e superou em 22% a meta de contrapartida (PMJP), devido principalmente ao reconhecimento de gastos maior do que o previsto no que se refere aos custos com a Equipe Local da UEP.

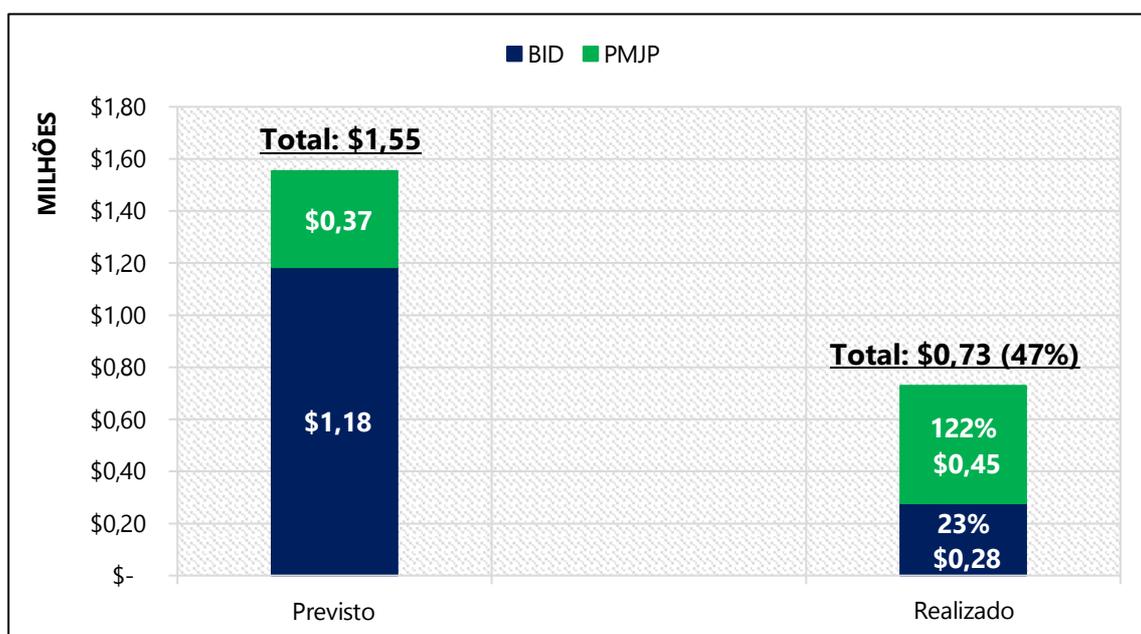


Gráfico 6 - Execução Financeira (2024) – Componente II
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Por fim, a seguir é demonstrada a execução financeira acumulada do ano de 2019 ao primeiro semestre de 2024, por fonte de recurso BID (Gráfico 7) e recurso PMJP (Gráfico 8).

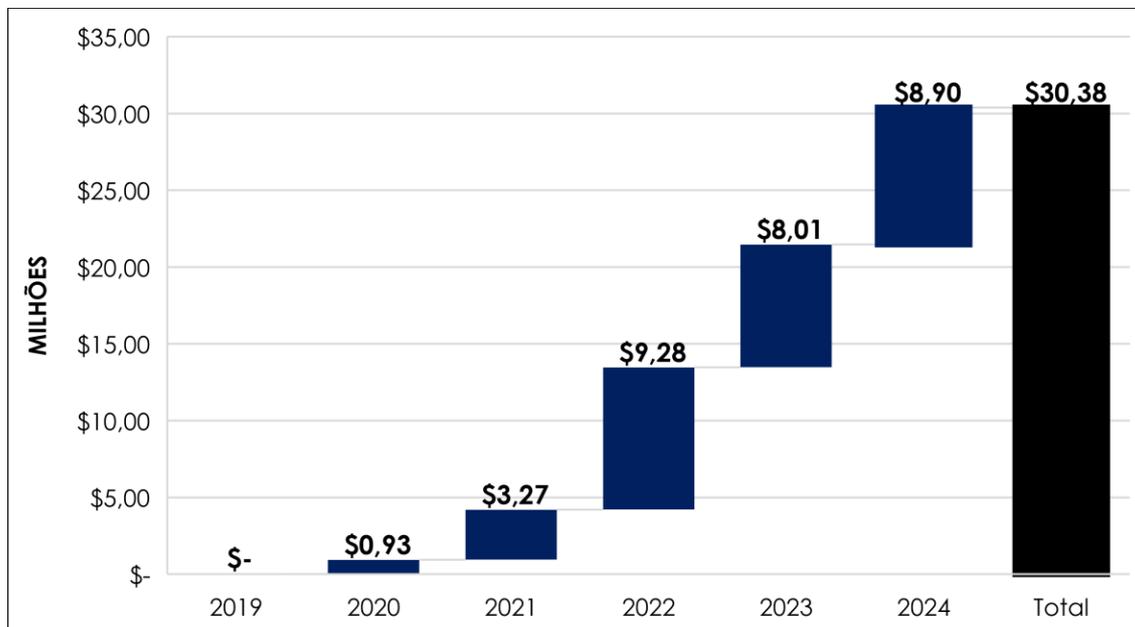


Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

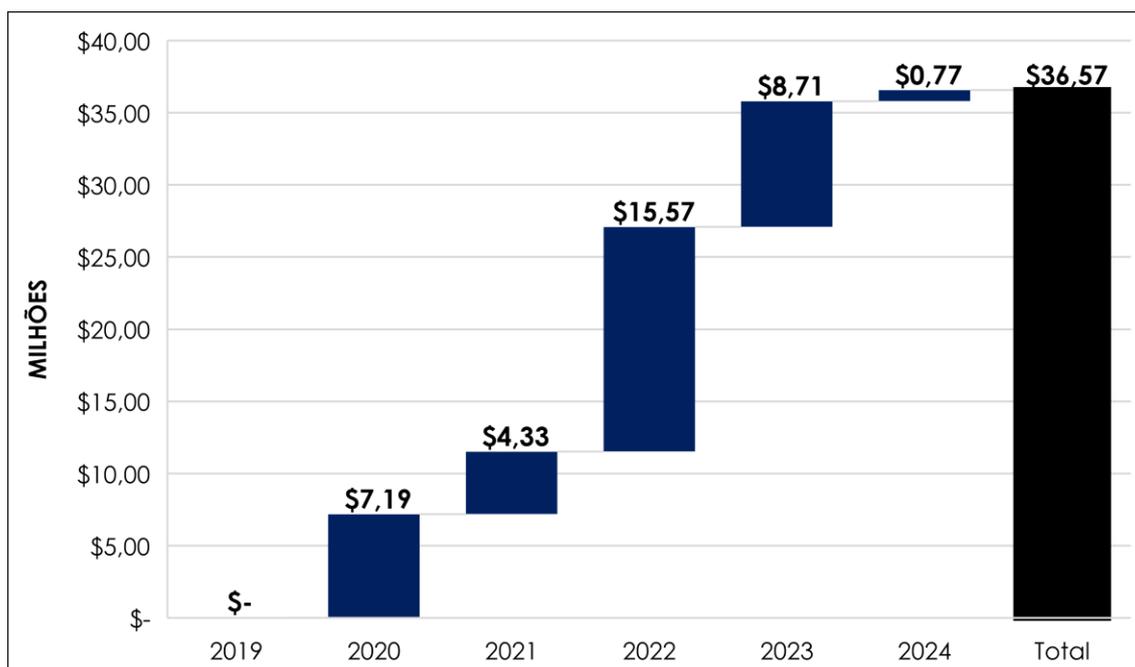


Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

3.3. SALDO EM CAIXA

Considerando as solicitações de desembolso e a execução financeira, ao final do primeiro semestre de 2024 o saldo em caixa totalizou, aproximadamente, US\$ 3,12 milhões, conforme apresentado na Figura 10. Acrescenta-se que, o saldo objetiva atender a execução financeira planejada até setembro/2024.



Figura 10 - Fluxo de Caixa até 30/06/2024
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

Neste capítulo é apresentado detalhes do Componente I.1 e seu respectivo avanço no último semestre.

Este componente visa fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais.

Este componente foi estruturado em três subcomponentes, os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA

São financiadas as seguintes atividades:

- (i) revisão do plano diretor municipal;
- (ii) Plano de descarbonização e adaptação climática;
- (iii) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e
- (iv) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para emergências, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade.

4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado

Produto - Plano Diretor Municipal	
Valor Previsto Total do Produto	US\$ 670.720,76
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa visa definir objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando o contido no Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º, principalmente nas seguintes diretrizes gerais:

- (i) Garantia do direito à cidade sustentável;
- (ii) Gestão democrática;
- (iii) Planejamento do desenvolvimento da cidade;
- (iv) Ordenação e controle do uso do solo;
- (v) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas.

Além disso, esses serviços incluirão também:

- (i) Compatibilizar a legislação territorial urbana às demais legislações vigentes;
- (ii) Revisar o Plano Diretor de João Pessoa;
- (iii) Revisar e (re)definir o macrozoneamento e o zoneamento de todo o território municipal;
- (iv) Pautar as propostas de ordenamento territorial;
- (v) Elaborar minutas de anteprojetos de leis de revisão dos instrumentos jurídicos vinculados ao planejamento territorial, em especial a lei de Parcelamento do Solo, lei de Condomínio, Código de Obras e Edificação, Código de Posturas, Código Ambiental lei do Sistema Viário, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas dos instrumentos de política urbana, integrando-as ao Plano Diretor.

No 2º semestre de 2022 todas as 6 Minutas¹ previstas na PMR foram entregues pelo fornecedor, conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa.

O Plano Diretor foi aprovado na Câmara Municipal na data de 21 de dezembro de 2023, tendo poucas emendas por parte da casa legislativa, seguindo para sanção pelo poder Executivo. Em janeiro foi realizada a publicação da revisão do Plano Diretor.

A seguir podem ser observados mais alguns dos avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

¹ <http://pdjp.com.br/>

Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal

I.1.1.1.1.1 -Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal e legislações complementares	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 664.000,00
Valor Contratado	US\$ 545.745,77
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
Avanço	
Em abril/2024 ocorreu a publicação da Lei complementar sobre zoneamento e ocupação do solo do município.	
Dificuldades	
Aprovação da Lei na câmara de vereadores.	
Ação para a Dificuldade	
Monitoramento dos avanços e audiências na Câmara para aprovação da Revisão do Plano Diretor.	

4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado

Produto - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 347.443,63
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano propôs definir o roteiro de descarbonização da economia, e vinculá-lo a objetivos socioeconômicos como criação de empregos, inovação e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo que subsidiou iniciativas visando maximizar a adaptação e resiliência do município frente às mudanças climáticas.

A elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática, compreende todo o limite territorial do município. Deve, como principal base estratégica para o planejamento de ações de mitigação e adaptação, observar os inventários de emissão de GEE já desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa e estudos realizados. Deve, ainda, observar outros planos,

leis de resíduos sólidos, marco regulatório de saneamento, estratégias ou dispositivos inerentes ao tema da mudança climática distribuídos pelos entes federativos, além de dados primários obtidos via levantamentos em campo, e observando as diretrizes do Plano Diretor do Município.

Em junho de 2023 a Prefeitura de João Pessoa apresentou que finalizou o projeto de construção do seu Plano de Ação Climática (PAC). O documento, elaborado de forma participativa, aponta 37 medidas de adaptação e mitigação para alcançar o objetivo de neutralizar as emissões líquidas de carbono da cidade até 2050.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática

I.1.1.2.1 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 347.443,63
Valor Contratado	US\$ 347.443,63
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
Avanço	
Envio para Câmara de Vereadores, aguardando aprovação.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos

Produto - Plano Municipal de redução de riscos	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 194.387,93
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano é imprescindível para a segurança das pessoas que passarão a habitar e frequentar esses espaços que serão feitos pelo Programa, pois como João Pessoa é um município antigo e algumas áreas já sofreram diversos tipos de ações tanto do tempo, quanto antrópicas, elas podem colocar em risco as pessoas, por vários motivos como: instabilidade do solo, áreas suscetíveis às inundações e alagamentos, estruturas não adequadas aos locais e também para prever reações emergenciais a algum desastre que venha a ocorrer em proporções maiores, como em períodos de retorno, assim evitando mortes e acidentes.

Em 2023 foi realizada a contratação de uma empresa para construção, implantação e suporte de ferramenta web, do tipo portal com webmapping, para gerenciamento de riscos e desastres da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB), juntamente com versão para aplicativo móvel.

Em maio/2024 foi solicitado o aditivo de execução contratual da implantação da ferramenta por mais 8 meses para que o tempo de execução contratual também comporte os prazos de suporte da ferramenta.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre

I.1.1.3.2 - Construção, Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 116.125,00
Valor Contratado	US\$ 45.723,01
Status	Contrato em Execução
Avanço	
A ferramenta está em pleno desenvolvimento e estão com os sprints já pré definidos em implementação.	
Dificuldades	
Intercambio de informação com a UMTI em virtude do sigilo dos dados.	
Ação para a Dificuldade	
A UMTI designou uma pessoa específica para acompanhar e fornecer os dados necessários para o bom desenvolvimento da ferramenta.	

Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil

I.1.1.3.3 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 24.625,00
Valor Contratado	US\$ 49.237,42
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Contrato em execução dentro das conformidades, como para a implantação da ferramenta será realizado aditivo, para o contrato do consultor também será realizado aditivo para continuidade do acompanhamento da implantação da ferramenta.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE

Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC

Produto - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.077.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O CCC visa prover uma solução integrada para os desafios urbanos existentes, sendo um indutor de transformação no manejo e utilização de informações em prol do processo decisório da gestão da cidade de João Pessoa. A implementação do CCC é o componente responsável pela melhoria das respostas da Prefeitura as demandas de serviços que geram grandes impactos no cotidiano da população de João Pessoa. O CCC atuará com foco nos seguintes eixos:

- Mobilidade Urbana,
- Atendimento de Urgência (SAMU), Segurança,
- Defesa Civil,
- Gestão Pública Moderna e
- Meio Ambiente, outros serão incluídos progressivamente.

O CCC deverá captar, processar, armazenar, disponibilizar as informações e demandas de serviços da cidade de João Pessoa, das instituições públicas e de parceiros, vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana, permitindo a cooperação entre instituições, a interação com cidadãos e a prestação de serviços públicos.

O Centro de Cooperação da Cidade – CCC será implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, e fará uso de um prédio público já construído, localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida.

Em 13 de fevereiro de 2023 foi homologado e assinado o contrato com a empresa vencedora, a Empresa GERATRIX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 07.223.818/0001-12, no valor total de R\$ 6.544.817,12 (seis milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos de dezessete reais e doze centavos).

Todavia, a emissão da primeira ordem de serviço estava condicionalmente atrelada à prévia aprovação pelo BID de um Plano de Deslocamento Econômico Cultural – PDEC elaborado em favor do Celeiro Espaço Criativo, devido às especificidades e às características das atividades econômicas e culturais desenvolvidas no local. A aprovação do PDEC ocorreu em julho de 2023 e, em seguida, foi emitida a Ordem de Serviço, ainda em julho de 2023. Após a aprovação do PDEC, foi realizada a consulta significativa em 9 de agosto de 2023, o evento contou com a participação de artistas, artesãos e servidores do Celeiro Espaço Criativo, pode ser observado na Figura 11 a seguir.



Figura 11 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC
Fonte: PMJP, (2023).

O Plano de Deslocamento Econômico e Cultural é um o item de grande importância, e precede o início das obras do CCC, uma vez que o local escolhido pela gestão do município após a desistência da construção no Centro Administrativo Municipal – CAM, foi o Celeiro Cultural, que está situado no bairro do Altiplano em João Pessoa. O prédio do Celeiro Espaço Criativo está sob a administração da Secretaria de Educação do município, e tem como objetivo e vocação o desenvolvimento das capacidades de artesãos e artistas do município. As visitas realizadas ao Celeiro identificaram a necessidade de uma ação de deslocamento com garantias da continuidade das atividades no momento de transição, com o compromisso de prover local adequado para transferir as atividades então realizadas no espaço do Celeiro. Em acordo firmado entre a Gestão Municipal e a Secretaria de Educação, ficou decidido que o local que iria acolher o grupo que ocupa o prédio do Celeiro seria a Estação das Artes, outro prédio público que está sob administração do município, mas que se encontra em reforma.

Enquanto não é possível realizar o deslocamento dos artesãos e dos artistas para a Estação das Artes e para a continuidade das obras no Celeiro, foi necessário realizar uma mudança provisória para o Hotel Globo no Centro Histórico de João Pessoa. Em janeiro ocorreu a mudança e em fevereiro a inauguração das exposições, conforme pode ser observado na Figura 12 abaixo.



Figura 12 – Inauguração das exposições no Hotel Globo
Fonte: PMJP, (2024).

A obra do Centro de Cooperação da Cidade trata-se de uma requalificação onde funcionava o antigo Celeiro Cultural de João Pessoa. O prédio é localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida. Inicialmente a intervenção estava prevista para ser feita em 8 meses, no entanto, em decorrência do atraso da elaboração do projeto executivo que é de responsabilidade do empreiteiro, a obra apresenta hoje um atraso de 5 meses.

Após o deslocamento dos artesãos, a obra obteve uma maior evolução, porém, em março de 2024 ocorreu o 1° aditivo de prazo para as obras, prorrogando a execução para agosto e a vigência contratual para dezembro de 2024.

Abaixo, podem ser observados alguns dos avanços nas obras do CCC.



Figura 13 - Avanços fevereiro/2024
Fonte: PMJP, (2024).



Figura 14 - Avanços abril/2024
Fonte: PMJP, (2024).



Figura 15 - Avanços junho/2024
Fonte: PMJP, (2024).

Ao final do semestre as obras apresentavam uma evolução de 40%, em reunião com a empresa e a gerenciadora, foi elaborado um novo cronograma detalhando as atividades e assim foi observado que as obras estavam alcançando o limite do prazo de execução. Em junho foram iniciadas as tratativas de um novo aditivo de execução para as obras.

Neste primeiro semestre de 2024 segue em andamento o processo para contratação do CCC Consolidado e da Infraestrutura da rede POL. O CCC Consolidado trata-se de uma contratação para o fornecimento de bens como: equipamentos tecnológicos, mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de monitoramento e alerta, equipamentos de comunicação, aquisição de softwares monitoramento urbano, controle semaforico, a implantação dos diversos atores municipais como: SAMU, SEMOB, SEMUSB e a integração e cooperação de todos estes com empresas, organizações sociais e parcerias. Para desenvolver soluções conjuntas para problemas locais, promovendo uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

Em janeiro de 2024, foram concluídos o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) do CCC Consolidado. A Comissão de Licitação elaborou a minuta do edital LPI, enviada pela Coordenação Geral aos órgãos de controle para revisão. Em fevereiro, houve uma atualização solicitada pelo Coordenador de Tecnologia da Informação no orçamento estimativo. Neste mesmo mês, os órgãos de controle se manifestaram sobre a contratação e implantação de bens e serviços para o Centro de Cooperação da Cidade de João Pessoa. O Termo de Referência foi revisado e encaminhado à Coordenação Geral após ajustes recomendados, sendo submetido a nova análise dos órgãos de controle em março. Após aprovação do Termo de Referência e anexos pela Coordenação Geral na primeira quinzena de abril de 2024, foi autorizada a abertura da licitação pública internacional.

A rede POL trata-se de uma contratação que irá permitir que o CCC fique interligado com a PMJP, através de uma infraestrutura tecnológica moderna (Fibra óptica), garantindo uma maior velocidade na transmissão de dados. Esta aquisição compreende equipamentos de rede, cabeamento de fibra óptica e todos os insumos para interligá-los.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção segundo os itens do Plano de Aquisições.

Tabela 9 - Construção da Edificação.

I.1.1.4.1.1 - Construção da Edificação (obras e infraestrutura).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.751.532,95
Valor Contratado	US\$ 1.322.185,28
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Em 19/03/2024 - 1º Termo aditivo de prazo alterando execução da obra para agosto de 2024 e vigência contratual para dezembro de 2024. A Obra está dividida em três etapas: Etapa 01 - Gerador / Subestação, etapa 02 - Escada/Caixa d'água, etapa 03 - Mezanino. Na etapa 01 Gerador/subestação - Concluída as Superestrutura, elevação de alvenaria e chapisco / massa única, contrapiso. Na Etapa 02 - Escada/caixa d'água - em fase de conclusão a superestrutura da caixa d'água. Etapa 03 - Mezanino - Concluída a superestrutura, elevação de alvenaria, infra elétrica, infra climatização, infra CFTV, logica. Foi solicitada termo aditivo de valor para incluir os serviços que não contempla na planilha licitada, mas é solicitada em projetos arquitetônico e estrutural.	
Dificuldades	
Dificuldade está no avanço em serviços que não contempla e estão insuficientes em planilha. Como, por exemplo, a manutenção da cobertura que está atrapalhando na conclusão dos serviços de alvenaria em drywall, emassamento, pintura, instalação dos equipamentos de climatização.	
Ação para a Dificuldade	
A ação necessária para solucionar a dificuldade está sendo através do aditivo de valor que está em análise com a Coordenação da UEP.	

Tabela 10 - CCC Consolidado

I.1.1.4.2.9 - Aquisição de Solução Consolidada para o CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	Ainda será ajustado no PA
Valor Contratado	US\$ 9.971.532,95
Status	Previsto para o 2º semestre de 2024

Avanço
Conclusão da TR, aprovação do processo pelos Órgãos de Controle, abertura da Fase Competitiva em abril através da modalidade de Licitação Pública Internacional.
Dificuldades
Após abertura do Certame houve muitos pedidos de impugnação e hoje o certame se encontra paralisado por um mandado de segurança.
Ação para a Dificuldade
Com relação aos pedidos de impugnações, os mesmos foram respondidos a tempo para a continuidade do certame. Para o Mandado de Segurança foi elaborado uma resposta com apoio do Consultor, e o advogado a da UEP João Vitor e com apoio da Gerenciadora e a resposta foi encaminhada ao procurador. O processo encontra-se em análise pela procuradoria da PMJP.

Tabela 11 – Infraestrutura rede POL

I.1.1.4.2.8 - Aquisição e implementação de infraestrutura para a rede POL (Passive Optical Lan).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.162.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2024
Avanço	
Em fevereiro de 2024, foi realizado a abertura do pregão eletrônico 71003/2024 - Contratação de Serviço para Aquisição e Instalação de Equipamentos para Implantação de Rede Lógica POL (Passive Óptica LAN) utilizando a tecnologia GPON (Gigabit Passive Optical Network) para a PMJP, na fase de avaliação de proposta financeira, as licitantes melhor colocadas com menor preço para os lotes ofertados foram convocadas para apresentar os documentos de habilitação técnica, concluindo esta etapa na primeira quinzena de maio e foi posteriormente aberto a fase recursal com a conclusão na segunda quinzena de maio. Superado todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou as vencedoras e homologou o certame na segunda quinzena de junho de 2024.	
Dificuldades	
Atraso na conferência das especificações técnicas dos equipamentos de rede ativa.	
Ação para a Dificuldade	
Foram mobilizados mais técnicos para a conferência das especificações técnicas dos equipamentos e evitar mais atrasos.	

4.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

São financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 (duas mil e trezentas) habitações para aproximadamente 11.500 (onze mil e quinhentas) pessoas de baixa renda nos Conjuntos Habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, são financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamentos urbanos priorizados conforme os critérios estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME

Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

Produto - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Residencial Colinas de Gramame, instalado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul, possui área de 14.137,65m² (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados) e oferece um total de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades habitacionais.

O Colinas de Gramame enfrenta dificuldade na gestão dos resíduos domésticos, como é comum em diversos conjuntos habitacionais de interesse social, dificuldade essa identificada no Plano de Ação elaborado pela UEP, na tentativa de solucionar esta dificuldade, a UEP planeja ação integrada como ocorrido em outros conjuntos habitacionais como ação corretiva e deverá implementar com as secretarias uma ação estruturada para melhoria da gestão a médio e longo prazo.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O Trabalho Técnico Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial Colinas de Gramame, desenvolvido por meio do Programa Casa Verde e Amarela, em convênio com Caixa Econômica Federal, faz parte das atividades relacionadas aos conjuntos habitacionais de contrapartida no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável.

Neste primeiro semestral de 2024 as atividades presenciais ocorreram de maneira normal. Desse modo, apresentaremos a seguir algumas das ações desempenhadas pelo município nos Conjuntos Habitacionais-CH de contrapartida do Programa João Pessoa Sustentável e também algumas estratégias próprias da equipe do TTS.

Na macro ação **Mobilização, Organização e Fortalecimento Social-MOFS** nas atividades de Avaliação e Planejamento demos continuidade às reuniões de equipe de forma presencial. Foram realizados, também, contatos informais permanentes durante todo o período com os beneficiários e instituições a fim de encaminhar e dar resolutividade as demandas, simplificando e acelerando os processos demandados ao TTS do CH Colinas de Gramame.

Ainda na macro ação MOFS nas **Ações Socioeducativas** realizamos atividades de distribuição de peixe a todos os moradores do residencial em alusão a Semana Santa, essa ação contemplou as 432 famílias do residencial. Distribuímos também milho a todos os moradores do Residencial, essa atividade se deu no período dos festejos juninos e as 432 famílias foram beneficiados com essa ação.

Na macro ação **Educação Patrimonial e Ambiental** nas atividades de Educação para Saúde houve a continuidade das práticas esportivas de forma presencial com os grupos de mulheres, idosos e crianças no Residencial Colinas de Gramame, no salão de festa do residencial.



Figura 16 - Atividades Colinas de Gramame

Fonte: PMJP, (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.889.840,20
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20 (reconhecimento realizado em junho/2021)
Status	Concluído
Avanço	
- Monitoramento das salvaguardas sociais e ambientais. - Atendimentos às demandas de políticas de benefícios eventuais e segurança alimentar e nutricional, desenvolvidas em parceria com outras secretarias.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	



Figura 17 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame
Fonte: Google (2021)



Figura 18 - Residencial Colinas de Gramame
Fonte: PMJP (2020)

4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO

Tabela 14 - Saturnino de Brito

Produto - Saturnino de Brito	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 15.312.500,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito foi instalado próximo a áreas degradadas, parte destas áreas estão dentro do terreno do habitacional e outra parte na Comunidade Renascer, limítrofe ao Conjunto. Para favorecer a recuperação ambiental de três áreas específicas, a SEMAM elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), este vem sendo executado pelas secretarias municipais desde o segundo trimestre de 2022.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O acesso às políticas sociais é uma das importantes ações que diminuem situações de extrema vulnerabilidade social entre os moradores do Saturnino de Brito. Para permitir o

acesso às políticas assistenciais é necessário que o cidadão tenha o NIS – n.º de Inscrição Social e para isso o CRC vem fazendo um trabalho junto às famílias do Residencial e Comunidade Renascer.

No período de referência, foram identificados avanços na obra de infraestrutura entre o Residencial Saturnino de Brito e Renascer 1, com toda parte de esgotamento sanitário já concluído, ruas foram calçadas, os pontos comerciais estão na sua maioria em pleno funcionamento, foi realizada a troca de iluminação do Residencial que estavam queimadas, a zeladoria é realizada regularmente, foram realizadas várias ações que vão de encontro aos anseios da comunidade, nas áreas de saúde, lazer, educação, cursos profissionalizantes, via parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

Uma das macro ações é a mobilização, organização e fortalecimento social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos encaminhamentos e serviços públicos de assistência social, educação para jovens e adultos, acesso a cursos de capacitação profissional e gestão de negócios, campanhas de prevenção e apoio, e acesso aos serviços judiciais desenvolvidos no equipamento social instalado próximo ao Residencial Saturnino de Brito, chamado Centro de Referência da Cidadania. Atendimento de Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Atividade Física, semanalmente no CRC, aos moradores do Residencial Saturnino de Brito e Comunidade do Renascer 1, Curso de Rotinas Administrativas, 4 turmas, sendo 12 alunos em cada turma. (Moradores do Residencial Saturnino de Brito e Comunidade do Renascer 1).

Durante o período em tela, destacamos as atividades econômicas, através dos boxes comerciais, que iniciaram timidamente, com o apoio da equipe de referência da área em parceria com a SEDEST. Outro avanço diz respeito a iluminação pública nas áreas externas do Residencial Saturnino de Brito, o que favorece segurança aos moradores e área de entorno.

Figura 19 - Atividades Saturnino de Brito



Fonte: PMJP (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)

I.1.2.2 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 8.524.136,10
Valor Reconhecido	US\$ 8.524.136,10 (reconhecimento realizado em junho/2022)
Status	Concluído
Avanço	
- Reforço na iluminação pública no Residencial Saturnino de Brito - Início das atividades econômicas, através dos boxes comerciais.	
Dificuldades	
Não se aplica	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica	



Figura 20 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito

Fonte: Google, (2021)



Figura 21 - Residencial Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2020)

4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA

Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura

Produto - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional São José oferece 336 (trezentos e trinta e seis) unidades habitacionais distribuídas em 11 blocos e acarreta melhoria de condições de habitação das famílias beneficiadas.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O Trabalho Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial São José, acompanhado por meio do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em convênio com Caixa Econômica Federal - CEF, faz parte dos conjuntos habitacionais de contrapartida, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Este conjunto foi entregue aos usuários em

dezembro de 2018 e teve contrapartida reconhecida no primeiro semestre de 2020. No plano de ação foram identificadas necessidades relativas a um plano de ação para melhoria da atividade dos comércios, cobertura nos espaços destinados aos veículos e fechamento da rua.

Durante o primeiro semestre de 2024, o CH permanece utilizando o sistema de queixas, vinculado ao aplicativo João Pessoa na Palma da Mão, onde a ideia é o próprio morador acompanhar suas demandas, o que vem inviabilizando os registros das demandas por parte da equipe técnica. Entretanto, essa dinâmica favorece a sustentabilidade e autogestão das demandas dos moradores do Residencial, o que é um ponto muito positivo. De uma maneira geral, as questões relativas a políticas públicas como: zeladoria, mobilidade, infraestrutura, serviços essenciais, benefícios eventuais, meio ambiente, entre outros são acionados diretamente pelo aplicativo.

Salientamos que houve, durante esse período, a entrega da passarela que interliga os bairros de Manaíra e São José para facilitar a mobilidade dos moradores e no acesso aos equipamentos diversos que permanecem no bairro. Os moradores ficaram satisfeitos com a referida entrega, tendo em vista a garantia de mobilidade com segurança para os moradores e seus familiares. Ainda será entregue a ponte para garantir maior facilidade para os moradores de ambos os bairros.

Com relação à questão dos comerciantes, ainda é mantida a mesma situação, que, apesar de novas atualizações realizadas por equipe técnica, permanece sem a regularização da situação de construção dos boxes comerciais.



Figura 22 - Atividades CH São José
Fonte: PMJP, (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura

I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.807.582,59
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59 (reconhecimento realizado em fevereiro/2020)
Status	Concluído
Avanço	
Entrega da passarela que liga o bairro de Manaíra com o bairro São José;	
Dificuldades	
Diálogo com a SEDURB para tratar sobre os comércios no residencial.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento com as secretarias responsáveis para ajustes relativos aos comércios.	



Figura 23 - Região de Implantação do Residencial Novo São José

Fonte: Google, (2021)



Figura 24 - Residencial Novo São José

Fonte: PMJP (2020)

4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre

Produto - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A construção do Residencial Vista Alegre contribuiu para a redução do déficit habitacional no município de João Pessoa, ofereceu um total de 2016 unidades habitacionais, distribuídas em onze condomínios denominados Vista Alegre I até o Vista Alegre XI, sendo 1827 unidades habitacionais convencionais e 189 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE.

Neste primeiro semestre as atividades presenciais ocorreram de maneira normal na Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB. Desse modo, apresentaremos a seguir algumas das ações desempenhadas pelo município nos Conjuntos Habitacionais-CH de contrapartida do Programa João Pessoa Sustentável e também algumas estratégias próprias da equipe do TTS.

Na macro ação **Mobilização, Organização e Fortalecimento Social-MOFS** nas atividades de Avaliação e Planejamento demos continuidade às reuniões de equipe de forma presencial. As reuniões trataram da continuidade das atividades presenciais na secretaria, da reestruturação da equipe, bem como do encaminhamento das demandas apresentadas através do Sistema de Reclamações e Queixas-SRQ. Foram realizados também, contatos informais permanentes durante todo o período com os beneficiários e instituições a fim de encaminhar e

dar resolutividade as demandas, simplificando e acelerando os processos demandados ao TTS do CH Vista Alegre que correspondem aos condomínios 11, 10, 09, 08, 07, 06, 05 e 04. Realizamos também oito visitas institucionais, a primeira no Circo Amazonas, para articular ação da Colônia de Férias. A segunda na CBTU, para articular passeio de trem referente a ação da Colônia de Férias. Já a terceira na SEJER, para articular ações da Colônia de Férias. A quarta na Escola Grau Técnico, para articular ação de saúde direcionada para o Residencial. Na quinta, foi no PSF do Grotão, para articular ação de saúde. Na sexta, foi na Escola Lúcia Braga com a equipe do SENAI, para articular cursos profissionalizantes. Por fim, a sétima foi no Distrito Sanitário II, para articular ação de saúde, e pôr fim a oitava visita foi realizada no Posto de Polícia do Residencial, para fortalecer a parceria.

Ainda na macro ação MOFS realizamos duas reuniões com o grupo do GGL (Grupo de Governança Local), onde falamos sobre as demandas de saúde, limpeza urbana e segurança, nessas atividades estiveram presentes cerca de trinta pessoas. Também realizamos quatro plantões sociais, sendo um para inscrição dos exames de mamografia e citológico, um para cadastro para venda de comidas típicas do São João e dois para inscrição do curso de costura industrial, nessa atividade se inscreveram cerca de 120 pessoas.

Ainda na macroação MOFS nas Ações Socioeducativas tivemos seis atividades, a primeira foi a Colônia de férias, distribuída em cinco atividades, que são elas: Aula de funcional kids, Passeio no Parque Arruda Câmara, Aulão de futebol, passeio de trem em parceria com a CBTU e por fim um aulão de Jiu-jitsu. A segunda foi a entrega de peixe a todos os moradores do Residencial, essa atividade se deu no período da semana santa e os 2.116 moradores foram beneficiados com essa ação. A terceira foi o cadastramento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), essa atividade foi realizada em um período de aproximadamente dois meses e meio, distribuída em sete plantões e atendeu um público de aproximadamente oitocentas pessoas.

Na quarta atividade desenvolvida foram realizadas três ações de panfletagem para divulgação do cadastramento do PAA, São João do Residencial e as inscrições dos cursos profissionalizantes. A quinta atividade foi um evento em alusão ao São João, com diversas apresentações culturais, como também comidas típicas (com tendas, onde os moradores puderam vender seus produtos, gerando renda para eles) e sorteios de balaios juninos, nessa atividade estiveram presentes cerca 150 pessoas. E por fim a sexta atividade foi uma ação de distribuição de milho a todos os moradores do Residencial, essa atividade se deu no período dos festejos juninos e os 2.116 moradores foram beneficiados com essa ação.

Na macro ação **Educação Patrimonial e Ambiental**, nas atividades de Educação para Saúde houve a continuidade das práticas esportivas de forma presencial com os grupos de mulheres, idosos e crianças no Residencial Vista Alegre, em ambiente aberto.

Dando continuidade a macro ação Educação Patrimonial e Ambiental nas atividades de Educação para saúde realizamos duas atividades, a primeira foi uma ação de saúde em parceria com a Escola Grau Técnico, onde foram oferecidos serviços de saúde, como também descontos nos cursos técnicos profissionalizantes, nessa atividade estiveram presentes cerca de 50 pessoas.

A segunda atividade foi também uma ação de saúde, chamado de “DIA D” voltado para o público feminino, em parceria com o Distrito Sanitário I e PSF do Grotão, nesse dia foram ofertados serviços de aferição dos SSVV – PA e FC, como também consultas, encaminhamentos, diagnóstico de exames, aplicação de flúor, auriculoterapia e vacinação. Nessa atividade estiveram presentes cerca de 150 pessoas.

Na macro ação da **Assessoria à Gestão Condominial** na atividade de Capacitar, orientar e prestar assessoria ao grupo gestor do condomínio, foi realizada uma reunião com a Gestão Condominial, essa reunião foi realizada com a gestão condominial e com os síndicos e representantes do Residencial Vista Alegre V, a pauta dessa reunião foram assuntos referente a vagas de garagem, limpeza das caixas de gordura e construção irregulares.

Na macro ação de **Empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico**, na atividade de Acompanhamento dos cursos profissionalizantes, foi realizada a cerimônia de certificação do Curso de Eletricista Predial, nessa atividade participaram 13 concluintes do curso de Eletricista Predial.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.



Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre

I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Valor Reconhecido	US\$ 13.943.331,10 (US\$ 7.258.813,79 reconhecido em maio/2023)
Status	Concluído
Avanço	
Parcerias para atividades relativas a Macro ação Mobilização, Organização e Fortalecimento Social-MOFS , com implementação de novas atividades, como Colônia de Férias.	
Dificuldades	
Abertura do Sistema de Queixas quanto a 3 questões: - Reclamação referente a barulhos sonoros (SEMAM); - Demanda sobre atualização das parcelas do imóvel (Gestão Condominial); - Solicitação da intervenção da construtora para reparos (Infraestrutura).	

Ação para a Dificuldade

Diálogo com Residencial São José para intercâmbios quanto a organização.



Figura 25 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre
Fonte: Google, (2021)



Figura 26 - Residencial Vista Alegre
Fonte: PMJP (2020)

4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS

Será financiado o reassentamento involuntário de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados pela situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

- (i) projeto urbanístico integral da área;
- (ii) reassentamento de aproximadamente 840 (oitocentos e quarenta) famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 747 (setecentos e quarenta e sete) habitações;
- (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
- (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e
- (v) regularização cadastral e titulação de propriedades.

Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), com o Pleito de alteração do Contrato de Empréstimo, foram retirados os itens (i) e (ii) que estão abaixo em **negrito**, para ser realizado apenas o item (iii), os itens podem ser observados abaixo:

- (i) o projeto urbanístico integral da área;**
- (ii) seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e**
- (iii) recuperação socioambiental do Antigo Lixão do Roger.

4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO

Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio

Produto - Urbanização integrada de áreas subnormais no Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 57.242.954,87
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades:

- Brasília de Palha;
- Cafofo/Liberdade;
- Miramar;
- Tito Silva;
- Padre Hildon Bandeira;
- Vila Tambauzinho;
- Santa Clara; e
- São Rafael.

Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros:

- Expedicionários;
- Torre;
- Miramar;
- Tambauzinho; e
- Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em áreas de Preserva o Permanente – APP e Zona Especial de Preserva o dos Grandes Verdes – ZEP2.

Em 2022 a Prefeitura Municipal de João Pessoa firmou um convênio junto   CAGEPA especificando as mútuas responsabilidades na execu o das obras de esgotamento sanitário e sua futura opera o e manuten o.

O Complexo Beira Rio trata-se de um projeto audacioso, onde serão construídas unidades habitacionais, equipamentos públicos, parque linear e interven es de infraestrutura nas comunidades com serviços de pavimenta o, conten o de encostas, drenagens, esgotamento sanitário, ilumina o pública e outros projetos em paralelo para atender às demandas sociais da região.

No início de 2023 ocorreu o término da licita o para as Obras nos 3 (três) Lotes para os habitacionais no CBR, com Ordens de Serviços emitidas em maio/2023, para as empresas:

- Lote 01: a vencedora foi a CONSTRUTORA LITORAL LTDA, inscrita sob o CNPJ n.  02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 16.767.306,72 (dezesseis milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e seis reais e setenta e dois centavos). A empresa será responsável pela constru o do

Conjunto Habitacional no Terreno 01, com três blocos de uso misto, com total de sete pavimentos, totalizando 106 (cento e seis) unidades habitacionais, 03 (três) unidades comerciais e 01 (um) salão para reuniões e eventos condominiais.

- Lotes 02 e 03: a vencedora foi a UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 99.433.630,58 (noventa e nove milhões quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos). A empresa será responsável pela construção dos conjuntos Habitacionais e equipamentos comunitários nos Terrenos 02 e 03 do CBR, com um total de 24 (vinte e quatro) blocos de uso misto, com 341 (trezentos e quarenta e uma) unidades habitacionais, 13 (treze) unidades comerciais e 04 (quatro) salas para reuniões e eventos condominiais.

As obras no terreno 01 obteve ao fim do semestre um avanço de 24% das obras, para as obras do terreno 02 o avanço alcançou 26% e no terreno 03 de 31%. Alguns dos blocos habitacionais já estão na fase das instalações prediais e de revestimento cerâmico. Abaixo podem ser observados alguns registros dos avanços das obras:



Figura 27 - Avanço das obras no CBR, fevereiro/2024
Fonte: PMJP, (2024).

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024



Figura 28 – Avanço das obras no CBR, maio/2024
Fonte: PMJP, (2024).

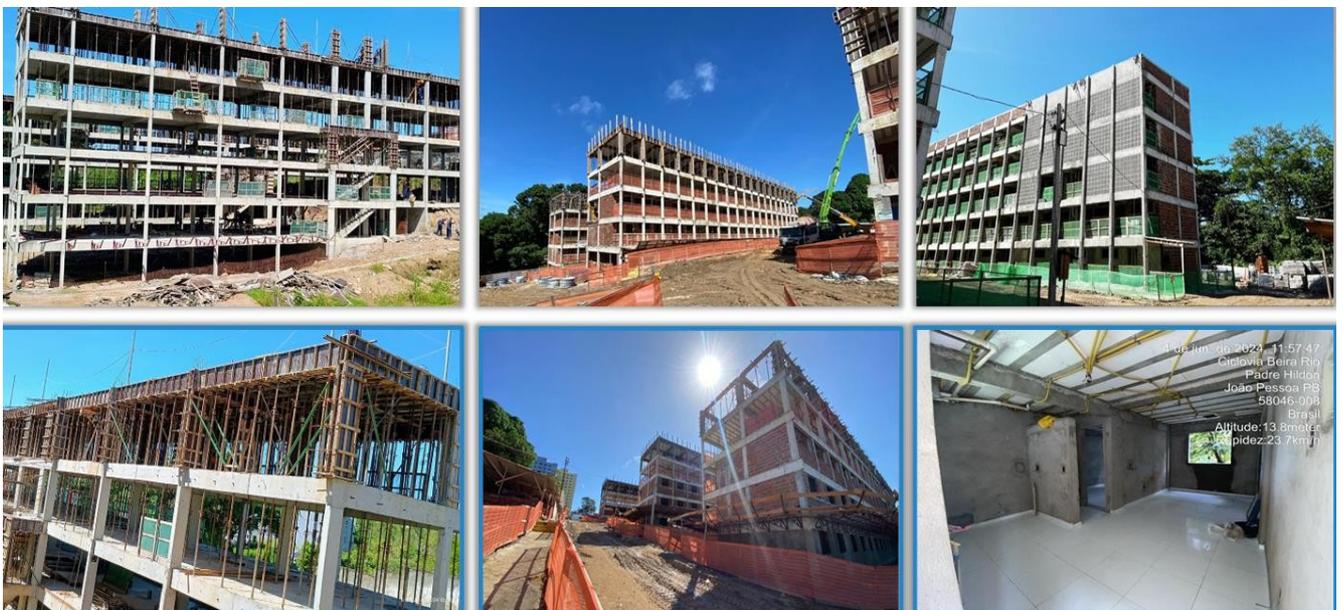


Figura 29 – Avanço das obras em junho/2024 Fonte: PMJP, (2024).

Atualmente não existem obras de infraestrutura em andamento no Complexo Beira Rio. No semestre anterior foi publicado o edital para as obras de infraestrutura nas 8 comunidades, dividido em 4 lotes, porém, em apenas dois lotes houveram propostas. Neste semestre, para os dois lotes que foram homologados e tiveram contrato assinado, a empresa vencedora solicitou uma rescisão amigável do contrato com base em ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ao final do semestre o processo ainda estava em análise pela UEP sobre a resposta à rescisão. Os lotes 1 e 4 tiveram edital publicado no semestre, porém sem

recebimento de propostas.

Neste mesmo semestre a SEMAM realizou análise dos projetos do Parque Linear do CBR e a Secretaria solicitou alguns ajustes no projeto, retirando alguns trechos para preservação da APP (Área de Preservação Permanente).

Desta forma, com os conflitos nos certames lançados para as obras de infraestrutura no CBR, em conjunto à gerenciadora, foram analisados os processos das obras de infra e as alterações necessárias aos projetos do Parque Linear, que foram solicitados ajustes pela Secretaria de Meio Ambiente. As obras estavam separadas para proporcionar competitividade e eficiência pública, porém, o objetivo esperado não foi alcançado. Assim, visando cumprir o cronograma de execução do Programa e atender as demandas da SEMAM de alterar os projetos, onde a redução poderia inviabilizar a competitividade do pleito, em razão da significativa redução de escopo, as obras de infraestrutura e do Parque Linear serão agrupadas em um único certame, com a necessidade de alteração dos projetos do Parque Linear, a licitação será feita na modalidade semi-integrada, método em que o vencedor deverá elaborar os projetos executivos e poderá realizar os ajustes solicitados pela SEMAM.

Com relação às Obras de Contenção, no primeiro semestre de 2023 o DNIT solicitou à prefeitura por meio do Ofício n.º 63370/2023/SRE – PB a autorização para execução de Contenções do Km-19 da BR-230/PB na Comunidade Santa Clara. Em dezembro/2023 o DNIT deu Ordem de Serviço para o início das obras, que tem previsão de finalização para o segundo semestre de 2024.

Para as outras obras de contenção a serem feitas no CBR, na comunidade Miramar e Santa Clara, no primeiro semestre de 2024 a UEP iniciou a fase competitiva e ao final do semestre o processo estava para homologação do processo. A empresa vencedora foi a DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 18.318.752/0001-60, com proposta no valor total de R\$ 3.106.017,34 (três milhões, cento e seis mil e dezessete reais e trinta e quatro centavos).

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 por cada entrega desta intervenção.

Tabela 21 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais

I.1.3.1.2.1 - Obras de construção das 747 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários no CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 23.941.993,78
Valor Contratado	US\$ 22.531.983,15
Status	Contrato em execução

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Avanço
As obras dos habitacionais estão com avanço de cerca de 30%, onde já foram realizadas as fundações, estão em execução a parte de estrutura e alvenarias, e alguns blocos já com alvenarias finalizadas e alguns apartamentos com cerâmica e reboco. A UCHOA (lote 2 e 3) pediu reajuste em virtude do tempo, de um ano.
Dificuldades
O período chuvoso causou um pequeno atraso nas atividades. Outro ponto sensível é a escassez de mão de obra.
Ação para a Dificuldade
Foi providenciado uma repactuação do cronograma de forma que está se adiantando as atividades.

Tabela 22 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio

I.1.3.1.1.2.1 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.880.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
As obras de contenção estão em processo de aquisição, através da LPN 82001/2024, tendo a sua homologação em 17/06/2024, no momento estamos aguardando a assinatura do contrato que ocorrerá após a empresa contratar o seguro.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 23 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.

I.1.3.1.1.2.3 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.384.538,86
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Avanço
Tivemos a assinatura de contrato para os Lotes 02 (Comunidade São Rafael) em emissão de OS devido a não aprovação do PERR à época, algo já resolvido e também assinatura do contrato Lote 03 (Com. Padre Hildon, Brasília de Palha e Cafofo), com emissão de OS, sendo que a empresa solicitou distrato amigável referente a esse contrato. Atualmente em fase de análise esse pedido de distrato.
Dificuldades
Não recebimento de propostas em 2 licitações já realizadas referente aos lotes 01 (Santa Clara) e Lote 04 (Vila Tambauzinho, Miramar e Tito Silva).
Ação para a Dificuldade
Diante da análise do pedido de distrato e das desertas em 2 outras licitações realizadas referente aos Lotes (1 e 4), decidiu-se por uma nova estratégia de licitação, consolidando em única contratação todas as Comunidades e Parque Linear.

Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR – 2º Etapa.

I.1.3.1.1.2.5 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR - Lotes 1 e 4	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.934.492,89
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025
Avanço	
Não recebemos propostas pela 2 vez consecutiva, sendo assim a licitação foi considerada deserta.	
Dificuldades	
Não recebimento de propostas em 2 licitações já realizadas referente aos lotes 01 (Santa Clara) e Lote 04 (Vila Tambauzinho, Miramar e Tito Silva).	
Ação para a Dificuldade	
Diante da análise do pedido de distrato e das desertas em 2 outras licitações realizadas referente aos Lotes (1 e 4), decidiu-se por uma nova estratégia de licitação, consolidando em única contratação todas as Comunidades e Parque Linear.	

Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR

I.1.3.1.1.2.4 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.566.914,23
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Avanço
A intervenção do Parque Linear teve sua LP emitida, com restrições a implantações de usos em algumas áreas de preservação, o que resultou em alteração de projeto, com redução de área e de usos, que serão refletidos na nova aquisição conjunta com as obras de infraestrutura.
Dificuldades
Redução da área do parque em virtude de imposição do órgão ambiental competente.
Ação para a Dificuldade
Considerando as alterações de usos indicados pela SEMAM, e a situação indicada nas aquisições de infraestrutura, foi definido que essa contratação será feita conjunto com as obras de infraestrutura do CBR.

Tabela 26 - Obras de Construção do Vila Santa Clara

I.1.3.1.2.3 - Obras de Construção do Vila Santa Clara	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 815.976,86
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
Liberação da área junto ao ocupante para realização do levantamento de topografia e sondagem.	
Dificuldades	
Liberação de acesso ao terreno por parte do particular que ocupava o terreno do Estado.	
Ação para a Dificuldade	
Estabeleceu-se com a PGM uma ponte direta a fim de acelerar o processo de emissão de posse.	

Tabela 27 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade

I.1.3.1.1.2.6 - Consultor individual para elaboração de proposta de viabilidade de implantação de conjunto comercial no lote 3 do Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 37.000,00
Valor Contratado	US\$ 29.208,92
Status	Conclusão prevista para 2º semestre de 2024

Avanço
Contrato em execução, com prazo previsto para até o mês de maio/2024, porém foi necessário realizar um aditivo no prazo de execução para o final de julho para realizar a entrega do produto final. A gestão das fachadas ativas devem ter um caráter inovador que consigam dar aos empreendimentos a capacidade de reprodução ampliada das condições de vida anteriores. Neste sentido se buscou atrair empresas sociais que participassem ou executassem a gestão a partir de contratos ou convênios com o município e funcionassem também como incubadoras de empreendimentos. O modelo ainda não foi finalizado e está sendo definido.
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

Tabela 28 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR

I.1.3.1.2.4 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.375,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Conclusão prevista para 2º semestre de 2024
Avanço	
Projeto de arquitetura realizado, e atualmente estão em desenvolvimento pela SEINFRA os projetos complementares.	
Dificuldades	
Elaboração dos projetos complementares.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento com a SEINFRA, para que a equipe elabore os projetos complementares.	

4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS

Tabela 29 - Reassentamento e atividades sociais

Produto - Reassentamento e Atividade Sociais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.639.884,0
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de ocupações de áreas privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

A população da área apresenta baixo nível de escolaridade, onde de 2063 (duas mil e sessenta e três) pessoas cadastradas, 888 (oitocentos e oitenta e oito) pessoas estão apenas com o ensino fundamental completo, representando 43% (quarenta e três por cento). Os chefes de família na região possuem renda média mensal de R\$ 607,94 (seiscentos e sete reais e noventa e quatro centavos) (Diagnostico Socioeconômico do CBR, 2022).

O Programa João Pessoa Sustentável contratou uma empresa para realizar o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, que acompanhe e promova as ações de transformações socio-urbanísticas, ambientais e econômicas do Programa no território, com foco nas atividades de reassentamento das famílias atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito comunidades do CBR.

Em 2021 a Prefeitura de João Pessoa realizou a contratação do Consórcio DEMACAMP – ÂNIMA, em julho/2021 foi dada a Ordem de Serviço para início das suas atividades.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC é a responsável pela elaboração de um Banco de Dados com as informações de todas as famílias nas comunidades a serem reassentadas. Este levantamento de dados das famílias foi realizado através das visitas nos domicílios após haverem sido selados e estando na poligonal do projeto e na área de risco onde foram cadastrados:

-  Todas as pessoas identificadas e cadastradas, dentro do limite de elegibilidade da área de risco, que ocupam os lotes e edificações com indicativo de remoção a partir dos critérios definidos pelo Programa, independentemente de sua condição de regularidade fundiária (regular ou irregular), de sua relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários);
-  Todas as pessoas que tenham suas edificações, independentemente do uso e das condições de ocupação, interditados pela Defesa Civil durante a vigência do Programa, desde que devidamente identificadas e cadastradas pela equipe social;
-  Famílias que tenham sido identificadas como convivência involuntária durante o

processo de cadastramento.

No período correspondente ao objeto do presente instrumento, ou seja, de janeiro a junho de 2024, o PDC realizou as atividades contínuas constantes no cronograma de execução, a exemplo dos atendimentos nos ELOS, a gestão do Sistema de Queixas e Reclamações, a atualização das adesões às modalidades de reassentamento por comunidade (aquelas onde já foram realizadas as Consultas Públicas), a atualização e apresentação das atividades econômicas identificadas no CBR, o acompanhamento dos moradores que estão nos aluguéis emergenciais de transição, o acompanhamento das alunas inscritas nos cursos profissionalizantes junto ao SENAI, com destaque para a mobilização e realização das primeiras etapas das Consultas Públicas nas comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael, cuja crise social estava evidenciada no último relatório semestral, de junho a dezembro de 2023. Além dos pontos apresentados, a equipe social da Gerenciadora Áquila apresentou um trabalho de fortalecimento do Programa nos territórios, mediante parcerias com as redes locais de atendimento, com UBS's, Escolas, CMEIS (CREIs), Associação de moradores, grupos organizados, entre outros, em parceria com as equipes dos ELOS com o intuito de garantir atividades de mobilização e demais articulações. Desde o último relatório semestral tivemos avanços significativos nos diálogos com as comunidades, o que favoreceu o andamento do Programa e os resultados apresentados no presente instrumento.

A seguir, apresentaremos os principais destaques do primeiro semestre de 2024 nas atividades relativas ao Complexo Beira Rio, considerando os avanços e os pontos sensíveis do período.

- AVANÇOS

As atividades pertinentes ao eixo das ações de estruturação das atividades sociais, os quatro escritórios locais de gestão – ELO, funcionaram em todo o período com as equipes locais que realizaram o atendimento ao público beneficiário. Conforme apresentado nos relatórios mensais, foram realizadas as atividades previstas no cronograma de execução, com destaque para algumas delas:

Ao longo do período destacamos alguns avanços, que são: as reuniões do Comitê de Reassentamento e Relocalização das Famílias, Comitê de Acompanhamento de Obras, Comitê de Gênero (parcialmente) e Comitê dos Catadores de Recicláveis. Ressaltamos a importância do estímulo a participação das referidas instâncias participativas para que a população afetada possa entender melhor as propostas do Programa e garantir sua participação ativa na tomada de decisões. De acordo com os registros mensais apresentados pelo Consórcio Demacamp/GTA-GCA, observamos um crescimento na participação dos moradores, principalmente no Comitê de Acompanhamento a Obra, que, em janeiro/24, contou com a presença de 15 participantes, em maio/24, contou com a presença de 34 pessoas, ou seja, um

aumento de 226% na participação. Seguem detalhamentos das atividades: Comitê de Realocação, onde foram realizados 5 (cinco) encontros com a participação 129 (cento e vinte e nove) pessoas no total de encontros; Comitê de Acompanhamento a Obra, realizados 3 (três) encontros com participação de 66 (sessenta e seis) pessoas; Comitê de Oportunidades de Geração de Renda, onde foram realizados 5 (cinco) encontros com a participação de 51 (cinquenta e uma) pessoas interessadas no tema e, por último, o Comitê de Gênero, que promoveu apenas 2 (dois) encontros, e contou com a participação de 68 (sessenta e oito) mulheres.

As atividades cotidianas de atendimento aos moradores foram realizadas nos quatro ELOS e totalizaram, no período, 4.481, sendo 3.267 atendimentos remotos, 355 comparecimentos gerais, 210 atendimentos individuais, além de 61 visitas domiciliares e 87 atendimentos em campo. Os encontros coletivos dos Comitês e reuniões comunitárias contaram, ao todo, com a participação de 501 moradores (as).

O Sistema de Atendimentos, Queixas e Reclamações - SAQR vem sendo aprimorado ao longo dos últimos meses e apresentado nos relatórios mensais desse primeiro semestre de 2024. Durante o período foi registrada a implantação do sistema de acesso nos Escritórios Locais de Orientação (ELOS). Segue layout da plataforma digital:



Figura 30 – Plataforma digital

Fonte: PMJP, (2024).

No período de 01/01/2023 a 30/06/2024 o Sistema de Queixas e Reclamações, Ocorrências e Sugestões – SQR, contabilizou 131 queixas, sendo elas abertas por 73 reclamantes/demandantes. Dessas, 102, que equivale a 77,9%, foram respondidas pelos responsáveis e a devolutiva foi dada ao morador e 28, que equivale a 21,4%, estão em aberto aguardando a devolutiva por parte do responsável. Todas as queixas devolvidas pelos responsáveis tiveram as respostas informadas aos reclamantes.

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

No que se refere a finalização da queixa, dentro do quantitativo apresentado, 42 foram solucionadas e 89 ainda não foram solucionadas, que equivalem respectivamente a 32,1% e 67,9%. As referidas demandas compreendem as 8 comunidades que compõem o programa João Pessoa Sustentável divididas entre os quatro ELOS – Escritórios Locais de Orientação. Destaque para a situação das áreas de monitoramento de Padre Hildon e São Rafael, onde a reivindicação é de que haja Regularização Fundiária junto às essas famílias, que querem permanecer no território e aguaram devolutiva do MPF. A Figura 31 seguir apresenta a evolução das queixas no período de janeiro/23 à junho/24.

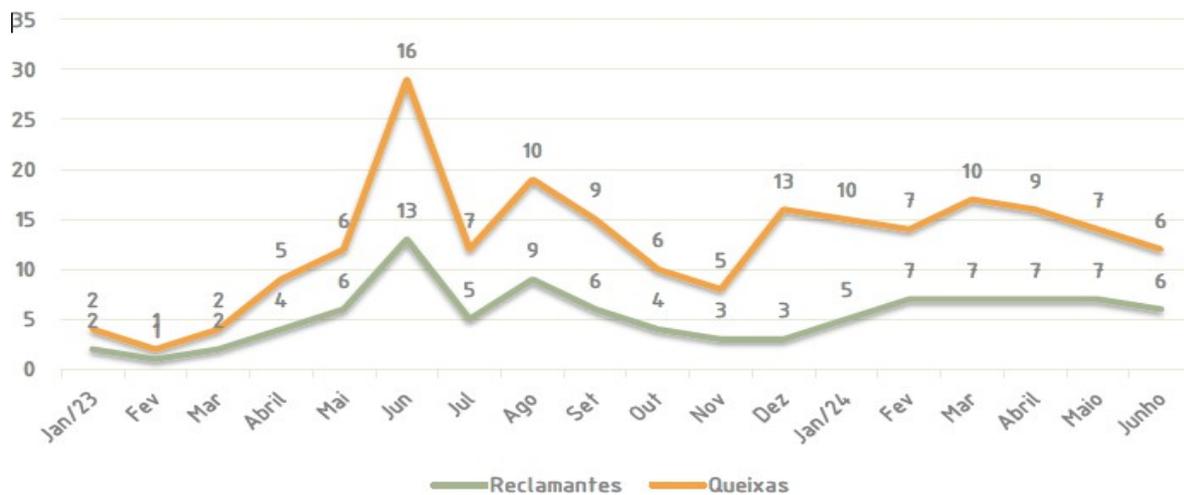


Figura 31 - Evolução das Queixas Fonte: PMJP, (2024).

Salientamos que o Sistema de Queixas foi ajustado por categoria de queixas, para que houvesse governança quanto aos indicadores, quando se tratar das demandas do Programa e encaminhamentos quando forem relativos a outras demandas nos territórios. Por se tratar de demanda espontânea, as queixas apresentadas pelos moradores foram identificadas e classificadas a partir das seguintes categorias:

Programa	Outras demandas
Área de Afetação;	Informações Gerais;
Aluguel Emergencial;	Zeladoria Urbana;
Atendimento Social;	
Conjunto Habitacional;	
Cadastro;	
Risco;	
Projeto de Urbanização	
Regularização Fundiária;	
Plano de Demolição;	
Processo Participativo;	
Medidas Compensatórias;	

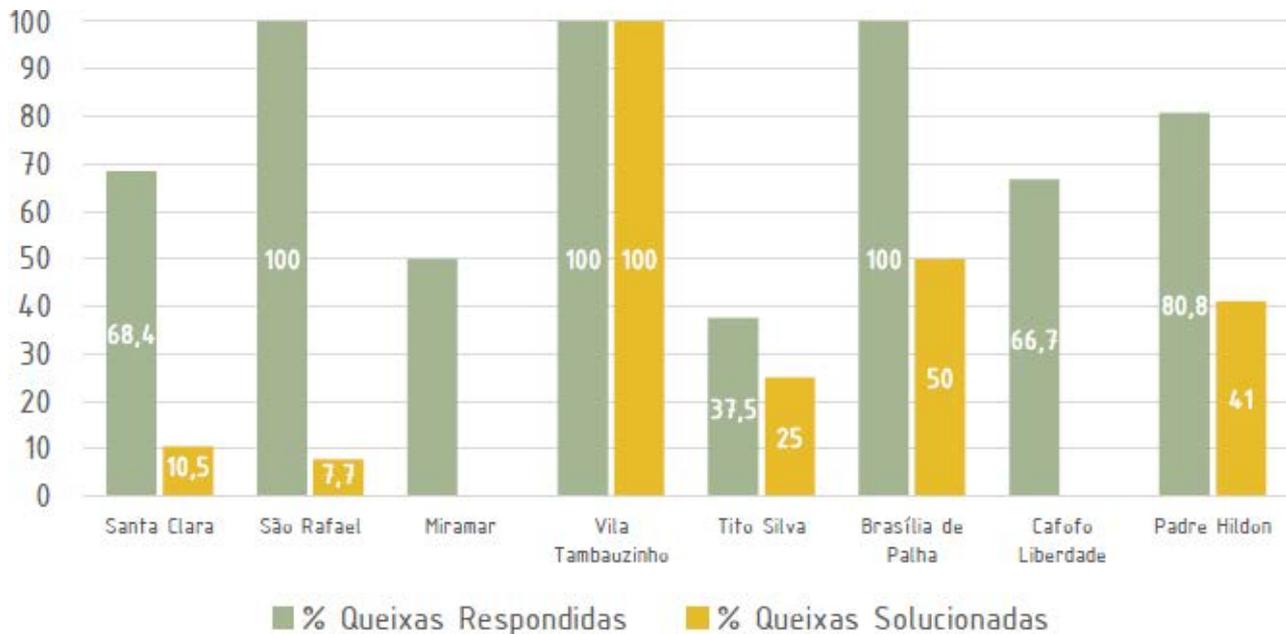


Figura 32 - Atendimento às Queixas
Fonte: PMJP, (2024).

Ainda sobre a questão das queixas, é importante ressaltar aquelas que foram direcionadas ao MICI por parte de algumas lideranças, a partir do último semestre de 2023, o que gerou a crise social mencionada no Relatório anterior. À época, foram encaminhados ao referido órgão do Banco questionamentos sobre o estudo da poligonal de risco, onde foi indicada a mancha de inundação, que indicavam áreas de alagamento que, segundo os moradores, nunca havia ocorrido anteriormente. Por esse motivo, e em atendimento aos encaminhamentos pactuados à época, que foram: os moradores afetados na área de monitoramento terão um prazo de, até o final do programa para aderir, caso queiram, às modalidades de compensação oferecidas pelo Programa. Após esse prazo, caso as famílias não concretizem a adesão, em situação de risco iminente, terão que procurar os demais programas oferecidos pelo município; outro encaminhamento foi a garantia de um canal de comunicação mais efetivo entre as partes interessadas, através de reuniões de lideranças, que vem sendo realizadas quinzenalmente, tudo isso fazendo parte do Plano de Ação elaborado pelas equipes. A documentação reunida durante esse processo foi encaminhada ao Banco, cuja devolutiva foi expressa em um "de acordo", caso atendesse à algumas condicionalidades, dentre elas a elaboração do TAC – Termo de Ajuste de Conduta, entre o Programa e o Ministério Público, conforme está apresentado no documento em anexo.

Quanto ao Controle de Ocupação da Área de Intervenção, se trata do monitoramento das áreas de atuação do Programa João Pessoa Sustentável no que tange a ocupações irregulares, construções de novas edificações, ou melhorias e ampliações nas áreas de

afetação total ou parcial das comunidades do Complexo Beira Rio. Como metodologia, a equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário desenvolveu ações e aplica mecanismos de controle, em parceria com outros agentes públicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Entre as ações desenvolvidas estão a identificação dos lotes e atualização cartográfica, o cadastro socioeconômico, a instalação das placas do controle de ocupação, o cadastro imobiliário, o monitoramento das interdições, as demolições, e principalmente o acompanhamento mensal da equipe técnica.

As alterações no número total de lotes e no Cenário de Afetações impactam diretamente no número de compensações e beneficiários previstos no Programa João Pessoa Sustentável. Qualquer mudança nas áreas de afetação, sejam elas por revisões dos estudos de risco, por novas interdições, ou por impactos por frentes de obras, alteram diretamente os quantitativos apresentados. Até junho de 2024, dos 1932 selos existentes no Complexo Beira Rio, 1192 não serão afetados, 12 serão afetados parcialmente e precisarão ser adaptados, e 728 estão com afetação total e passarão pelo processo de reassentamento ou realocização, conforme tabela a seguir, detalhada por comunidade:

Tabela 30 - Cenário Afetações por Selo

CENÁRIO DE AFETAÇÃO POR SELO - JUNHO 2024				
COMUNIDADES	SEM AFETAÇÃO	AFETAÇÃO PARCIAL	AFETAÇÃO TOTAL	TOTAL
Cafofo/Liberdade	39	2	9	50
Brasília de Palha	115	1	6	122
Padre Hildon Bandeira	130	0	213	343
Vila Tambauzinho	22	1	9	32
Miramar	230	0	29	259
Tito Silva	151	0	144	295
São Rafael	236	2	216	454
Santa Clara	269	6	102	377
TOTAL	1192	12	728	1932

No que se refere à realização das Consultas Públicas remanescentes, ou seja, referentes às comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael, cabe uma contextualização da dinâmica pactuada entre as partes e as entregas neste período. De acordo com as queixas mencionadas

anteriormente, através dos canais oficiais no BID, ficou acordado que as referidas seriam realizadas em duas etapas, cada uma, ou seja, as primeiras etapas seriam realizadas para as famílias que estão em área de risco (área vermelha) e as segundas etapas para as famílias que estão em área de monitoramento (área amarela), após devolutiva dos estudos solicitados pelo Ministério Público Federal, por meio do Dr. Godoy. No mês de maio/24 foram apresentados os Planos de Reassentamento e Relocalização e, em junho/24, foram realizadas as Consultas Públicas, referentes às primeiras etapas. Estiveram presentes nas respectivas Consultas, 114 (cento e catorze) moradores da Padre Hildon e 85 (oitenta e cinco) moradores da São Rafael. Foi garantida a participação de todos mediante falas de 9 (Padre Hildon) e 11 (São Rafael) moradores. No final da atividade foi realizada pesquisa de satisfação com os presentes, em ambas as ocasiões, foram coletadas 61 respostas em Padre Hildon e 46 em São Rafael, das quais foram identificadas, 39% dos entrevistados avaliados na Consulta de Padre Hildon consideraram a atividade como: BOM. Quanto a pesquisa de São Rafael, das 46 respondidas, houve empate nas avaliações, 41% avaliaram como BOM e 41% avaliaram como ÓTIMO. Já nas segundas etapas, seguiremos aguardando devolutiva do MPF, com o resultado dos estudos do professor Jonas quanto às áreas de monitoramento.

Quanto a questão de adesões às modalidades no CBR, torna-se necessária contextualização dos cenários para compreensão quanto ao avanço das adesões. Para isso, apresentaremos informações do último semestre, ou seja, 2024:

Foram iniciadas as atividades das assinaturas dos TERMOS DE ADESÃO, das modalidades possíveis de serem operacionalizadas, que são:

1. Reassentamento mediante reposição por meio de moradias adquiridas no mercado imobiliário, ou seja, Compra Assistida, conforme o art. 23 e ss., da Lei Municipal 14.456/2022 e do Decreto Municipal n.º 9.991/2022, dos beneficiários que cumprem os seguintes critérios de priorização estabelecidos no PERR:

- Beneficiários inseridos no Aluguel de Transição Emergencial;
- Beneficiários incluídos no Programa por receberem o Auxílio Aluguel da SEDES;
- Beneficiários que possuem sua residência interdita pela Defesa Civil.

2. Reposição por meio de unidade habitacional construída pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, conforme Lei Municipal número 14.456/2022 Art. 20, conforme critérios de priorização estabelecidos no PERR, se iniciaram no mês de outubro de 2023.

3. Galpão de Materiais Recicláveis, conforme consta nos PERRs das comunidades, capítulo 5.4.1.3. REPOSIÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, conforme critérios de priorização estabelecidos no PERR, se iniciaram no mês de junho de 2024.

Ao final de 2023 foi finalizado e implementado o instrumental do Termo de Recusa, que

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

garantiu posicionamento do morador com a possibilidade de objeção à modalidade sugerida e/ou a recusa ao Programa João Pessoa Sustentável e, conseqüentemente, aos benefícios oferecidos. Portanto, no caso de serem assinados, os mesmos também serão apresentados. Diante do exposto, apresentaremos gráfico de evolução mensal das adesões realizadas durante o período, destacando que no mês de junho do corrente ano, houveram 7 adesões, sendo 02 referente a habitacional, 2 referente a Galão e 3 a Compra Assistida:

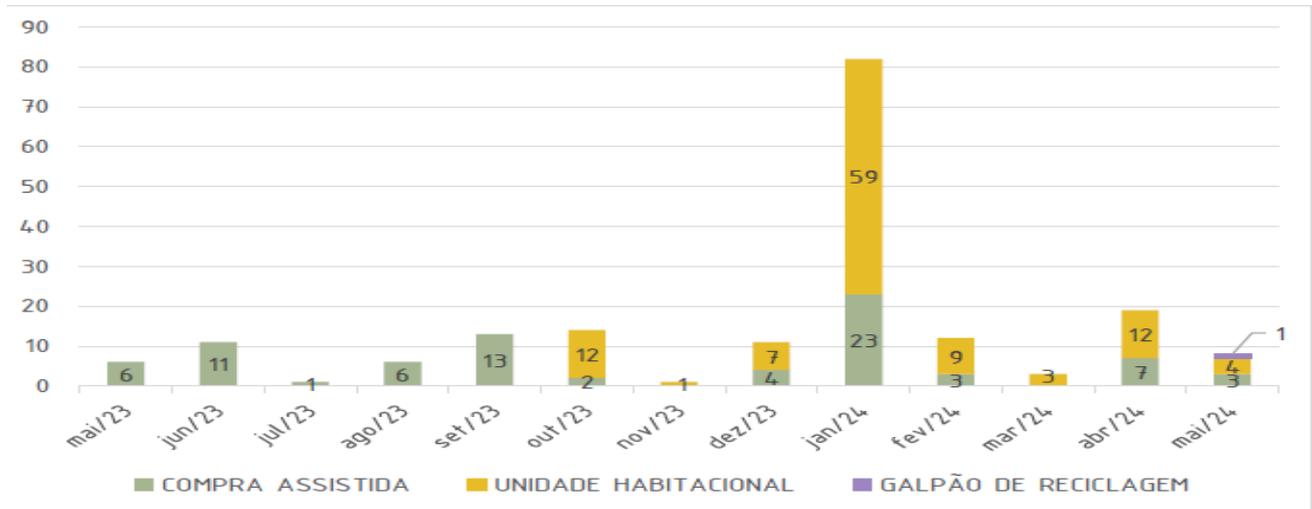


Figura 33 - Adesões às modalidades
Fonte: PMJP, (2024).

Salientamos a importância de enfatizar o número de medidas operacionalizáveis, que atualmente é de 348, sendo:

Situação	Nº	%
Termos assinados (adesões)	187	53,7%
Termos assinados (recusas)	22	6,3%
Beneficiários que se recusaram a assinar	9	2,6%
Beneficiários não localizados	27	7,8%
Beneficiários que não residem mais na comunidade	46	13,2%
Beneficiários com CADMUT positivo	23	6,6%
Beneficiários que faleceram	5	1,4%
Beneficiários que foram convocados porém não compareceram	11	3,2%
Pendência de consulta ao CADMUT	1	0,3%
Pendência de convocação	17	4,9%
Total	348	100,0%

Figura 34 - Dados Medidas Operacionais
Fonte: PMJP, (2024).

Ainda sobre o tema de adesão às modalidades, a expectativa é de que as adesões sigam de forma crescente, considerando a realização das primeiras etapas das duas Consultas Públicas apresentadas anteriormente, pois são comunidades com maior número de

moradores.

No item Aluguel de Transição Emergencial, os números atualizados dão conta de 93 famílias beneficiadas, sendo destas, 64 famílias em aluguel emergencial, 31 aluguéis (aditivo) e 01 aluguel rotativo.

Sobre o item Indenizações, durante o período referente ao primeiro semestre de 2024, o Consórcio Demacamp/GTA-GCA apresentou o estudo de viabilidade econômica com um quantitativo de 126 (cento e vinte e seis) casos referentes a indenizações por atividade econômica. Foram discutidas, durante o período de referência foram discutidas as modelagens e padronizados os dossiês para encaminhamento da documentação padrão para que, quando for publicado o Decreto de Indenização, cuja minuta está finalizada e em análise junto a PGM, possa transcorrer naturalmente, sem mais ajustes previstos.

Ponto de destaque para o período, no início de 2024 foram entregues 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais, através da modalidade de reassentamento Moradias Adquiridas no Mercado Imobiliário, ou seja, Compra Assistida, totalizando 34 entregas em 7 meses (iniciadas em novembro/23). Com a contratação do engenheiro responsável pelos laudos dos imóveis, o Sr. Thiago, através da UEP, o fluxo necessário para finalizar o processo de pagamento e entrega das moradias sofreu uma redução de tempo considerável, o que vem sendo avaliado de forma positiva junto ao Programa.

Outros pontos de destaque são: a formação de novas turmas relativas à Qualificação Profissional, acompanhada pela equipe de assistentes sociais da Áquila, em parceria com equipes dos ELOS, por meio de visitas domiciliares e parcerias com grupos organizados nas 8 comunidades. De uma maneira geral, foram realizadas atividades estratégicas de mobilização e sensibilização para ingresso das mulheres do CBR nos cursos profissionalizantes voltados para área da construção civil, através de contrato celebrado entre o Consórcio e o SENAI, como parte da execução do Plano de Desenvolvimento Territorial – PDT, tendo em vista que a referida atividade está prevista no eixo de Educação, Trabalho Qualificado e Seguro, no item Qualificação de Mão de Obra, que fazem parte das rotinas de trabalho das assistentes sociais da Gerenciadora Aquila nos 4 (quatro) escritórios locais de gestão (ELOs).

Importa destacar, que estas atividades foram concretizadas durante os quatro primeiros meses do ano corrente, realizadas paralelamente a outras demandas solicitadas pela coordenação social do programa. As ações desenvolvidas nos territórios do CBR culminaram na formação de 2 (duas) turmas, compostas por 16 (dezesesseis) mulheres cada, para o Curso de Pintura de Obras Imobiliárias. Sendo a primeira turma concluída e a segunda, dada uma pausa nas aulas para realização de alguns ajustes na sua execução, bem como para proporcionar um ambiente de sala de aula com mais conforto para as alunas. Ademais, foi formada uma turma com 20 (vinte) mulheres da comunidade Santa Clara, sendo esta a turma piloto para o Curso de Revestimento Cerâmico no turno da noite, como também, iniciada

uma lista de inscritas para as mulheres interessadas nos demais cursos a serem iniciados.

Além disso, foram realizadas atividades integradas com equipamentos públicos e espaços comunitários visando estabelecer parcerias com as mesmas e, assim, acompanhar e/ou criar grupos de idosos e de jovens nas comunidades do Complexo Beira Rio para o atendimento de demandas específicas, bem como fomentar ações no território com participação social almejando alcançar avanços no planejamento territorial. Mais um avanço que vale o destaque foi a consolidação das reuniões com as lideranças das 8 comunidades do CBR, que acontecem nos ELOs de forma rotativa, onde são pautadas demandas específicas dos territórios, bem como demandas pertinentes a execução do Programa João Pessoa Sustentável no Complexo Beira Rio. Importante salientar o acompanhamento na absorção de mão de obra qualificada junto às construtoras que atuam no CBR, que somam 14 profissionais absorvidos, sendo 5 (cinco) deles mulheres do curso de Pintor de Obras Imobiliárias, o que é considerado um avanço significativo relativo à execução.

- PONTOS SENSÍVEIS

No que diz respeito aos pontos sensíveis ocorridos no período de referência, ou seja, de janeiro a junho de 2024, destacamos a questão de ajustes no contrato com a empresa responsável pela execução do PDC (Plano de Desenvolvimento Comunitário): o Consórcio Demacamp/GTA-GCA, cuja vigência vai até agosto/24. Outro ponto a ser apresentado neste item diz respeito a impossibilidade de publicação dos decretos de Indenização e ajustes de Compra Assistida no próximo semestre, ou seja, de julho a dezembro/24, e na publicação do Decreto de Controle de Ocupações. Além disso, existe a questão da morosidade na devolutiva do MPF (Ministério Público Federal) quanto às áreas de monitoramento referentes às comunidades de Padre Hildon Bandeira e São Rafael.

Quanto ao primeiro ponto apresentado temos a elaboração do Aditivo com os ajustes de prazo e financeiro no contrato com o Consórcio Demacamp/GTA-GCA. Esse tema vem sendo discutido desde o final do 2023, e contou com reuniões, presenciais e remotas, para discussão dos ajustes quanto às propostas de continuidade do referido. De uma maneira geral os principais ajustes apresentam destaque quanto a redução parcial do escopo do contrato, referente ao PDT (Plano de Desenvolvimento Territorial), onde foi mantido apenas o item de Qualificação Profissional, com a contratação do SENAI para execução dos cursos profissionalizantes na área da construção civil voltado para mulheres. Os motivos para redução do escopo são relaciona ao atraso do início das atividades motivadas por problemas de diálogo social e comunitário, dificuldade de adesão das famílias as soluções de reassentamento, atraso no início das obras dos Conjuntos Habitacionais, atraso na realização dos PERRs, sobretudo das comunidades de São Rafael e Padre Hildon Bandeira. As demais atividades farão parte do escopo que será executada por outra empresa. O Termo de Referência relativo ao PDT foi elaborado no período de referência (1º semestre de 2024),

sendo realizado ajustes com a Consultora Carla Sanche. Neste momento, encontra-se na Procuradoria Geral do Município (PGM) para seguir para licitação. Ainda sobre as discussões com o Consórcio sobre o Aditivo, as mesmas seguem sem definições quanto aos ajustes de valores, o que gera preocupação quanto ao risco de descontinuidade da execução. Neste caso, as equipes seguem em discussão contínua, entendendo que há interesse das partes, apesar do ponto de divergência ser referente aos valores ajustados.

No que se refere às publicações dos Decretos de Indenizações, ajustes quanto ao Decreto de Compra Assistida, consideramos um ponto sensível, pois as equipes passaram muito tempo na elaboração dos referidos documentos durante o primeiro semestre de 2024, o que inviabilizou sua publicação para o período de referência. Diante das restrições do período eleitoral, conforme a Procuradoria Geral do Município, as primeiras só poderão ser publicadas no início de janeiro/25. Quanto a minuta de Decreto de Controle de Ocupações, a mesma está em análise na PGM e sua publicação está prevista para o final do mês de julho/24.

Sobre a questão da morosidade na devolutiva do MPF quanto ao estudo das áreas de monitoramento, foram realizadas várias tentativas junto ao Dr. Godoy e assessoria, mas sem sucesso. O programa segue aguardando resposta para avançar nos trâmites quanto às próximas etapas das Consultas Públicas nas comunidades São Rafael e Padre Hildon.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 31 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR

I.1.3.2.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.250.047,93
Status	Em execução
Avanço	
- Realização das primeiras etapas das Consultas Significativas das seguintes comunidades: Padre Hildon e São Rafael; - Aumento na participação das comunidades nos Comitês de Acompanhamento a Obra, de Acompanhamento de Geração de Trabalho e Renda, de Relocalização e de Gênero.	
Dificuldades	
- Elaboração / alinhamento sobre Aditivo do Contrato com a Demacamp/GTA-GCA, cuja vigência encerra em agosto/24.	
Ação para a Dificuldade	
- Reuniões de alinhamento e ajustes documentais entre UEP e Consórcio Demacamp/GTA-GCA, para garantir continuidade do contrato.	

Tabela 32 – Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR

I.1.3.1.3.1 - Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.719.959,64
Valor Contratado	US\$ 815.481,99 (Pagamentos realizados até junho/2024)
Status	Em Execução
Avanço	
- 51 dossiês encaminhados a UEP. Entrega de 34 unidades de Compra Assistida.	
Dificuldades	
- Publicação dos Decretos de Indenização, como também na publicação dos ajustes do Decreto de Compra Assistida devido ao período eleitoral.	
Ação para a Dificuldade	
- Quanto a publicação do Decreto de Indenizações e ajustes do Decreto de Compra Assistida, a previsão de publicação é para janeiro/25.	

Tabela 33 - Regularização Fundiária

I.1.3.2.5.1 - Regularização Fundiária (Elaboração e Execução de Projeto de Regularização Fundiária de 8 comunidades)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 831.000,00
Valor Contratado	US\$ 107.636,36
Status	Contrato em Execução
Avanço	
- Ordem de Serviço emitida em 12/04/2024; - Realização das Assembleias nas 8 comunidades para apresentação da equipe e esclarecimentos quanto ao tema.	
Dificuldades	
Morosidade na devolutiva dos cartórios para início dos cadastros.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento com os cartórios para garantir celeridade no processo.	

4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER

Tabela 34 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger

Produto - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.055.248,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Antigo Lixão do Roger foi utilizado por aproximadamente 50 (cinquenta) anos como um local de deposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e de limpeza urbana de João Pessoa e outras cidades do entorno. O Lixão do Roger foi encerrado em 2003, sendo realizados monitoramentos ambientais que indicam contaminação das águas subterrâneas advindas do passivo.

Para direcionamento correto quanto às atividades de descontaminação e recuperação ambiental da área, o Projeto de Recuperação do Antigo Lixão do Roger prevê ainda a instalação de um Parque Socioambiental, instituindo um novo uso para a área. A execução será realizada em duas etapas, em contratos distintos: a 1ª fase, com obras para a recuperação ambiental, que vem sendo realizada pelo Consórcio Cetus-Lomacon João Pessoa; e a 2ª fase, com obras para implantação do Parque, em fase de licitação.

A 1ª fase teve a ordem de serviço emitida em 26 de dezembro de 2023. As intervenções físicas na área tiveram início em janeiro de 2024, a partir da Autorização de Limpeza de Área nº 036/2023 e 001/2024, com a supressão vegetal para abertura das vias internas e do muro de gabião. Ilustrada na Figura 35.

Figura 35 - Supressão Vegetal para implantação do Gabião e Abertura das Vias internas.



Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

Após a supressão vegetal, iniciou-se a construção do muro de gabião e drenagem perimetral do lixiviado, conforme Figura 36.



Figura 36 - Construção de muro de gabião e vala de drenagem perimetral do lixiviado
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

O Consórcio também iniciou a execução das valas de drenagem do biogás, conforme Figura 37.



Figura 37 - Execução de vala de drenagem de biogás.
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

Durante este semestre também iniciaram as atividades para implantação das vias internas do Parque, conforme indicado na Figura 38. Foram realizadas atividades de reforço do subleito das vias internas do Parque, ciclovia e calçada, utilizando solo com características específicas para garantir a estabilidade e durabilidade das estruturas, contribuindo para a segurança e acessibilidade do ambiente.



Figura 38 - Terraplenagem das vias internas do parque socioambiental do Roger
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

No mês de março ocorreu a missão de supervisão técnica e de salvaguardas, com visita técnica dos especialistas da equipe ESG do BID no canteiro de obras. A equipe recomendou dois ajustes necessários no almoxarifado, com a identificação dos materiais armazenados, em especial para os produtos químicos (NR 18), que devem estar isolados e conforme orientações da Ficha de Dados de Segurança; e no refeitório, disponibilizar produto para higienização de mãos. Os ajustes foram realizados e enviados em relatório fotográfico específico, ilustrados na Figura 39.

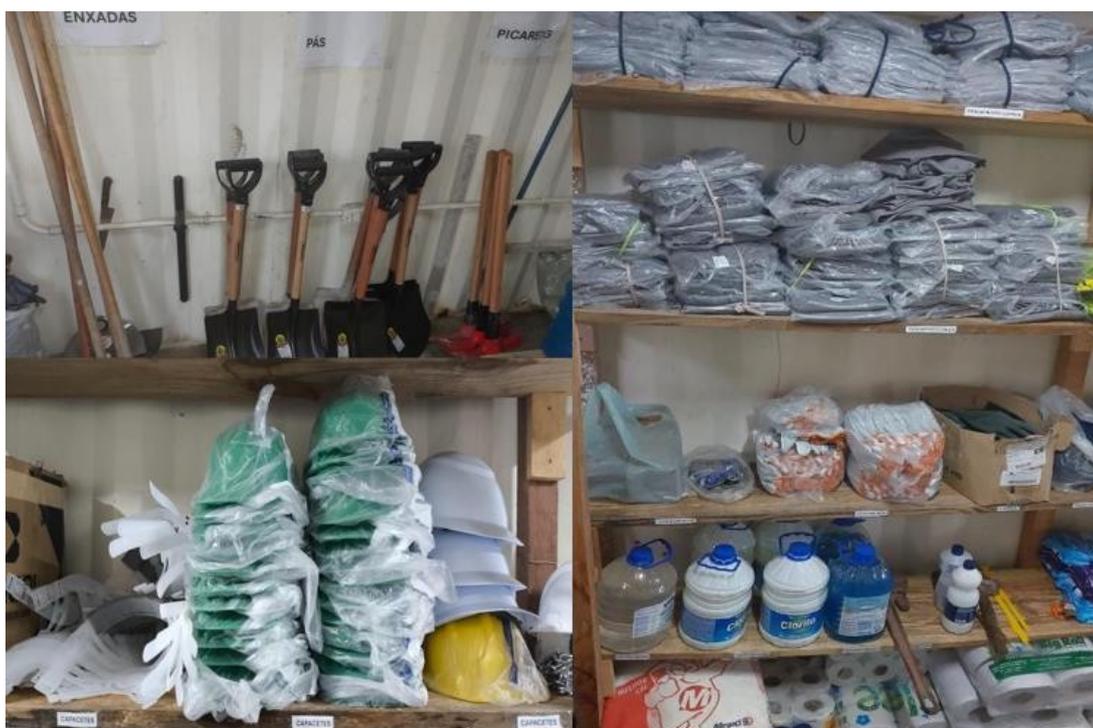


Figura 39 - Adequações no almoxarifado do canteiro de obras.
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).



Figura 40 - Adequações no refeitório do canteiro de obras.
Fonte: Consórcio Cetus Lomacón João Pessoa, (2024).

Durante o primeiro semestre, o município de João Pessoa enfrentou volume de chuvas de alta intensidade. Diante esta realidade, somadas com o período mais chuvoso (de abril a julho), o Consórcio Cetus Lomacón solicitou formalmente o aditivo de prazo para execução das obras por mais 120 (cento e vinte) dias, com novo término previsto para novembro de 2024.

O pedido de prorrogação de prazo foi encaminhado no final do semestre e encontra-se em análise pela equipe da UEP/PMJP. A alegação foi sustentada no princípio que a condição climática adversa impacta diretamente a realização de atividades como terraplanagem e reperfilamento; bem como a garantia da segurança dos trabalhadores, a integridade dos equipamentos e a qualidade das obras. Com isso, torna-se inviável a conclusão no prazo inicialmente previsto.

Paralelamente às obras, a CAGEPA realizou a coleta de amostras para subsidiar a análise técnica referente ao co-tratamento dos lixiviados na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Roger, uma solução apontada pelo Consórcio Terra-Promon responsável pelos estudos e projetos de recuperação. Conforme o relatório apresentado, a referida ETE não possui capacidade para receber o lixiviado sem a implementação de tecnologias específicas de retenção de metais, devido o caráter exclusivamente biológico da estação.

Como alternativa ao tratamento conjunto com esgoto urbano, o Consórcio Terra-Promon elaborou a concepção de uma Estação de Tratamentos de Lixiviados (ETL) para

tratamento físico-químico e polimento com wetland. A construção da ETL está contemplada no escopo da 2ª fase das obras, referente à implantação do Parque Socioambiental do Roger. A licitação para 2ª fase segue em trâmite, com a publicação do resultado preliminar das propostas técnicas e previsão de assinatura de contrato para julho de 2024. Das sete propostas recebidas, o Consórcio formado pelas empresas Aabrant e Vigent sagrou-se vencedor, com a proposta financeira equivalente a R\$ 26.869.107,89 (vinte e seis milhões oitocentos e sessenta e nove mil, cento e sete reais e oitenta e nove centavos).

No que tange à esfera legal, a UEP obteve a Cessão de Uso Gratuito junto à Superintendência do Patrimônio da União (SPU). O contrato foi assinado em abril de 2024 e terá vigência por 20 (vinte) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos. Dentre os trâmites administrativos ocorridos no primeiro semestre, foi necessário enviar do Plano de Gestão do Parque Socioambiental do Roger, elaborado pela UEP com apoio da Gerenciadora, previamente aprovado pelo BID em novembro de 2023.

Neste sentido, para reforçar o compromisso na gestão do Parque, a UEP realizou durante esse semestre, reuniões com os Órgãos Municipais integrantes do Plano para planejamento necessário à fase de operação do Parque. Com o envolvimento da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR), Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), foram elencados os equipamentos e mobiliários das edificações do Setor de Artes e Cultura e Setor de Profissionalização; os quantitativos dos materiais esportivos, a minuta de regras de uso e práticas esportivas contínuas do Setor de Esportes e Campeonatos e do Setor de Lazer Contemplativo e Trilhas. Uma reunião específica com a SEMAM está agendada para meados de julho, para dar continuidade com as atividades planejadas no Plano.

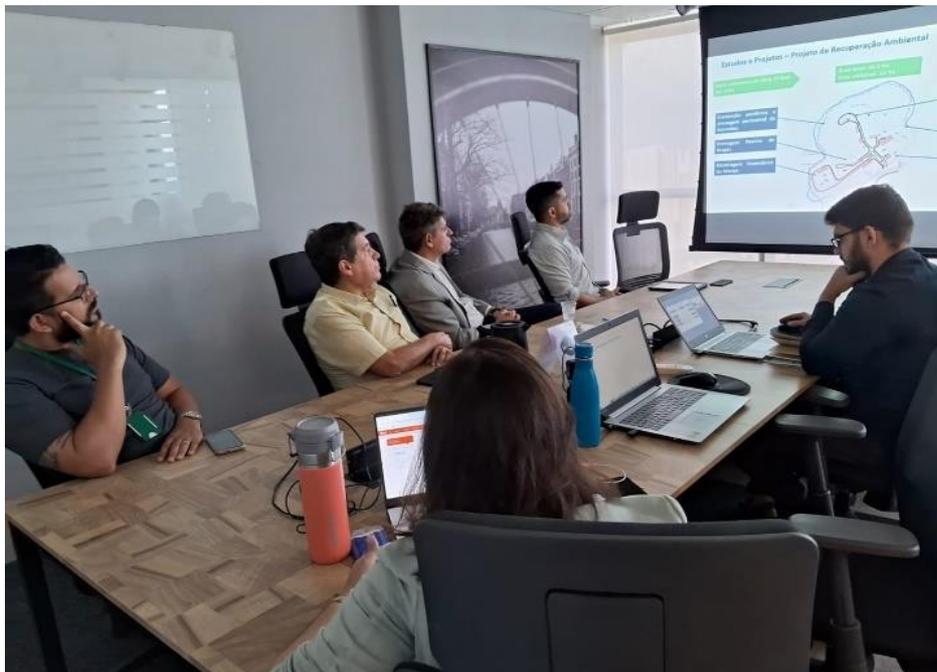


Figura 41 – Reunião conjunta com os órgãos municipais para planejamento previsto no Plano de Gestão do Parque Socioambiental do Roger.
Foto: Aquila (2024).

No que se refere ao Plano de Ação dos Catadores, em fevereiro de 2024 a UEP recebeu pedidos de ajuste do documento apresentado. As Coordenações de Aspectos Ambiental e Social, com apoio da Gerenciadora, fizeram uma análise detalhada das orientações para os ajustes necessários, com versão final aprovada em abril de 2024. O objetivo principal do Plano foi realocar os quatro catadores que atuavam na reciclagem dentro do galpão inserido na poligonal de intervenção do Programa, além de mitigar e monitorar demais grupos/indivíduos identificados previamente em diagnóstico socioeconômico elaborado pela Gerenciadora.

Como mitigação à atividade econômica desenvolvida pelos catadores dentro do perímetro do Parque, houve a oferta de trabalho com carteira assinada para os quatro catadores, por parte do Consórcio Cetus-Lomacon no início das obras. Porém, dois catadores recusaram a oportunidade, alegando a preferência em permanecer com trabalho informal em diversas atividades e para não perderem os recursos do Bolsa Família. Eles, juntamente com os demais grupos e indivíduos mapeados, têm sido monitorados pela equipe social do Programa. Em parceria com SEDEST e SEDHUC, foi realizado o cadastramento dos integrantes nas políticas sociais do Município e a atualização de dados nos programas sociais do Governo Federal.

O Plano de Ação ainda contempla a área limítrofe à poligonal do Parque, onde está situado um empreendimento comercial de materiais recicláveis, que não se caracteriza como associação de catadores. Nesse local há acúmulo desordenado dos resíduos, que passaram a ocupar parte da via pública. Durante a missão de salvaguardas do BID, em março de 2024, a

equipe ESG sugeriu avaliar a possibilidade de realocar ou disciplinar a atividade econômica. De forma estratégica, a UEP iniciou o diálogo com Sr. Edgar, que atua como atravessador de materiais recicláveis no terreno há mais de 30 anos. Como solução para a deposição irregular dos resíduos na via pública, ficou acordado um prazo inicial para remoção e ordenamento da atividade até dia 30 de junho de 2024, sendo postergado para o início do segundo semestre de 2024.

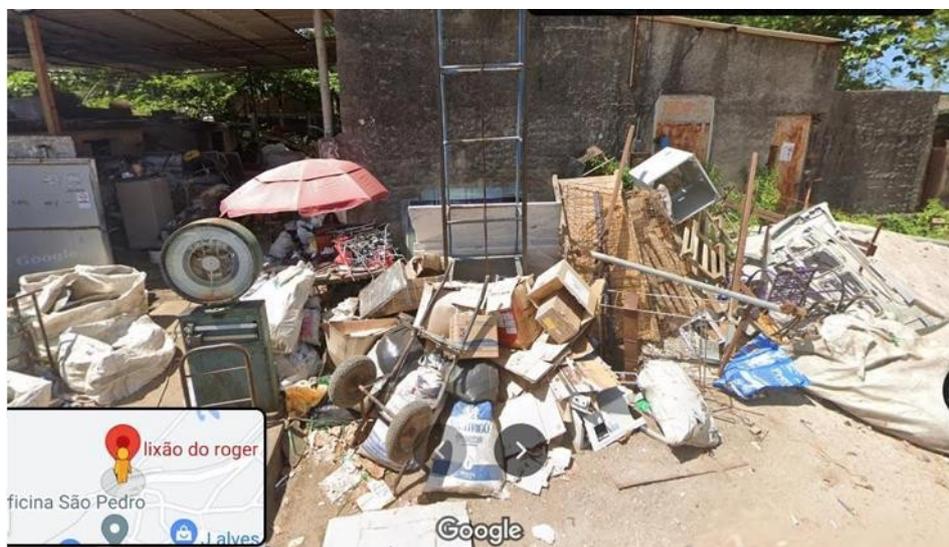


Figura 42 - Separação de materiais realizada na mesma via pública onde é realizado o descarte dos resíduos pelo empreendimento

Fonte: PMJP, (2024).



Figura 43 - Ações de monitoramento da implantação do Plano de Ação dos Catadores.
Foto: Aquila (2024).

O monitoramento e diálogo com os envolvidos permanecem, mas a partir do próximo semestre será incorporado pela 3A Engenharia, empresa responsável para execução do Trabalho Social no território. A ordem de serviço foi assinada nesse semestre e, dentro o escopo das atividades, estão previstas: reuniões com afetados e população interessada; apoio e articulação com grupos de catadores afetados e interessados; e a realização de diagnóstico socio territorial, que contribuirá para o entendimento das atividades econômicas do entorno do Parque.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 35 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.2 - Desapropriação/Indenização da área do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 732.802,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2024
Avanço	
Assinatura do contrato de cessão gratuita pela SPU.	
Dificuldades	
Abertura do Mandado de Segurança (n.º 0858625-11.2023.8.15.2001) impetrado pelos herdeiros. Apesar da análise inicial da SPU ter considerado apresentação documental insuficiente, em junho a Superintendência emitiu formalmente uma Nota Técnica (NT n.º 9937/2024/NGI), que considera indenizável áreas de duas matrículas pertencentes aos Miranda Freire (espólio de Lourenço Miranda Freire e espólio Miranda Freire Com. e Ind. Ltda.).	

Ação para a Dificuldade

Diante o recebimento da NT, a UEP analisou o documento conjuntamente com a SEPLAN, sendo levantadas informações complementares para subsidiar a avaliação do valor das áreas indenizáveis. A UEP está em processo de elaboração de ofício para solicitar as informações à SPU, com previsão de envio no início do mês de julho.

Tabela 36 - Obras do Parque Socioambiental e recuperação do Lixão do Roger

I.1.3.3.1.1 - Obras de recuperação do Lixão do Roger (1º Fase)

Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 5.080.535,39
Valor Contratado	US\$ 4.681.378,92
Status	Em execução
Avanço	
Execução de Serviços preliminares, início da construção do muro de gabião e drenagem perimetral dos lixiviados, abertura das vias internas, início da execução de murete de concreto para assentamento de vedação (cercamento) definitiva do Parque, início da Escavação das valas de drenagem do biogás, início da terraplenagem das vias internas do parque.	
Dificuldades	
Atraso na obra devido ao alto volume de chuvas no município, que tem afetado os serviços de terraplenagem e modelagem geométrica do maciço de resíduos.	
Ação para a Dificuldade	
Pedido de aditivo de prazo formalizado pelo Consórcio Cetus-Lomacon.	

I.1.3.3.1.2 - Projeto e execução das Obras do Parque Socioambiental do Roger 2º Etapa

Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.006.248,00
Valor Contratado	US -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2024
Avanço	
O lançamento do edital ocorreu em dezembro de 2023, a abertura das propostas foi em março de 2024, por se tratar de uma contratação integrada, no final do semestre o processo encontrava-se na publicação do resultado preliminar.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

4.4. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) é um instrumento que visa propor técnicas e ações operacionais para o monitoramento e controle dos impactos socioambientais identificados em cada obra do Programa João Pessoa Sustentável. Conforme as legislações trabalhistas, ambientais e salvaguardas do BID, foram descritos programas e subprogramas com respectivos indicadores de acompanhamento, apresentados nos itens a seguir.

Durante esse semestre as seguintes obras estavam em execução: i. construção dos Conjuntos Habitacionais do CBR nos Terrenos 1, 2 e 3; ii. Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª Fase); iii. Reforma para Implantação do CCC; e iv. Reforma do Bloco Administrativo da SEINFRA (obra finalizada em março de 2024).

4.4.1. Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento Ambiental das Obras

O Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento Ambiental das Obras tem seus indicadores pautados na obtenção das licenças ambientais, ausência de ocorrências e passivos socioambientais e cumprimento do cronograma de implantação das obras.

Como primeiro indicador, todas as obras do Programa estão devidamente licenciadas e com as licenças ambientais vigentes. A maioria das obras seguiram o processo de licenciamento trifásico, mas nos casos em destaque foram obtidas: i. Licença Ambiental Prévia (LAP), que consiste na fase preliminar do planejamento, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação; e ii. Licença Ambiental de Instalação (LAI) que autoriza o início da implantação dos empreendimentos. No que tange à obra do CCC, no presente caso foi obtida a Licença Ambiental Simplificada (LAS), por se tratar de reforma, além de possuir um baixo grau de impacto ambiental gerado.

Em algumas obras foram solicitados estudos ambientais complementares pela SEMAM, como condicionantes para apresentação antes dos inícios das obras, sendo estes

protocolados ou encontram-se em fase de entrega para o segundo semestre de 2024. A Tabela 37 apresenta a relação de todas as licenças obtidas no âmbito do Programa.

Tabela 37 - Licenças Obtidas

Descrição da Intervenção	Licença	Emissão	Validade
Reforma do bloco da SEINFRA	7425-22-JP-LAR	19/10/2022	19/10/2025
Conjunto Habitacional do CBR – Terreno 01	5667-22-JP-LAP	16/11/2022	16/11/2024
Licença de Limpeza de área – Terreno 01 do CBR	021/2023	12/04/2023	12/04/2024
Conjunto Habitacional do CBR – Terreno 01	4275-23-JP-LAI	18/05/2023	18/05/2026
Conjunto Habitacional CBR - Terreno 02	5704-22-JP-LAP	01/02/2023	01/02/2025
Licença de Limpeza de área – Terreno 02 do CBR	031/2023	24/07/2023	24/07/2026
Conjunto Habitacional CBR - Terreno 02	4927-23-JP-LAI	12/09/2023	12/09/2026
Conjunto Habitacional CBR - Terreno 03	5741-22-JP-LAP	01/02/2023	01/02/2025
Licença de Limpeza de área – Terreno 03 do CBR	030/2023	21/07/2023	21/07/2025
Conjunto Habitacional CBR - Terreno 03	6682-23-JP-LAI	11/09/2023	11/09/2026
Centro de Cooperação da Cidade	10030-22-JP-LIS	18/01/2023	22/09/2025
Parecer Técnico – corte e retirada de indivíduos arbóreos	1212/2023 ²	01/11/2023	-
Parecer Técnico – supressão de árvore isolada	031/2024 ³	08/01/2024	-
Obra de Contenção de Encosta - Comunidade Santa Clara (Gabião)	492-23-JP-LAP	13/04/2023	13/04/2025
Obra de Contenção de Encostas - Comunidade Santa Clara (BR230)	433-23-JP-LAP	11/04/2023	11/04/2025

² Sistema *IDoc*.

³ Sistema *IDoc*.

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Obra de Contenção de Encostas - Comunidade Miramar	403-23-JP-LAP	13/04/2023	13/04/2025
Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª fase)	3689-23-JP-LAP	17/05/2023	17/05/2025
Licença de Limpeza de área - recuperação ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª fase)	036/2023 ⁴	02/10/2023	02/10/2025
Licença de Limpeza de área – recuperação ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª fase)	001/2024 ⁵	02/01/2024	02/01/2026
Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª fase)	11585-23-JP-LAI	05/02/2024	22/05/2027
Parque Socioambiental do Roger (2ª fase)	9899-23-JP-LAP	22/03/2024	22/03/2026
Urbanização da Comunidade Cafofo Liberdade	6254-23-JP-LAP	27/10/2023	27/10/2025
Urbanização da Comunidade Cafofo Liberdade	1932-24-JP-LAI	07/05/2024	07/05/2027
Urbanização da Comunidade Brasília de Palha	6258-23-JP-LAP	27/10/2023	27/10/2025
Urbanização da Comunidade Brasília de Palha	1930-24-JP-LAI	02/05/2024	02/05/2027
Urbanização da Comunidade Padre Hildon Bandeira	6248-23-JP-LAP	27/10/2023	27/10/2025
Urbanização da Comunidade Padre Hildon Bandeira	1933-24-JP-LAI	02/05/2024	02/05/2027
Urbanização da Comunidade São Rafael	6196-23-JP-LAP	27/10/2023	27/10/2025
Urbanização da Comunidade São Rafael	1934-24-JP-LAI	03/05/2024	03/05/2027
Urbanização da Comunidade Tito Silva	6222-23-JP-LAP	15/12/2023	15/12/2025
Urbanização da Comunidade Vila Tambauzinho	6214-23-JP-LAP	31/10/2023	31/10/2025
Urbanização da Comunidade Santa Clara	6164-23-JP-LAP	15/12/2023	15/12/2025
Urbanização da Comunidade Miramar	6245-23-JP-LAP	27/11/2023	27/11/2025

Legenda: **LAP** – Licença Ambiental Prévia; **LAI** – Licença Ambiental de Instalação; **LAR** – Licença Ambiental de Regularização; **LIS** – Licença de Instalação Simplificada.

⁴ Sistema *IDoc*.

⁵ Sistema *IDoc*.

No que tange ao cumprimento dos cronogramas, todas as obras apresentaram dilatação dos prazos por diversos fatores. A UEP, com apoio da Gerenciadora, tem monitorado os cronogramas previstos em licitação e os cronogramas de execução atualizados pelas Empresas ou Consórcios responsáveis. O Tabela 38 apresentam o comparativo das datas inicialmente previstas e atuais.

Tabela 38 - Prazos Previstos e Atuais

Obra	OS	Data final prevista inicialmente	Data final prevista atualmente
Reforma do bloco da SEINFRA	Maio/2023	Dezembro/2023	Março/2024
CCC	Julho/2023	Março/2024	Agosto/2024
CBR – Terreno 01	Maio/2023	Outubro/2024	Abril/2025
CBR – Terreno 02	Maio/2023	Maio/2025	Novembro/2025
CBR – Terreno 03	Maio/2023	Maio/2025	Novembro/2025
Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª fase)	Dezembro/2023	Julho/2024	Dezembro/2024

4.4.2. Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO)

O Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO) apresenta diversos Subprogramas a serem executados e monitorados. O primeiro deles é o Subprograma de Contratação de Mão de Obra, criado visando monitorar o impacto positivo que as obras trazem para a comunidade na geração de empregos.

A obra de construção do Conjunto Habitacional do Terreno 01 contemplava, em junho de 2024, o valor de 57 (cinquenta e sete) funcionários diretos e 19 (dezenove) terceirizados, totalizando 76 (setenta e seis) colaboradores. Sendo que desse total, 14 (catorze) são

residentes nas áreas de influência do Programa. No que se refere às obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger, estão alocados 28 (vinte e oito) trabalhadores, sendo 14 (catorze) residentes do Bairro Roger.

O Subprograma de Treinamento e conscientização ambiental da mão de obra visa treinar os colaboradores diretos das obras, no intuito de fortalecer a conscientização ambiental, em segurança do trabalho e introduzir conceitos relativos aos cuidados com o patrimônio histórico e arqueológico. Além dos cursos relacionados às Normas Regulamentadoras, os colaboradores das obras participam de Diálogos Diários de Segurança (DDS), que introduzem temas diversos previstos no Subprograma.

O Subprograma de Controle de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho visa reduzir e monitorar os acidentes e doenças do trabalho. Para tanto, são adotados procedimentos de prevenção de acidentes previstos prioritariamente à legislação federal, estadual e municipal vigentes. O número de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) é o principal indicador da eficiência deste programa. Nas obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger foram registradas 2 (duas) CATs (n.º 110000000025436334600 e n.º 110000000026430826600).

O primeiro acidente ocorreu em 17 de abril de 2024, com servente de obras Ebidoberg Qribron Narciso Monteiro, ao conectar 2 (dois) tubos no serviço de drenagem. Porém, um dos tubos rodou na sua mão esquerda e cortou a falange distinta do dedo anelar (quarto dedo), conforme Figura 44.



Figura 44 – Corte da falange do dedo anelar esquerdo e agente causador.

Fonte: Consórcio Cetus-Lomacon (2024).

Diante do ocorrido, o funcionário foi conduzido até a UPA Oceania, obteve a atualização do cartão de vacina e afastamento de 01 (um) dia de trabalho. Posteriormente, o setor de SMS apontou como principais fatores para o acidente a não avaliação de risco eficiente, a não utilização de EPIs, conforme ficha de entrega e treinamento de utilização, sendo propostas medidas educativas, como reciclagem do treinamento e do uso do EPI.

O segundo acidente ocorreu 13 de junho de 2024, com o servente de obras Severino Narcizo Benizo, ao realizar o serviço de dobramento das telas de aço com colegas de trabalho da empresa terceirizada Idell Construtora. Quando um dos seus colegas tirou o pé da tela, esta voltou de uma vez na mão de Severino, com corte profundo na mão. De imediato, o funcionário foi conduzido até a UPA Oceania, obteve 10 (dez) pontos e afastamento de 05 (cinco) dias de trabalho. Em seguida, o setor de SMS concluiu que a principal causa para a ocorrência do acidente foi a falta do uso da luva de proteção.



Figura 45 - Local do acidente de trabalho.
Fonte: Consórcio Cetus-Lomacon (2024).

No que se refere ao Subprograma de Controle de Processos Erosivos, a equipe de Supervisão Temporária, com apoio da Gerenciadora, reportou um processo erosivo nas obras de implantação do Conjunto Habitacional do Terreno 03 do CBR (Figura 46). Após constatado o impacto, o fiscal abriu um processo de notificação de não conformidade para atendimento imediato. Como medida mitigadora aplicada de forma imediata ao processo erosivo, a empresa informou que a área será protegida por lona, com a proposta de realizar a contenção de talude por muro de arrimo em concreto, previsto para julho de 2024.



Figura 46 - Processos erosivos identificados nas obras do Terreno 3.
Fonte: Aquila (2024).

Nas obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger, referente ao Subprograma de Controle de Processos Erosivos, a implantação do muro de gabião terá a função de conter o maciço de resíduos e de processos erosivos. Durante esse semestre foram executados 1303,20 m (mil trezentos e três vírgula vinte metros) lineares, ilustrados Figura 47.

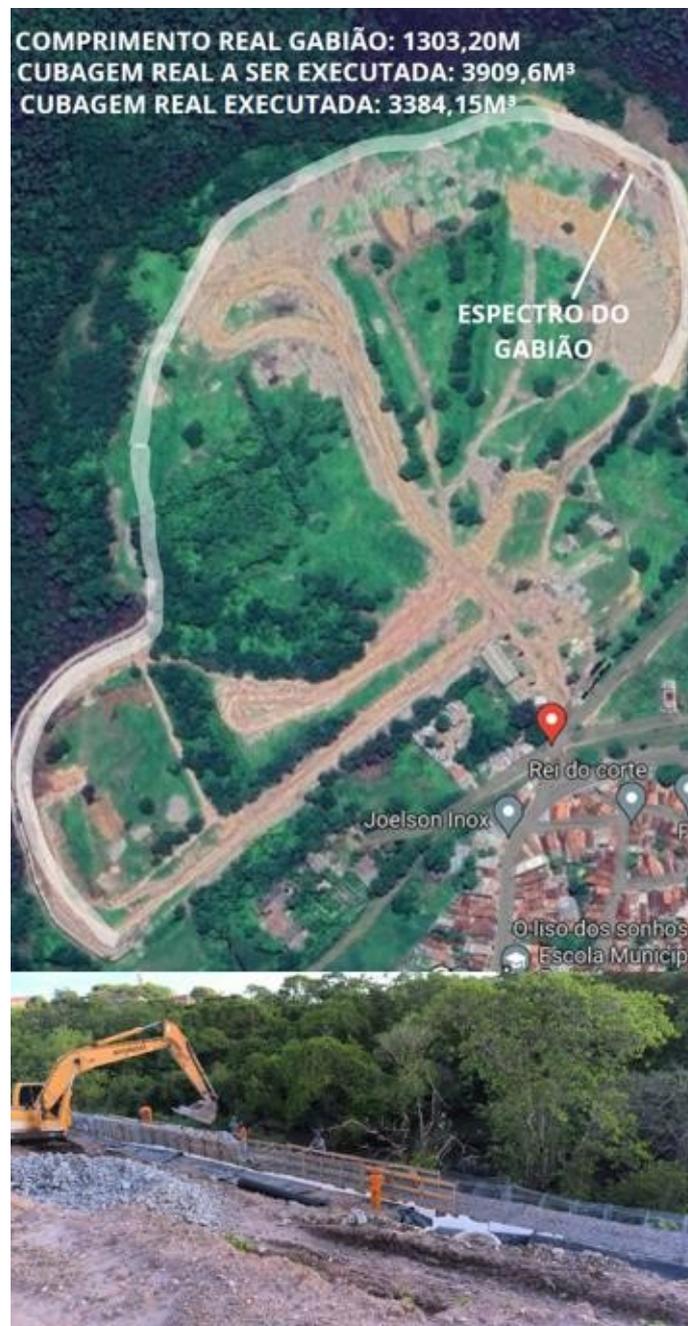


Figura 47 - Implantação do muro de gabião circundando a poligonal do Parque Socioambiental do Roger.
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon (2024) e Aquila (2024).

O Subprograma de Controle de Emissões Atmosféricas visa atender o que estabelece o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR, instituído pela Resolução CONAMA n.º 05/1989 e resoluções complementares). No que se refere ao controle e monitoramento de emissão de particulado e fumaça, durante a missão de salvaguardas com equipe ESG do BID, realizada em março de 2024, foi requerida uma solução para as emissões fugitivas de particulado na usina de concreto instada no Terreno 03.

A sugestão inicial era implantar uma tela de contenção na área de carregamento, iniciado o processo de compra para instalação no local. No entanto, optou-se em ampliar a frequência para aspersão de água no local, que conforme o especialista ambiental da Construtora, foi suficiente para mitigar o impacto. Durante a visita acompanhamento das obras realizada em junho de 2024, a equipe de Supervisão Provisória solicitou a realização da inspeção de poeira no local, a ser realizada no próximo semestre.

Sobre o Subprograma de Controle da emissão de Ruídos foram utilizadas medidas mitigadoras, como implantação de barreiras físicas (tapumes) para isolar o canteiro de obras, bem como respeitar o horário das atividades sugerido no PGAS. Para esse Subprograma não houve registro de queixas ou reclamações.

O Subprograma de Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras e áreas de apoio visa minimizar impactos advindos da instalação de edificações provisórias utilizadas durante a obra, áreas de empréstimo e bota fora, além de estabelecer procedimentos para a recomposição da área após o término das obras e o encerramento das atividades do canteiro.

As obras estão conforme o Subprograma, pois todas as áreas de empréstimo estão devidamente licenciadas. Cabe salientar a economicidade de recursos naturais, uma vez que o material transportado é advindo do corte de terreno de outra intervenção no município, não sendo necessária abertura de cavas.

Para as obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger, no que tange ao Subprograma de Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras e áreas de apoio, parte do material de empréstimo veio do corte nos terrenos do CBR, o qual não foi

suficiente para todo reperfilamento do maciço de resíduos. Desse modo, tornou-se necessária a busca de material para reconformação do terreno, que incluiu material advindo da Migra Mineração, conforme documentos apresentados pelo Consórcio.

O Subprograma de Gestão de Áreas Contaminadas visa detectar a implantação de novos empreendimentos em áreas contaminadas por atividades poluidoras. As áreas de instalação dos Conjuntos Habitacionais, SEINFRA e CCC não foram identificados registros de contaminações pretéritas, dispensando o controle do material contaminante para evitar maior poluição ambiental e risco dos trabalhadores das obras. Já no caso das obras do Parque Socioambiental do Roger (1ª Fase) refere-se especificamente a adoção de medidas necessárias para o passivo ambiental do Antigo Lixão, contemplado no Programa de Monitoramento Ambiental.

O Subprograma de Tratamento de Efluentes visa mitigar os impactos potenciais advindos da geração de efluentes e dos resíduos. Para o caso das obras da Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger, optou-se em utilizar sistema de tratamento de efluentes sanitários, com projeto do tanque séptico conforme NBR 07229 e encaminhado para UEP.

O Subprograma de Controle do Tráfego de Veículos Pesados e de Máquinas visa reduzir os incômodos promovidos pelas obras do Programa no tráfego e trânsito de pedestres. Durante esse semestre não houve acidentes ou queixas e reclamações relacionados a veículos ou máquinas móveis. Ressalta-se que nas obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª Fase) existe um sinaleiro contratado, cuja função é orientar motoristas e transeuntes para acesso à área.

Para as obras de construção dos Conjuntos Habitacionais nos Terrenos 02 e 03, onde há intensa movimentação de máquinas e colaboradores, foram implantados caminhos seguros com barreira física entre as vias destinadas aos veículos e passagem dos colaboradores conforme Figura 48.



Figura 48 - Caminhos seguros nos canteiros de obras dos conjuntos habitacionais dos Terrenos 02 e 03.

Foto: Aquila (2024).

Já o Subprograma de proteção às áreas legalmente protegidas atualmente é aplicado apenas para os Terrenos 2 e 3, pois possuem poligonais parcialmente sobrepostas à Área de Proteção Permanente do rio Jaguaribe. As intervenções físicas na faixa de APP não estão contempladas no escopo da Construtora para implantação dos Conjuntos Habitacionais, sendo devidamente isolada do canteiro de obras, conforme ilustrada na Figura 49.



Figura 49 - Isolamento da APP nas obras do Terrenos 2 (à esquerda) e 3 (à direita).

Fonte: Aquila (2024).

Quanto ao Subprograma Destinado a Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade, registrou-se através do Sistema de Queixas e Reclamações, Ocorrências e

Sugestões – SQR, um total de 131 (cento e trinta e uma) queixas, sendo elas abertas por 73 (setenta e três) reclamantes/demandantes. De todas elas foram identificadas 3 (três) categorias relativas ao andamento das obras, que totalizam 17 (dezesete) queixas: Conjunto Habitacional (6), Projeto Urbanístico (6) e Risco (5). Porém, as reclamações referentes ao Conjunto Habitacional, foram identificadas sugestões, a exemplo de solicitação de construção de UBS (Unidade Básica de Saúde) no Habitacional, bem como solicitação de saída de emergência nos blocos.

Em relação à categoria risco, foi identificado um pedido de revisão cadastral e no que se refere ao Projeto Urbanístico solicitou-se a reforma nas áreas de intervenção, que não se referem diretamente à obra. Quanto às respostas, elas vêm sendo apresentadas aos reclamantes em até 30 (trinta) dias, segundo o Consórcio Demacamp.

4.4.3. Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas.

No período que compreende o primeiro semestre de 2024, foram registradas outras queixas referentes às intervenções de obras e respectivos saneamentos, além de temas diversos, dos quais podem ser elencados pontos relevantes: i. área de afetação (27), dos quais, em sua grande maioria, questionam os estudos que embasam a intervenção.

Segundo as queixas, há uma resistência quanto aos riscos apontados pelos estudos, o que sugere solicitação de revisão em casos individuais, em sua grande maioria, nas Comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael. Para o tema plano de demolição (9), há registros de fiscalização nas unidades interditadas para evitar a ocorrência de novas ocupações na Comunidade Padre Hildon. Também solicitam apoio de equipes especializadas para as próximas demolições, bem como na manutenção e esgotamento da Rua dos Canos, e na iluminação das áreas demolidas na Comunidade Santa Clara.

4.4.4. Programa de Educação Ambiental e Sanitária

O Programa visa sensibilizar os trabalhadores das obras e durante o 1º semestre de 2024 foram abordados os temas como: i. saneamento ambiental; ii. cuidados e atitudes necessárias para o Canteiro de Obras para evitar ações que prejudiquem a fauna e flora e prevenção de acidentes de trabalho; iii. doenças ocupacionais; e iv. doenças sexualmente transmissíveis, sendo estes incorporados no Diálogo Diários de Segurança.

4.4.5. Programa de readequação da infraestrutura

No que se refere ao Programa de readequação da infraestrutura, referente ao 1º Semestre de 2024, foi identificado um dano na estrutura vizinha ao Terreno 03. Tal sinistro sucedeu durante a escavação de vala para execução da drenagem da usina de concreto, ocorrendo assim o desabamento do muro vizinho, fato corrigido pela Construtora responsável, conforme indica Figura 50.



Figura 50 - Dano ocorrido no muro do vizinho ao lado do Terreno 3.

Fonte: Aquila e Uchoa (2024).

4.4.6. Programa de Monitoramento Ambiental

No caso específico das obras 1ª e 2ª Fase e para a operação do Parque Socioambiental do Roger, está previsto um Programa de Monitoramento Ambiental, embasado nos passivos ambientais do Antigo Lixão, bem como nos estudos realizados pelo Consórcio responsável pela elaboração dos projetos.

Tabela 39 - Monitoramentos

Tipo de Monitoramento	Atividade	Metodologia	Periodicidade
Águas superficiais	Coleta e análise de amostras	Análises físico-químicas e microbiológicas.	Semestral no primeiro ano e anual após o início do funcionamento do parque.
Lixiviados	Coleta e análise de amostras	Análises de parâmetros como cor, turbidez, pH, DBO, entre outros.	Semestral no primeiro ano de funcionamento do parque e anual após um ano de operação.
Geotécnico	Inspeção visual e leitura de instrumentos	Placas de recalque e piezômetros.	Mensal.
Gases	Amostragem para análise de composição e pressão	Análise dos gases nos drenos e nos piezômetros.	Mensal nas saídas dos principais drenos verticais e na camada de cobertura. Também podem ser analisados sistematicamente nos piezômetros existentes.

O Subprograma de Monitoramento das Águas Superficiais e do Mangue visa, após início das obras e com frequência semestral, acompanhar os parâmetros físico-químicos e microbiológicos dos corpos hídricos, em pontos de coleta apresentado na Tabela 40.

Tabela 40 - Coordenadas selecionadas para análise da água (Datum SIRGAS 2000).

Ponto	Eixo X	Eixo Y	Tipo de Coleta
Ponto 1	291264	9213706	Água Bruta - Manancial Superficial
Ponto 2	291264	9213706	Água Bruta - Manancial Superficial
Ponto 3	291596	9213664	Água Bruta - Manancial Superficial
Ponto 4	291596	9213971	Água Bruta - Manancial Superficial

Fonte: Consórcio Cetus-Lomacon (2024).

Já o Subprograma Geotécnico de Monitoramento do Maciço de Resíduos é realizado mensalmente, por meio de inspeção visual e/ou leitura de instrumentos, incluindo placas de recalque e piezômetros. Durante esse semestre foram realizadas atividades para a modelagem geométrica do maciço, que correspondem principalmente ao reperfilamento e execução do muro de gabião.



Figura 51 -Execução do reperfilamento e muro de gabião.

Fonte: Consórcio Cetus Lomacon (2024).

4.4.7. Programa de controle e mitigação de impactos econômicos temporários e serviços

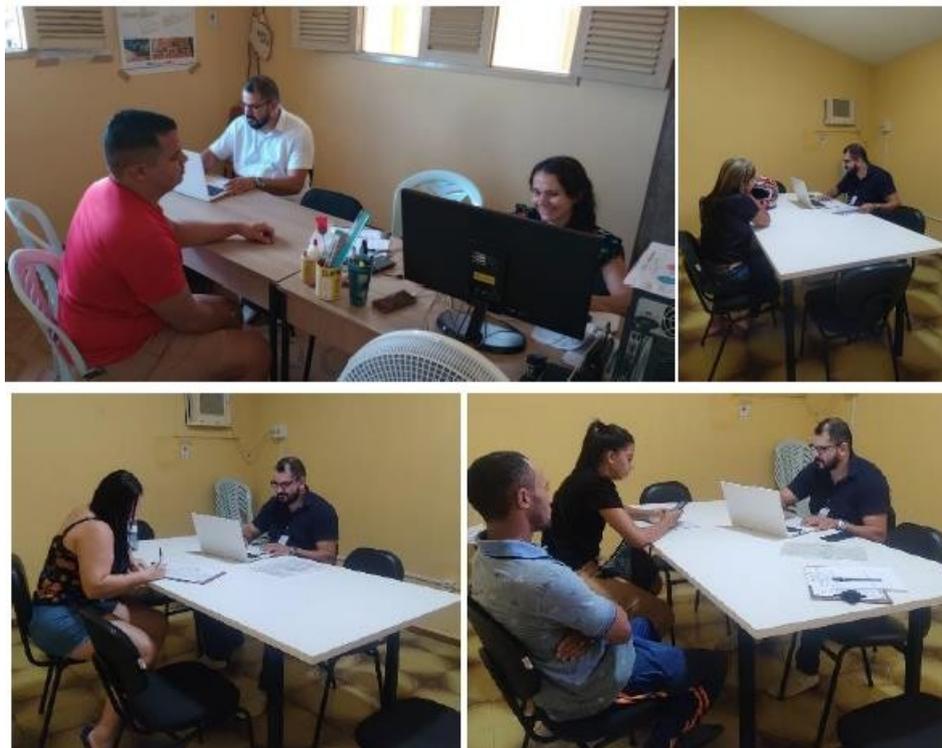
A maioria das modalidades de reposição de atividades econômicas, como cômodo adicional e unidade comercial, dependem diretamente do valor que será oferecido na

INDENIZAÇÃO PARA REINSTALAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, por este motivo ainda existem impedimentos para sua operacionalização, a exemplo da publicação do Decreto de indenização, que está prevista para acontecer em meados de janeiro de 2025.

Entretanto, estão sendo mantidas as atividades para a viabilizar por meio de atendimentos presenciais, visitas para atualização dos dados cadastrais, entre outros. Cabe destacar que os atendimentos estão sendo realizados pelo especialista em desenvolvimento econômico. Destacamos que, das atividades econômicas identificadas, temos 43 (quarenta e três) criadores de animais, 23 (vinte e três) catadores de reciclagem e 2 (dois) atravessadores. Salienta-se que os catadores identificados estão assinando um termo de adesão para serem encaminhados ao Galpão de Materiais Recicláveis que está sendo construído no Terreno 2.

Durante o período de janeiro a junho de 2024, foram atualizados os cadastros, conforme segue: i. 102 (cento e duas) atividades econômicas identificadas; ii. 126 (cento e vinte e seis) compensações; iii. 43 (quarenta e três) criadores de animais; iv. 23 (vinte e três) catadores; e 2 (dois) atravessadores.

Figura 52 - Atendimentos para os cadastros Fonte: PMJP, (2024).



5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Este componente tem como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária. Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Será financiada:

- (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes;
- (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários;
- (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Tabela 41 - Planta PGV atualizada

Produto - Planta PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.074.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão agilizar a política tributária municipal, irão otimizar e planta de valores imobiliários. Todas as entregas do Produto foram concluídas e atendidas as metas previstas na PMR em 2023, antecipando uma das metas que estava prevista para 2024.

5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 42 - Novo sistema de administração tributária

Produto - Novo sistema de administração tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Ao longo dos anos a Secretaria Municipal da Receita realizou diversos investimentos na área de Tecnologia da Informação - aquisição de hardwares, softwares, capacitação de pessoal, desenvolvimento de sistemas, inovação - visando elevar os níveis de prestação de serviços aos contribuintes e de eficiência e eficácia em sua missão de assegurar e gerir com transparência e efetividade os recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do Município. Em que pese o uso de tais ferramentas não faça parte do rol de atividades-fim da Secretaria Municipal da Receita, é inegável que o emprego da Tecnologia da Informação, especialmente por meio da informatização dos processos, tornou-se indispensável ao eficiente cumprimento das suas atribuições institucionais.

Desse modo, a aquisição de uma nova SOLUÇÃO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA é indispensável e se justifica na necessidade de atualização e evolução tecnológica – haja vista o atual sistema encontra-se obsoleto utilizando-se de tecnologias defasadas, acarretando dificuldades de manutenção, além da crescente escassez e alto custo dos profissionais qualificados para operá-los e porque permitirá ao contribuinte maior facilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias por meio de sistemas e aplicativos disponíveis na web, sem comprometimento da segurança e privacidade, proporcionando melhoria na relação fisco contribuinte e, conseqüentemente, na arrecadação.

A seguir podem ser observados os avanços desta intervenção.

Tabela 43 - Solução Integrada de Gestão Tributária

I.2.1.4.1 - Solução Integrada de Gestão Tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
Em março de 2024, foi realizado a abertura do pregão eletrônico n.º 71005/2023, na fase de avaliação de proposta financeira, a licitante melhor colocada com menor preço foi convocada para atender as exigências dos requisitos técnicos, realizar a prova de conceito (demonstração do software com as funcionalidades do sistema) nas instalações da PMJP. Após esta etapa ocorreu o transmite licitatório com a apresentação dos documentos de habilitação técnica e a fase recursal. Superados todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou a vencedora e homologou o certame em junho/2024.	
Dificuldades	
Houve um mandado de segurança para cancelamento da licitação atrasando o processo e o atraso na realização da avaliação da prova de conceito.	

Ação para a Dificuldade

O setor jurídico foi acionado para responder o mandado de segurança e poder seguir o processo. Para a prova de conceito ocorreu a mobilização de todos os integrantes da comissão de avaliação da prova de conceito para agilizar.

5.1.3. DATA CENTER

Tabela 44 - Data Center

Produto - Data Center	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.789.658,08
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de Infraestrutura do Data Center, de Equipamentos de Informática e Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação.

Conforme o envio da PMR em agosto/2023, as duas etapas previstas para 2023 referentes a Sala Segura Principal e o Sitebackup, foram concluídas, como também a meta que estava prevista para 2024 referente aos Equipamentos, foi antecipada e concluída ainda em 2023, atendendo todas as metas previstas na PMR para este Produto.

5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

- (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa;
- (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo;
- (iii) modernização da gestão patrimonial;
- (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal;
- (v) melhoramento da gestão das compras municipais;
- (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos;
- (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social;
- (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal;
- (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação;
- (x) implantação de data center; e
- (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com padrões de segurança internacionais.

5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

Tabela 45 - Secretarias com plano de reestruturação

Produto - Secretarias com plano de reestruturação	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.736.183,99
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obra; Aquisição de móveis e utensílios, de equipamentos para a Secretaria de Meio Ambiente; de equipamentos para laboratório da Secretaria de Meio Ambiente; Software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal de João Pessoa; Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos; Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita; Consultoria para desenvolvimento de modelos de gestão, para atualização de processos, para desenvolvimento de banco de dados, para desenvolver modelos de gestão, para o desenvolvimento de sistema, em gestão administrativa; Capacitação de fiscais e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente; Aquisição de equipamentos de informática e softwares; Locação de imóveis; Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), para a Secretaria de Administração (SEAD), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDES) e para a Defesa Civil.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 46 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)

I.2.2.1.1 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 350.000,00
Valor Contratado	US\$ 307.800,61
Status	Contrato Concluído
Avanço	
Obras concluídas em março/2024.	
Dificuldades	
Houve um atraso nas obras.	
Ação para a Dificuldade	
Foi necessário realizar um aditivo de prazo para as obras de 2 meses.	

Tabela 47 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental

I.2.2.1.2 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental (SEGGOV)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 250.944,76
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
Realizadas discussões com o BID sobre elegibilidade da aquisição.	
Dificuldades	
No envio para aprovação do PA com BID referente ao aumento do montante, foi recebida Objeção para a classificação da aquisição que estava como obra.	
Ação para a Dificuldade	
Realizadas análises junto ao BID para prosseguimento do processo para a aquisição, de forma que seja vinculada aos objetivos do componente.	

Tabela 48 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque

I.2.2.1.30 - Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente - 2º Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 91.750,00
Valor Contratado	US\$ 51.552,73
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Contratos assinados e primeiras ordens de serviço emitidas em abril, com conclusão das entregas dos equipamentos prevista para o início do próximo semestre.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 49 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.12 - Consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque (BICA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 207.500,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024

Avanço
Realizada a avaliação das propostas financeiras, elaborado o relatório final e definido o vencedor, finalizando o semestre com o processo para homologação.
Dificuldades
Atraso na formalização do consórcio para seguir para homologação.
Ação para a Dificuldade
Monitoramento junto ao fornecedor para auxiliar na formalização.

Tabela 50 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.28 - Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 370.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
<ul style="list-style-type: none">- Encaminhado para os órgãos de controle na segunda quinzena de janeiro;- Os órgãos de controle PGM e CGM levantaram questionamentos e foram atendidos durante o mês de março de 2024;- Nova necessidade de atualizar o orçamento estimativo do com a conclusão na segunda quinzena de abril;- Aguardando a divulgação do Edital em julho de 2024.	
Dificuldades	
Morosidade dos servidores da PMJP designados para atender as recomendações dos órgãos de controle.	
Ação para a Dificuldade	
Acompanhamento junto aos servidores.	

Tabela 51 – Aquisição e implementação de passivos POL

I.2.2.1.32 - Aquisição e implementação de passivos POL (Passive Optical Lan).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 450.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024

Avanço
Em fevereiro de 2024, foi realizado a abertura do pregão eletrônico 71003/2024 - Contratação de Serviço para Aquisição e Instalação de Equipamentos para Implantação de Rede Lógica POL (Passive Óptica LAN) utilizando a tecnologia GPON (Gigabit Passive Optical Network) para a PMJP, na fase de avaliação de proposta financeira, as licitantes mais bem colocadas com menor preço para os lotes ofertados foram convocadas para apresentar os documentos de habilitação técnica, concluindo esta etapa na primeira quinzena de maio e foi posteriormente aberto a fase recursal com a conclusão na segunda quinzena de maio. Superado todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou as vencedoras e homologou o certame na segunda quinzena de junho de 2024.
Dificuldades
Atraso na conferência das especificações técnicas dos equipamentos de rede ativa.
Ação para a Dificuldade
Foram mobilizados mais técnicos para a conferência das especificações técnicas dos equipamentos e evitar mais atrasos.

5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)

Tabela 52 - Escola de Governo EAD

Produto - Escola de Governo EAD	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 848.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e Gestão Pública e definição modelo de EAD, para elaboração do Plano de Capacitação do Município, Execução do Plano de Capacitação do Município, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Escola de Governo (EAD).

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 53 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município

I.2.2.2.1 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 143.750,00
Valor Contratado	US\$ 122.682,00
Status	Contrato Concluído
Avanço	
Contrato com prazo de execução para até o mês de julho, mas o último produto foi antecipado e entregue ainda no mês de junho.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Tabela 54 - Sistema de Gestão financeira e contábil

Produto - Sistema de Gestão financeira e contábil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.057.463,45
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Aquisição de equipamentos novos e modernos, como também a otimização dos processos contábeis por meio de um novo sistema orçamentário financeiro que seja eficiente à Prefeitura.

No segundo semestre de 2023, o fiscal do contrato, o Sr. Clécio Nascimento, emitiu um termo de aceite atestando as entregas do sistema. Desta forma, atendendo todas as metas da PMR, antecipando uma das metas que estava prevista para 2024.

5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Tabela 55 - Sistema de atuação da Defesa Civil

Produto - Sistema de atuação da Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 900.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação do órgão municipal de Defesa Civil, para estar preparado para o trabalho quando houver necessidades emergenciais, como grandes incidentes, inundações, enchentes, incêndios, etc. Assim podendo dar uma resposta mais rápida aos pedidos de auxílio e atuar na prevenção a esses incidentes.

Este item possui relação com a contratação do Consultor Individual para o Plano de Risco e Desastres, onde uma das suas atividades no plano de trabalho será o levantamento e detalhamento dos equipamentos pertinentes a este item. Adicionalmente, o consultor irá elaborar um diagnóstico das atividades e estrutura da defesa civil, além de capacitar a equipe técnica para acompanhar a execução do Plano de Riscos e Desastres.

No 2º semestre de 2023 no envio da PMR em agosto/2023, foi formalizado o atendimento parcial da aquisição dos equipamentos para a Defesa Civil, onde uma parte, como câmeras, barco, mesa touch e automóveis SUV, foram adquiridos na licitação realizada no 1º semestre de 2023 e para os equipamentos que deram errado neste certame anterior, como caminhão de carga, veículo pick-up, motocicleta, drones e computador, será realizado um novo processo, que já está com processo em andamento neste semestre.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 56 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa

2.2.7.4 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 635.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
Edital publicado em março, porém ocorreram ajustes no processo onde em abril o certame foi suspenso para ajustes, em junho a licitação foi lançada novamente.	
Dificuldades	
Questionamentos sobre nas especificações dos equipamentos e a Defesa Civil solicitou a retirada de alguns itens do certame.	

Ação para a Dificuldade

O TR foi revisado, retirado alguns itens para adquirir por meio de Registros de Preços e atualizado o orçamento para prosseguimento do certame.

Tabela 57 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil

I.2.2.7.2 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 100.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
Avanço	
Estudo Técnico Preliminar elaborado e Termo de referência em conclusão.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA

Tabela 58 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada

Produto - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 150.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da TI da Prefeitura, com equipamentos novos, capacitação dos colaboradores que atuam nessa área e a implantação de um cabeamento bem estruturado.

Das metas previstas na PMR, o item Lógica e elétrica site backup que estava previsto para ser feito ao longo do ano de 2024, foi concluído pela PMJP por meio de outra secretaria, conforme envio da PMR em fevereiro/2024.

Não houve evolução física nas demais aquisições deste produto no decorrer do 1º semestre de 2024.

5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL

Tabela 59 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP

Produto - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 238.125,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da segurança aos servidores, programas e arquivos dos computadores da Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 60 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática

I.2.2.9.2 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 119.375,00
Valor Contratado	US\$ 115.945,20
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Em janeiro/2024 foi realizado a abertura da Seleção de Consultor Individual - SCI n.º 97003/2023 - Contratação de Consultor Individual para elaboração do PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de João Pessoa. Na fase de manifestação de interesse (MI), foram recebidos 5 (cinco) Curriculum Vitae para análise, o comitê técnico de avaliação curricular, por meio da verificação do atendimento, na documentação apresentada, dos critérios estabelecidos no Termo de Referência, finalizou-se esta etapa na primeira semana de fevereiro de 2024. Após esta etapa ocorreu o transmite licitatório para a fase recursal. Superados todas as etapas do processo licitatório a Administração Pública consagrou o vencedor e homologou o certame referente a Seleção de Consultor Individual no mês de maio, o contrato foi assinado e a Ordem de Serviço emitida em junho/2024.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA

Trata-se da criação da Unidade Executora do Programa (UEP), seu funcionamento e a contratação de uma empresa consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Neste Subcomponente também são contratados serviços de consultoria para avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA

Este item atua no apoio técnico e gerencial à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa.

A seguir podem ser observados os avanços no 21º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 61 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)

II.1.1.2 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.012.633,48
Status	Em execução
Avanço	
A Gerenciadora tem atuado diretamente junto à UEP em reuniões com discussões sobre o andamento do Programa em todas as áreas e estratégias que melhorem o seu avanço. A Gerenciadora também trabalha na elaboração de Termos de Referência; Orçamentos; Relatórios de Progresso do Projeto; Emissão de Parecer, Participação como formador em oficinas de capacitação; Revisão de orçamentos, rituais de monitoramento do programa; entre outras atividades. As atividades da Gerenciadora são monitoradas por meio de relatórios mensais que relatam as atividades desenvolvidas e entregas, em conjunto com os documentos de oficialização.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO

Tabela 62 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro

Produto - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.209.791,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sistema de informação financeira permite o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e de outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 63 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)

II.1.2.1 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 500.000,00
Valor Contratado	US\$ 388.214,53
Status	Em execução
Avanço	
Contrato em execução conforme o previsto, em alinhamento com as ferramentas de planejamento do programa.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS

Tabela 64 - Consultores individuais

Produto - Consultores individuais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 443.209,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estes consultores possuem o objetivo de prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 65 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa

II.3.1.3.2 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.104,00
Valor Contratado	US\$ 18.150,76
Status	Contrato em execução
Avanço	
Vencedor definido em janeiro e processo homologado em fevereiro. Contrato assinado e Ordem de Serviço emitida em maio.	
Dificuldades	
O consultor apresentou no início do semestre que poderia apenas iniciar as atividades no 2º trimestre do ano.	
Ação para a Dificuldade	
Foram realizadas reuniões onde foi alinhado o início das atividades apenas no 2º trimestre do ano para evitar reiniciar o processo.	

Tabela 66 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC

II.3.1.3.5 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC - Segunda Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 75.000,00
Valor Contratado	US\$ 74.051,00
Status	Em execução
Avanço	
Contrato finalizado em março deste ano.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.4. EQUIPE LOCAL

Tabela 67 - Equipe local

Produto - Equipe local	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Equipe da Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pela execução do programa. Equipe composta pelas Coordenações: Geral, Executiva, de Tecnologia da Informação, Administrativo e Financeiro, de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do Centro de Cooperação da Cidade, de Aspectos Ambientais, de Aspectos Sociais e do Fortalecimento da Gestão Pública. Esta Equipe conta ainda com os Assessores Jurídico, de Comunicação e Técnica, como também da Comissão Especial de Licitação.

Tabela 68 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa

II.3.1.4.1 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Valor Reconhecido	US\$ 2.005.468,60 (valor reconhecido acumulado)
Status	Em execução
Avanço	
Realização de reuniões contínuas com demais secretarias da PMJP para planejamento das contratações e com os fornecedores já contratados, para garantir que as metas do Programa sejam alcançadas. Conforme descrito no Capítulo 1, ocorreram alterações na equipe da Unidade Executora do Programa.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS

Tabela 69 – Supervisão de Obras

Produto - Supervisão de Obras	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Supervisora de Obra da Execução do Programa tem como objetivo prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial no âmbito da supervisão técnica, ambiental e social das obras e projetos de infraestrutura executados. Apresentar relatórios sucintos sobre o avanço das obras para serem discutidos nas reuniões programadas.

No segundo semestre de 2023, estava em andamento um processo para a contratação da supervisão de obras, mas em outubro/2023 o BID manifestou objeção através da O-CBRO-CSC/CBR-1870/2023, sendo que esta objeção devido ao não cumprimento das políticas de aquisição do banco, considerando que a avaliação técnica efetuada não cumpriu com os requisitos da política de consultores do Banco.

Tendo em vista esse percalço o Banco indicou os seguintes pontos:

- A Prefeitura se compromete a lançar novamente a licitação dos serviços acima referidos e realizar esta contratação, num prazo total máximo de 6 meses, compatível com a modalidade escolhida;
- Frente às dificuldades técnicas expressadas pela UEP para portfólios e propostas extensas e complexas, o Banco excepcionalmente providenciará uma assistência técnica de apoio;
- A Prefeitura se compromete a compor na maior urgência uma equipe de supervisão de obras, que virá complementar a equipe atualmente mobilizada, para fortalecê-la quantitativa e qualitativamente. O dispositivo transitório previamente acordado foi dimensionado para obras de pequeno porte (CCC) ou em fase inicial (conjuntos habitacionais) e não atende aos critérios das obras previstas ao longo dos próximos 6 meses: construção dos conjuntos habitacionais, urbanização das comunidades e contenção de encosta.

Tendo em vista as recomendações, na data de 23 de novembro de 2023 o município lançou nova manifestação de interesse, bem como corrigiu todos os pontos arguidos na O-CSC/CBR-1870/2023.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 70 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia

II.3.1.5.2 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2024
Avanço	
Durante o semestre o processo passou pelos órgãos de controle e em abril de 2024 recebeu a 1º Não Objeção do BID sobre o Processo. Ainda em abril foi feita a Solicitação de Propostas. Após análise das propostas, que teve o apoio do profissional do BID Paulo Varela, o processo foi enviado em junho para o BID com a finalidade de obter a 2º Não Objeção, a qual foi recebida ainda no mesmo mês. Ao final do semestre o processo estava com o agendamento para 09/07/24 para a reunião de abertura das propostas financeiras.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS

Atendendo ao marco de gestão Ambiental e Social (MGAS), este subcomponente financiará as seguintes atividades:

6.2.1. TRABALHO SOCIAL

Tabela 71 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS

Produto - Trabalho Social (Programas 4,5,14 e 15 do MGAS)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Contratar Empresa Especializada para Execução de Trabalho Social nas intervenções que serão realizadas na área do Parque Socioambiental do Roger e seu entorno, com foco nas atividades de implantação do Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas, Programa de Educação Ambiental e Sanitária, Programa de Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços e Mecanismos de Consulta Significativa (Programas 4, 5, 14 e 15 do MGAS). As ações preveem atividades de comunicação social, sistema de queixas e reclamações, consultas significativas, programa de capacitação ambiental e sanitária e de compensações e mitigação.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 72 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social

II.3.3.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para execução do trabalho social do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Valor Contratado	US\$ 334.689,89
Status	Contrato em Execução
Avanço	
O processo foi finalizado e a Ordem de Serviço emitida em junho/2024, após ocorreram reuniões com a equipe da empresa e as lideranças do Antigo Lixão.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.2.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE

Tabela 73 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no rio Jaguaribe

Produto - Intervenções no rio Jaguaribe	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.323.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

As intervenções no rio Jaguaribe têm por objetivo avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes das obras do Complexo Beira Rio sobre a qualidade da água e sobre a

comunidade afetada, além de monitorar as variações na qualidade da água face às melhorias incorporadas. Essas atividades visam tornar o ambiente compatível com o uso público, possibilitando assim a implantação do Parque Linear do Jaguaribe.

Para atender os objetivos, duas aquisições previstas, ambas pelo método de seleção baseada na qualidade e custo (SBQC): (1) Projeto de Desassoreamento do rio Jaguaribe; e (2) Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe.

A licitação do Projeto de Desassoreamento foi revogada no início do semestre, após constatado valor de aproximadamente 300% superior ao orçamento estimativo e com interpretação divergente do escopo. O objeto foi parcialmente incorporado em outro projeto da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Para contemplar ações na extensão do rio Jaguaribe não contempladas pela PMJP, a UEP e SEMAM estão reavaliando a melhor estratégia de utilização e remanejamento do recurso no Programa.

A Unidade Gestora da Fase de Preparação do contrato da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), utilizou como base dos documentos técnicos os insumos do Termo e Referência para a contratação do Diagnóstico e Monitoramento do Rio Jaguaribe, visto que algumas das principais entregas previstas é a recuperação do rio no trecho que vai da Mata do Buraquinho até a Comunidade São José, e que esse trecho faz parte de onde atuará a Diagnóstico e Monitoramento contratado pelo Programa João Pessoa Sustentável.

No que se refere ao Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe, durante o primeiro semestre de 2024 foi homologado o resultado do certame adjudicando seu objeto em favor do CONSÓRCIO NIPPON KOEI LAC REGEA, CNPJ n.º 53.741.691/0001-40, no valor total de R\$ 1.103.716,56 (um milhão cento e três mil setecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos). Porém, atrasos para formalização do Consórcio e na emissão da apólice de seguro resultaram na morosidade na assinatura do contrato e, conseqüentemente, na emissão da ordem de serviço (prevista para julho de 2024). A partir do próximo semestre, o Consórcio irá identificar e acompanhar as variações na qualidade da água e sedimentos do rio, de vazão, das principais fontes poluidoras e monitorar impactos decorrentes das intervenções do Programa João Pessoa Sustentável neste corpo hídrico.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 74 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe

II.3.3.9.2 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 390.000,00
Valor Contratado	US\$ 220.743,31
Status	Aguardando emissão de O.S.
Avanço	

Relatório Semestral de Progresso Descritivo de janeiro à junho de 2024

Contrato assinado.
Dificuldades
Atrasos na formalização do Consórcio e na emissão da apólice de seguro.
Ação para a Dificuldade
Reuniões de esclarecimento com os representantes das empresas integrantes do consórcio.

Tabela 75 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do rio Jaguaribe

II.3.3.2 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do rio Jaguaribe - Programa 9 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 932.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Revogado
Avanço	
Processo licitatório revogado.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.2.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS

Tabela 76 - Programa de Controle de vetores de doenças

Produto - Programa de Controle de vetores de doenças	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Evitar e controlar pragas e vetores de doenças, principalmente mediante medidas profiláticas, nas áreas de atuação do Programa e principalmente ligadas ao CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 77 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

II.3.3.5.2 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS (2º etapa)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 54.000,00
Valor Contratado	US\$ 49.696,97
Status	Contrato Concluído
Avanço	
Recebimento dos dois veículos. Contrato finalizado. Pagamento dos itens do Contrato 02.003/2024 – UEP/SEGGOV.	
Dificuldades	
Itens desertos (motocicletas e impressora).	
Ação para a Dificuldade	
Substituir itens de baixa atratividade.	

7. GERENCIAMENTO DE RISCO DO PROGRAMA

A gestão de riscos em projetos para o setor público é uma componente crítica para o sucesso e a eficiência na execução de iniciativas governamentais. Projetos no setor público frequentemente envolvem investimentos significativos de recursos financeiros e humanos, e sua realização pode impactar diretamente o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, garantir que esses projetos sejam conduzidos de forma eficaz e eficiente é fundamental para atingir os objetivos.

O ambiente do setor público é notoriamente complexo e dinâmico, caracterizado por múltiplas partes interessadas, regulamentações rigorosas e um cenário político em constante mudança. Nesse contexto, a gestão de riscos em projetos é uma prática que busca identificar, avaliar e mitigar os riscos que podem comprometer o sucesso dos projetos. Esses riscos podem incluir problemas financeiros, questões técnicas, atrasos no cronograma, desafios de conformidade e até mesmo fatores políticos e sociais que afetam a aceitação e a viabilidade das iniciativas.

Os principais passos para a realização da análise de risco foram:

1. **Identificação de Riscos:** Todos os possíveis riscos que podem afetar o programa foram identificados, exemplo: riscos técnicos, financeiros, de cronograma, entre outros.
2. **Análise de Riscos:** Foi realizado a avaliação da probabilidade e do impacto de cada

risco identificado. Desta forma, podemos priorizar os riscos mais críticos que precisam de atenção imediata.

3. **Classificação de Riscos:** A classificação dos riscos com base na sua gravidade e na probabilidade de ocorrência facilita a criação de um plano de ação adequado.
4. **Desenvolvimento de Planos de Resposta:** Criação de estratégias para mitigar, transferir, aceitar ou evitar os riscos. Podendo ser incluído a implementação de medidas preventivas ou a preparação de planos de contingência.
5. **Monitoramento e Revisão:** Acompanhamento contínuo dos riscos ao longo do ciclo de vida do programa e ajustes dos planos de resposta conforme necessário.

Uma abordagem sistemática para a gestão de riscos permite que as organizações governamentais antecipem problemas potenciais, implementem estratégias de mitigação eficazes e ajustem seus planos conforme necessário para minimizar os impactos negativos, pois isso não apenas ajuda a garantir que os projetos sejam concluídos com menor impacto possível de desvio no prazo e do orçamento.

Quando os riscos são identificados e geridos de forma adequada, os projetos tendem a ser mais bem-sucedidos e a entregar valor real para os cidadãos, resultando em melhorias tangíveis na infraestrutura, nos serviços e na qualidade de vida.

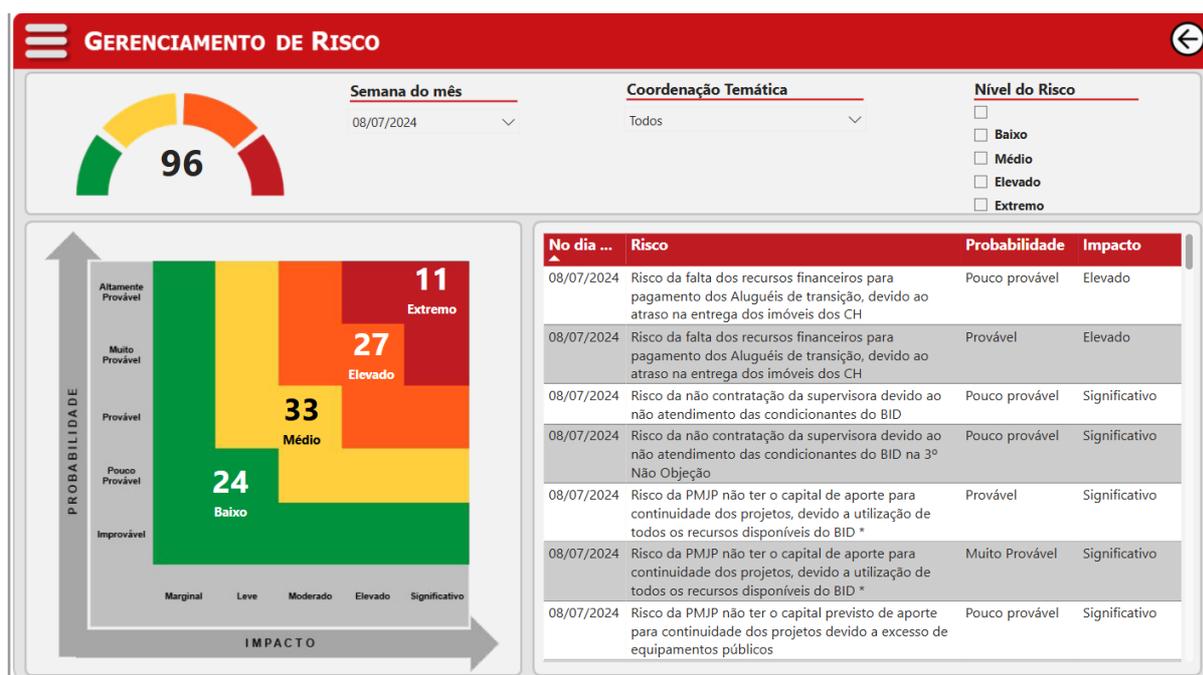


Figura 53 – Gerenciamento de risco do programa

A matriz de identificação e avaliação de risco se encontra no link a seguir: https://drive.google.com/file/d/1LtiBE1oHBMqZTRUOHTTHUYK_KBS65QIZ/view?usp=drive_link.

8. COMUNICAÇÃO

Este relatório fornece um resumo das atividades de comunicação conduzidas pela equipe de Comunicação do Programa João Pessoa Sustentável nos últimos seis meses, destacando as estratégias implementadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos.

- Sistema de Queixas e Reclamações (SQR) e Plataforma João Pessoa na Palma da Mão:
 - Embora tenha sido tentada a integração do SQR à plataforma João Pessoa na Palma da Mão, o modelo desenvolvido não atendeu completamente às necessidades do Programa, especialmente no contexto do Complexo Beira Rio. Em decorrência disso, a ferramenta não foi implementada após análise das consultoras do BID, que solicitaram uma revisão e reformulação futura;
- Ações de Comunicação
 - O site do Programa foi atualizado conforme as diretrizes fornecidas pelo BID, garantindo que as informações disponíveis sejam precisas, atualizadas e acessíveis ao público;
 - Foram produzidos vídeos e atualizações regulares no feed e stories do Instagram do Programa para compartilhar as atividades realizadas, promovendo transparência e engajamento com as comunidades atendidas. Parte da estratégia incluiu o compartilhamento conjunto com a Prefeitura de João Pessoa para ampliar o alcance da notícia. Mensagens de áudio nos grupos de WhatsApp dos Elos também ampliaram significativamente o alcance das comunicações, facilitando a compreensão das informações pelos moradores;
 - A realização de visitas às obras com o Comitê de Obras, formado por moradores do Complexo Beira Rio, foi outra ação que teve a melhoria da comunicação como ponto central, demonstrando o compromisso do Programa em envolver a comunidade no desenvolvimento e implementação das iniciativas. Além disso, houve produção de vídeos com visitas guiadas;
 - Reuniões semanais com a equipe de comunicação do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) e a equipe social do Programa visaram identificar desafios, discutir estratégias e implementar ações para melhorar a eficácia das comunicações;
 - Foi realizada a apresentação das consultas públicas das comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael (1ª etapa) para esclarecer dúvidas sobre o Plano de

Reassentamento e Relocalização das famílias das áreas de risco, incluindo soluções habitacionais como a compra assistida;

- Uma reunião com moradores beneficiados pela compra assistida foi realizada para participar de uma dinâmica de comunicação. Durante esta atividade, foi confeccionado um mural coletivo, onde os moradores puderam contar suas experiências desde a espera pela casa própria em meio ao risco iminente de desabamento, passando pelo período de aluguel emergencial, até a notícia da aprovação da compra assistida, a mudança e a vida na casa nova;
- Cobertura das entregas das Compras Assistidas
 - Ampla cobertura das entregas das compras assistidas foi realizada, com produção de releases, fotos e vídeos que capturaram os momentos das entregas, destacando a importância e o impacto positivo dessas iniciativas. O conteúdo gerado foi estrategicamente disseminado nas redes sociais, nos sites do Programa João Pessoa Sustentável e da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), alcançando um público mais amplo e aumentando a visibilidade das ações do Programa. Esta divulgação contribuiu para fortalecer o relacionamento com as comunidades, demonstrando o compromisso do Programa em atender às necessidades e melhorar a qualidade de vida dos moradores;
- Divulgação constante
 - Publicações regulares nos sites do Programa João Pessoa Sustentável e da Prefeitura de João Pessoa mantêm o público informado sobre as atividades e iniciativas em andamento. A produção de um boletim trimestral com matérias inéditas e balanço das principais notícias também foi realizada. O material é enviado aos stakeholders e disponibilizado no site;
- Acompanhamento de atividades relacionadas a outros Projetos e ações do Programa
 - Foi feito o acompanhamento da consulta aos moradores de Santa Clara e orientação para melhoria de todo o material gráfico entregue pela empresa às comunidades.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- RG
- CPF
- Certidão de Nascimento
- Certidão de Casamento
- Certidão de Óbito
- Comprovante de Residência
- Histórico Energisa/CAGEPA
- Escritura Particular

Entre em Contato:

- Prefeitura de João Pessoa
- Programa João Pessoa Sustentável

(83) 9.9941-7649

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMPLEXO BEIRA RIO

Reunião de Apresentação do Processo de Regularização Fundiária com as Comunidades: Miramar, Vila Tambauzinho e Tito Silva.

QUEM NÃO REGISTRA, NÃO É DONO! REGULARIZE SEU IMÓVEL!

Avilie nosso serviço!

Aponte a câmera do seu celular no QR Code e nos dê sua opinião!

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura, por meio do Programa João Pessoa Sustentável, iniciou o processo de regularização fundiária das casas fora da área de risco das comunidades do Complexo Beira Rio. Com a regularização fundiária os moradores de Brasília de Ithalá, Catoto-Liberdade, Miramar, Padre Hildon Bandeira, Santa Clara, São Rafael, Tito Silva e Vila Tambauzinho terão a titularidade de seus imóveis. É segurança jurídica e garantia do direito a moradia!

QUE SIGNIFICA TER O DIREITO A UMA MORADIA REGULARIZADA?

- Segurança Jurídica: você terá um documento que prova que a casa é sua.
- Direitos garantidos: facilita o acesso a serviços públicos como saúde, educação e lazer!.

MAS O QUE É REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA?

De acordo com a Lei 13.465/2017, a regularização fundiária é um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à integração de áreas informais ao ordenamento urbano, garantindo a propriedade aos moradores por meio da titularidade legal do imóvel.

ATENÇÃO!

A propriedade do imóvel será afirmada pela matrícula registrada no cartório do registro de imóveis. A matrícula conferirá ao beneficiário a segurança jurídica da sua moradia.

UMA DAS CONDIÇÕES QUE A LEI DETERMINA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CUNHO SOCIAL

O beneficiário não pode ter outro imóvel urbano ou rural.

FASES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1. **Reunião com moradores:** explicação das etapas e apresentação de equipe.
2. **Levantamento de dados cartográficos e medições:** fotos aéreas para registrar medidas e limites dos imóveis.
3. **Cadastramento das famílias:** visita para coletar dados cadastrais.
4. **Coleta de documentos:** entrega dos documentos necessários.
5. **Trâmites cartorários:** elaboração dos termos de propriedade.
6. **Entrega dos Termos:** entrega oficial dos documentos de propriedade

Figura 54 - Material de divulgação da regularização fundiária

- o O diagnóstico de riscos elaborado pelo consultor Mário Freitas foi apresentado em reunião estratégica para fortalecimento da gestão de riscos e segurança da população de João Pessoa;



Figura 55 - Reunião com o Coordenador Geral da UEP, Elizeu Nascimento; Consultor Mário; Vice-prefeito Leo Bezerra; Coordenador Executivo da UEP, Vitor Cavalcante; Coordenadora de Fortalecimento da Gestão Pública da UEP, Joseuma de Souza Barbosa; e representantes da Defesa Civil

- Antônio Elizeu concedeu entrevistas aos programas Jornal da Manhã (Rádio Jovem Pan) e Ponto de Partida (TV Tambaú/SBT) sobre as ações do Programa;



Figura 56 - Antônio Elizeu dando entrevista para o Jornal da Manhã (Rádio Jovem Pan)



Figura 57 - Antônio Elizeu dando entrevista para o Ponto de Partida (TV Tambaú/SBT)

- Foi assinada a ordem de serviço para início dos trabalhos de recuperação da área do antigo lixão, com atendimento à mídia local e divulgação das informações para toda a cidade;
- Em virtude da legislação eleitoral, toda comunicação institucional no âmbito dos municípios deve ser encerrada no prazo de três meses anteriores ao pleito. E a divulgação de notícias em portais institucionais também é afetada pelas regras das eleições. Deste modo, em cumprimento ao calendário eleitoral, estamos suspendendo as publicações de notícias e materiais nas redes sociais, mantendo somente a publicação dos documentos necessários do Programa João Pessoa Sustentável;
- Todas as ações aqui mencionadas refletem o empenho e a dedicação da equipe de comunicação do Programa João Pessoa Sustentável em promover a transparência, o engajamento e a participação ativa das comunidades atendidas,

contribuindo para o alcance dos objetivos e resultados esperados.

O programa João Pessoa Sustentável, compartilha informações e atualizações sobre suas iniciativas por meio de seu site oficial <https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/> e seu perfil no Instagram <https://www.instagram.com/jpsustentavel>, embora este esteja desativado no momento, até o fim do período eleitoral.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA

No primeiro semestre de 2024 ocorreram avanços nos processos de aquisição que estavam em andamento, tais como:

- 04 Processos homologados no 1º semestre de 2024:
 - Execução de obra de contenção de encostas nas comunidades do complexo beira rio no município de João Pessoa/PB;
 - Contratação de consultora individual para elaboração do PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura Municipal de João Pessoa PMJP;
 - Seleção de consultor individual para executar serviço de avaliação e monitoramento do Programa João Pessoa Sustentável;
 - Contratação de consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão e operação do Parque Zoobotânico Arruda Câmara

Estas homologações realizadas no semestre representam um valor aproximado de US\$ 900 Mil de dólares.

Também durante este último semestre, o Programa João Pessoa Sustentável recebeu no mês de março a visita da equipe de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a supervisão técnica e de salvaguardas socioambientais.

A equipe do BID foi recebida pelo secretário de Gestão Governamental, Diego Tavares, e pelo Coordenador-Geral do Programa, Antônio Elizeu. A Missão foi realizada com o propósito de monitorar de perto o progresso das obras e das ações voltadas para o reassentamento das famílias em áreas de risco do Complexo Beira Rio, com a construção de 747 apartamentos na Avenida Beira Rio. Também foram feitas visitas ao Parque do Roger e ao prédio onde funcionará o Centro de Cooperação da Cidade (CCC). As reuniões foram realizadas na sede da Unidade Executora do Programa (UEP) e no último dia da missão, a mesma foi concluída com uma reunião junto ao Prefeito Cícero Lucena.



Em abril ocorreu mais uma Reunião da Revisão de Carteira do Programa João Pessoa Sustentável, conduzida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O evento reforçou o compromisso da Prefeitura de João Pessoa com a promoção de um desenvolvimento urbano integral e responsável, consolidando as bases para as próximas etapas do programa. De João Pessoa, acompanharam remotamente a reunião o vice-prefeito Leo Bezerra, que representou o prefeito Cícero Lucena; o secretário de Gestão Governamental, Diego Tavares; e toda a equipe do Programa João Pessoa Sustentável. Na reunião foram apresentados os avanços do Programa, como a evolução da Compra Assistida, as Obras dos Habitacionais, a capacitação para mulheres no Complexo Beira Rio e ainda temas sobre o Fortalecimento da Gestão, como os equipamentos para a Defesa Civil entregues.

Como aplicado em períodos anteriores, estão sendo mantidas as ações para a gestão do programa, foram instituídas ações no nível Estratégico, Tático e Operacional. A UEP em conjunto com a Gerenciadora tem buscado analisar cada entrega do Programa, para que o objetivo final de cada produto possa ser alcançado da forma mais ágil e na maior qualidade, seguindo todos os fluxos necessários. Ocorrem reuniões semanais com as coordenações sobre os avanços de cada entrega que está sob sua responsabilidade, de forma mensal ocorrem as reuniões de monitoramento com o BID para apresentação dos avanços que ocorreram nas semanas e apresentação de novas ideias e planejamento para a execução.